

CLAUDINEI HELENO DA SILVA

**CONFLITOS AMBIENTAIS NO ENTORNO DO PARQUE ESTADUAL DA  
SERRA DO BRIGADEIRO (PESB): AGRICULTURA FAMILIAR E  
MINERAÇÃO DE BAUXITA NO MUNICÍPIO DE MIRADOURO - MG.**

Dissertação apresentada à  
Universidade Federal de Viçosa,  
como parte das exigências do  
Programa de Pós-Graduação em  
Extensão Rural, para obtenção do  
título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA  
MINAS GERAIS - BRASIL  
2012

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e  
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

S586c  
2012

Silva, Claudinei Heleno da, 1980-

Conflitos ambientais no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB) : agricultura familiar e mineração de bauxita no município de Miradouro-MG / Claudinei Heleno da Silva. – Viçosa, MG, 2012.

xiv, 170f. : il. ; (algumas color.) ; 29cm.

Inclui anexos.

Orientador: Klemens Augustinus Laschefski.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 146-154.

1. Territorialidade humana. 2. Agricultura familiar.  
I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Economia Rural. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. II. Título.


CDD 22. ed. 337.72

CLAUDINEI HELENO DA SILVA

**CONFLITOS AMBIENTAIS NO ENTORNO DO PARQUE ESTADUAL  
DA SERRA DO BRIGADEIRO (PESB): AGRICULTURA FAMILIAR E  
MINERAÇÃO DE BAUXITA NO MUNICÍPIO DE MIRADOURO - MG.**


Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 08 de outubro de 2012.




---

Marcelo Miná Dias



---

Leonardo Civalo



---

Klemens Augustinus Laschefski  
(Orientador)

*Dedico este trabalho a minha família, por sempre ter confiado em mim. Agradeço pelos seus esforços e por dotar-me de valores essenciais para toda a vida. A minha namorada pela presença constante na minha trajetória estudantil e a todos os meus amigos.*

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, que apesar de alguns momentos na construção deste trabalho, Tê-lo esquecido, tenho certeza que de mim nunca se esqueceu.

Aos meus pais José Geraldo da Silva e Maria Célia Pinto da Silva, pela confiança, incentivo e apoio que me permitiram chegar até aqui.

Aos meus irmãos Roberto, Cláudia e Poliana, pela amizade e carinho.

A minha namorada Flávia, pelo amor, dedicação, companheirismo, garra e apoio na conclusão desse trabalho. Aos seus pais Elias e Norma e aos seus irmãos Rafael e Simone. Grato pela receptividade e atenção que me proporcionaram.

Aos professores, Marcelo Leles, Marcelo Miná, Leonardo Civale, Junia, Edson, Nilo, Jacovine, e ao professor orientador Klemens, grato por todo ensinamento. Ao Lucas e Aline, pela dedicação e esforços somados juntos, deixo aqui minha gratidão. Aos amigos conquistados durante o período da graduação e do mestrado Rosi, Leo, Silvano, Mahyhaly, Aurélio, Jairo, Renato, Thiago, Marcílio, Denilson, Filipe, Jackson, Darlan, Heide, Lucas (sergipano), a todos, pela cumplicidade e carinho.

Aos professores da Pós-Graduação e funcionários, pela atenção e ensinamentos que corroboraram no meu crescimento estudantil. Fica registrado um agradecimento especial, a coordenadora do programa de pós-graduação Ana Louise.

A Universidade Federal de Viçosa por todo apoio estudantil prestado desde a graduação até o presente momento. A CAPES, pela ajuda financeira através das bolsas de estudos.

Enfim, a todos que contribuíram direta e/ ou indiretamente para com a realização deste trabalho, deixo registrado aqui minha gratidão e apreço ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miradouro, ao STR de Muriaé, a Associação Amigos de Iracambi, a CPT, CEBs, membros da Comissão dos Atingidos por Mineração, CTA/ZM, a Gilsilene, ao Carlinhos, Sr. Vivaldi, Sr. Robin, Gustavo, Júlio, Isaías, Neném, Claudinéia, agricultores e agricultoras do município de Miradouro.

## BIOGRAFIA

CLAUDINEI HELENO DA SILVA, filho de Maria Célia Pinto da Silva e José Geraldo da Silva, nasceu em Descoberto, no ano de 1980. Coursou o ensino fundamental e médio na Escola Estadual Francisco Manoel, e aos vinte e cinco anos iniciou o curso de graduação em Geografia pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Durante a graduação participou de grupos de estudo, no Departamento de Engenharia Florestal, atuou como voluntário e bolsista em projeto de extensão para redução do uso de sacolas plásticas, o qual recebeu menção honrosa por essa Universidade.

Ainda durante a graduação, foi bolsista voluntário exercendo monitorias de nível I no Departamento de Geografia e no Departamento de Economia Rural em disciplinas relacionadas a metodologia científica. Atuou no COLUNI como estagiário e foi bolsista no laboratório de cartografia da Biblioteca Central da UFV.

Em janeiro de 2010, concluiu o curso superior em Licenciatura e Bacharelado, e ingressou no mestrado em Extensão Rural, nesse mesmo ano. Durante o período de mestrado, foi monitor nível II, no Departamento de Ciências Sociais, trabalhando com disciplina, Introdução as Ciências Sociais, por dois períodos consecutivos.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE ABREVIATURAS</b> .....	viii
<b>LISTA DE FIGURAS</b> .....	x
<b>LISTA DE QUADROS</b> .....	xi
<b>LISTA DE TABELAS</b> .....	xii
<b>RESUMO</b> .....	xiii
<b>ABSTRACT</b> .....	xiv
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>METODOLOGIA</b> .....	7
Processos Metodológicos: Observação não participante.....	8
Pesquisa Documental.....	10
Aplicação das Entrevistas.....	11
<b>CAPÍTULO 1 – REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	16
1.1 Concepções Teóricas acerca do termo Desenvolvimento.....	16
1.1.1 Desenvolvimento no sentido clássico.....	16
1.1.2 Desenvolvimento agrícola.....	19
1.1.3 Desenvolvimento rural.....	21
1.1.4 Desenvolvimento territorial e rural sustentável.....	25
1.2 Agricultura Familiar: 4 Modelos de Estabelecimentos.....	27
1.3 Território e relações de poder.....	33
1.4 Conflitos ambientais.....	37
<b>CAPÍTULO 2 – SERRA DO BRIGADEIRO: APROPRIAÇÃO AMBIENTAL X EXPLORAÇÃO ECONÔMICA</b> .....	43
2.1 Processo de ocupação da Serra do Brigadeiro.....	43
2.2 Aspectos físicos relevantes para criação de uma Unidade de Conservação na Serra do Brigadeiro.....	47

2.3 A região da Serra do Brigadeiro como foco de interesse pela atividade de mineração.....	51
<b>CAPÍTULO 3 - A CRIAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO BRIGADEIRO COMO PALCO DE CONFLITOS E DE CONSENSOS.....</b>	<b>54</b>
3.1 Resistências a proposta inicial do PESB: a agricultura familiar.....	55
3.2 A proposta conciliada: Criação do Parque e permanência dos agricultores familiares.....	62
<b>CAPÍTULO 4 - TERRITÓRIO SERRA DO BRIGADEIRO: A CONSTRUÇÃO DE UMA TERRITORIALIDADE MESCLADA.....</b>	<b>65</b>
4.1 Construção de uma visão do Desenvolvimento Rural na Serra do Brigadeiro: a proposta do TSB.....	71
4.1.1 Eixo 1 - Preservação e Recuperação do Meio Ambiente.....	73
4.1.2 Eixo 2 - Turismo Rural.....	74
4.1.3 Eixo 3 - Agricultura Familiar Diversificada.....	75
4.1.4 Eixo 4 - Agroindústria Familiar e Artesanato.....	76
4.1.5 Eixo 5 - Cultura.....	76
4.2 Contribuições dos eixos do TSB para a agricultura praticada no Território....	76
4.2.1 Os reflexos dos eixos do TSB na agricultura familiar em Miradouro.....	78
<b>CAPÍTULO 5 – A APARIÇÃO DO CONFLITO ENVOLVENDO DISPUTAS PELO USO DO TSB: AGRICULTURA FAMILIAR E MINERAÇÃO.....</b>	<b>84</b>
5.1 Município de Miradouro, MG: Delimitando a área de estudo.....	84
5.2 Localização, população e base econômica.....	85
5.3 Agricultura desenvolvida em Miradouro, MG.....	88
5.4 Projetos para exploração de minério de bauxita em Miradouro.....	95
5.5 A História das resistências contra os projetos da mineração no TSB.....	98
5.6 Tentativas de negociação entre territorialidades distintas: O Programa Ecos da Mata.....	109
<b>CAPÍTULO 6 – TERRITORIALIDADES EM CONFLITO.....</b>	<b>114</b>
6.1 Primeiros índices de resistência ao projeto de mineração em Miradouro: Conflitos relacionados à CBA, à GAIA e a população local.....	115

6.2 Situações de conflito nas reuniões do Fórum de Desenvolvimento Regional Sustentável.....	122
<b>CAPÍTULO 7 - ANÁLISE DO CONFLITO AMBIENTAL.....</b>	<b>127</b>
7.1 Questões territoriais como foco dos conflitos ambientais.....	129
7.2 Vínculos territoriais distintos como determinantes da resistência.....	139
<b>CAPÍTULO 8 - CONCLUSÃO.....</b>	<b>144</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>146</b>
<b>ANEXO A - LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MIRADOURO.....</b>	<b>155</b>
<b>ANEXO B - CARTA DA MANIFESTAÇÃO CONTRÁRIA AO FÓRUM E AO PLANO DE DESENVOLVIMENTO ELABORADO PELA GAIA E CBA.....</b>	<b>157</b>
<b>ANEXO C - CARTILHA: “PROJETO DE MORTE” MINERAÇÃO, E “PROJETO DE VIDA” AGRICULTURA FAMILIAR. QUAL CAMINHO SEGUIR?.....</b>	<b>160</b>
<b>APÊNDICE A - FOTOGRAFIAS DE ALGUMAS CULTURAS PRÁTICADAS NA ZONA RURAL DE MIRADOURO.....</b>	<b>164</b>
<b>APÊNDICE B - REUNIÃO REALIZADA E ORGANIZADA PELA CBA E GAIA, EM 24 DE MARÇO DE 2011, NA COMUNIDADE RURAL DE MONTE ALVERNE.....</b>	<b>166</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS

ALMG - ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADODE MINAS GERAIS

CBA - COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO

CECO - CENTRO DE ESTUDOS ECOLÓGICOS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

CEIFAR/ZM - CENTRO DE ESTUDO INTEGRAÇÃO FORMAÇÃO E ASSESSORIA RURAL DA ZONA DA MATA – MG

CMDRS - CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

CMCN - CENTRO MINEIRO PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

CPT - COMISSÃO PASTORAL DA TERRA SUDESTE

CTA/ZM - CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA

DBA - DEPARTAMENTO DE BIOLOGIA ANIMAL

DNPM - DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DRP - DIAGNÓSTICO RURAL PARTICIPATIVO

DEF - DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA FLORESTAL

EIA/RIMA - ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL E RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL

EMATER/MG - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DE MINAS GERAIS

FAFILE - FACULDADE DE FILOSOFIA, CIENCIAS E LETRAS

FAMINAS - FACULDADE DE MINAS GERAIS

FEAM - FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

FETAEMG - FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

GAIA - GRUPO DE APLICAÇÃO INTERDISCIPLINAR À APRENDIZAGEM

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

IEF/MG - INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS DE MINAS GERAIS

ITR - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL

ONG - ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL

OSCIP - ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO

PDRS - PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL

PESB - PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO BRIGADEIRO

PIB - PRODUTO INTERNO BRUTO

PRONAF - PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

PTDRS - PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

STR - SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS

SUPRAM/ZM - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DA ZONA DA MATA MINEIRA

UEMG - UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS

UFMG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

UFV - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

VM - VOTORANTIM METAIS

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Representação Gráfica dos Modelos Produtivos de Lamarche (1998).....	33
Figura 2 - Mapa que representa a faixa com diversos corpos de bauxita e alguns dos municípios correspondentes a presença desse recurso em seu território.....	52
Figura 3 - Mapa planialtimétrico dos municípios que compõem o Território da Serra do Brigadeiro e o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro.....	66
Figura 4 - Alguns dos atores sociais envolvidos no desenvolvimento rural do TSB.....	70
Figura 5 - Pousada Restaurante Brigadeiro.....	75
Figura 6 - Cultivos de Abóbora, Uva e terra em preparo para Cultivo de Morango.....	80
Figura 7 - Horta (alface, couve, almeirão, outras).....	80
Figura 8 - Milho, ao fundo, Banana e Lavoura de Café.....	80
Figura 9 - Abóbora Japonesa e Lavoura de Café.....	80
Figura 10 - Lavouras de Café, ao fundo, parte da Serra do Brigadeiro.....	86
Figura 11 - Projetos de mineração no entorno do PESB.....	101
Figura 12 - Principais atores sociais envolvidos na discussão e resistência a atividade de mineração na Serra do Brigadeiro.....	109
Figura 13 - Ações da CBA e GAIA na Zona da Mata Mineira e municípios localizados no entorno do PESB.....	112
Figura 14 - Alguns dos atores sociais identificados durante o Fórum de Desenvolvimento Regional Sustentável, 2011.....	113
Figura 15 - A Agricultura Familiar é a nossa Cultura, não queremos Perdê-la....	117
Figura 16 - Nosso projeto de desenvolvimento chama-se: A Agricultura Familiar.....	117
Figura 17 - Mapa de Localização dos municípios que participaram do Fórum de Desenvolvimento Regional Sustentável.....	122
Figura 18 - Imagem de satélite ilustrando processos e corpos de bauxita na região da Serra do Brigadeiro.....	128

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Pessoas que participaram da pesquisa, concedendo entrevista.....	15
Quadro 2 - Produção cafeeira, em arrobas na Zona da Mata mineira no período de 1839 a 1900.....	46
Quadro 3 - Atores sociais que estiveram envolvidos no processo de mobilização para criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro.....	61
Quadro 4 - Municípios com suas respectivas comunidades, que fizeram parte do diagnóstico territorial do PESB, em 2004.....	72
Quadro 5 - Processos envolvendo exploração de minério de bauxita em Miradouro, MG.....	97
Quadro 6 – Reuniões promovidas pelo CEIFAR/ZM e outras ações promovidas por entidades na luta pela resistência ao projeto de mineração na Serra do Brigadeiro.....	105
Quadro 7 - Eixos de Desenvolvimento construídos pelo TSB, e Eixos de Desenvolvimento construídos durante as reuniões do Fórum de Desenvolvimento Regional Sustentável pela GAIA e CBA.....	125

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Número e área dos estabelecimentos dos municípios que fazem divisa territorial com o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB).....	50
Tabela 02 - Municípios Limítrofes de Miradouro, MG.....	87
Tabela 03 - População Residente, Miradouro-MG.....	87
Tabela 04 - Ocupação da População de Miradouro-MG, Por Setor Econômico.....	88

## RESUMO

SILVA, Claudinei Heleno da. M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, Outubro, 2012. **Conflitos ambientais no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB): Agricultura Familiar e Mineração de Bauxita no município de Miradouro - MG.** Orientador: Klemens Augustinus Laschefski.

Esse trabalho trata-se dos conflitos ambientais na região do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), mais especificamente no município de Miradouro - MG, o qual faz parte do entorno do Parque. Na primeira proposta de criação do PESB, ocorreu uma intensa mobilização dos agricultores familiares, ONGs, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, e outras entidades. Que juntos, buscaram questionar a cota mínima de 1000 m de altitude para criação do Parque. Pois, caso não fosse revista, diversos proprietários de terras seriam desapropriados, por estarem dentro da cota estabelecida. Numa segunda proposta, resultado da mobilização dos atores sociais, a cota estabelecida foi desconsiderada e feito um trabalho de campo, por representantes das entidades e proprietários rurais que passaram a indicar onde deveria passar os limites do PESB. Com articulação e mobilização dos atores sociais envolvidos, foi criado o Parque em 1996, evitando as desapropriações. Atualmente outro projeto tem incitado à mobilização dos atores sociais com a instalação de empreendimentos de mineração na região, sobretudo de bauxita. Com isso, diversos atores sociais novamente se articulam para impedir os avanços desse tipo de empreendimento, por defenderem o desenvolvimento regional, a partir do fortalecimento da agricultura familiar. O estudo baseado em entrevistas, participação em reuniões, Fórum de Desenvolvimento Regional Sustentável, leituras de atas, etc, objetivou desvendar as formas da apropriação simbólica e material do território em questão. Espera-se que a partir das análises dos resultados dentro da abordagem do conflito ambiental, possa apontar caminhos alternativos para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na região.

## ABSTRACT

SILVA, Claudinei Heleno da. M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, October, 2012. **Environmental conflicts surrounding the State Park of Serra Brigadeiro: Family Farming and Mining Bauxite in the city of Miradouro - MG.** Advisor: Klemens Augustinus Laschefski.

This work deals with the environmental conflicts in the region of the State Park of Serra do Brigadeiro (PESB), more specifically the city of Miradouro MG, which is part around the Park. The first proposal to create of the PESB, counted with an intense mobilization of farmers, ONGs, rural workers unions, and others entities. Thogether they question the minimum quota of 1000 m of altitude as requisite creation of the park. For, if not revised, many landowners wold be expropriated, because they are within the established quota. In the second proposal, as a result of mobilization of social actors, the established quota was disregarded, and done field work, where representatives of organizations and landowners, began to indicate where it should pass the limits of the PESB. Due articulation and mobilization of social actors, involved the Park was created in 1996, avoiding expropriations. Currently, another project has spurred the mobilization of social actors because the installation of mining projects in the region, especially bauxite. Thus, they articulate themselves again, to prevent the advances of this kind of enterprise and defend regional development, from the strengthening of family agriculture. The study is based on interviews, attending meetings, Regional Sustainable Development Forum, reading of minutes, public hearing, et. It aimed at assessing the environmental conflicts involving development proposals linked to mining activity, and other guided in regional sustainable development facing the Serra do Brigadeiro, seeking to unveil the forms of material and symbolic appropriation of the territory in question.

## INTRODUÇÃO

Esse trabalho teve por objetivo verificar os conflitos ambientais oriundos de diferentes propostas de desenvolvimento: uma alicerçada no desenvolvimento industrial com a atividade mineradora ligada a empresa Companhia Brasileira de Alumínio (CBA); e outra pautada no desenvolvimento regional sustentável voltado para a região da Serra do Brigadeiro.

Especificamente, buscamos identificar as estratégias adotadas do setor da mineração; identificar tensões durante o processo que envolveu ações da empresa; identificar os atores sociais envolvidos no conflito; e analisar as diferentes facetas que potencializam as tensões geradas pelas duas atividades.

O trabalho foi desenvolvido a partir de três principais motivações. A primeira delas está relacionada ao município de Descoberto - MG, que é o local de origem do pesquisador. Próximo a esse município, distanciando-se aproximadamente 20 km na estrada de Descoberto a Itamarati de Minas, existe uma unidade de mineração pertencente à empresa CBA, que explora minério de bauxita em Descoberto, desde meados da década de 1980 e início da de 1990. Assim, existe uma relação de convívio do pesquisador com essa atividade, há alguns anos, o qual presenciou a atuação da empresa tanto na geração de empregos, como de alterações na paisagem do município, principalmente com a retirada das matas para extração do minério.

A segunda motivação relaciona-se ao interesse em ter desenvolvido uma monografia sobre essa empresa durante o período de graduação, no curso de Geografia, no ano 2007. Mas, isso não foi possível devido à exigência na época requerida pela empresa, alegando que era necessário enviar uma justificativa sobre os estudos, que seriam avaliados no estado de São Paulo, onde fica localizada a sede da empresa, podendo ser aprovado ou não, dentro do prazo de um ano. Devido o tempo necessário para ter uma resposta da empresa e riscos do estudo não ser aceito, o pesquisador se aproximou da área da Climatologia e desenvolveu uma monografia sobre Clima Urbano, em Viçosa, no ano de 2009.

A terceira motivação esta ligada a realização de um estágio feito em 2008, no município de Rosário da Limeira (MG), na Associação Amigos de Iracambi, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

Durante o período de estágio, de aproximadamente 20 dias, o pesquisador presenciou o desenvolvimento de trabalhos dessa organização junto aos agricultores familiares na região do entorno da Serra do Brigadeiro. Tais trabalhos se davam no sentido de fortalecer a atividade agrícola e evitar a evasão da população do meio rural, de modo que ela não fosse trabalhar em mineradoras, tornando-se assalariados, e deixassem de exercer suas atividades ligadas ao meio rural e passassem, com isso, a trabalhar e residir no núcleo urbano de Rosário da Limeira, ou em municípios próximos. Nesse período percebeu-se a existência de tensões, envolvendo a atividade de mineração e a agricultura desenvolvida no município especificamente e na região da Serra do Brigadeiro de uma maneira geral.

Após essa vivência, alguns questionamentos começaram a instigar o pesquisador: por que em Descoberto não existia resistência a atividade de mineração e na Serra do Brigadeiro, sim? Será que é pelo fato de Descoberto ter como principal atividade econômica as confecções de roupas, se diferenciando da Serra do Brigadeiro que tem como principais atividades a agricultura e a pecuária? Ou será que é devido à existência de diversas entidades atuarem na região, sindicatos, Organização não Governamental (ONG), estudantes e professores universitários, etc.?

Assim, essas e outras indagações levaram o pesquisador a desenvolver um estudo sobre a atividade de mineração e a agricultura praticada na região da Serra do Brigadeiro, focando o município de Miradouro, localizado na Zona da Mata mineira, o qual faz parte do entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB).

A escolha desse município diante da temática proposta, justifica-se por dois fatores. O primeiro deles, por ser uma área rica em minério de bauxita, e que no atual momento tem passado por ações da CBA, pertencente ao Grupo Votorantim Metais (VM), e sua ONG parceira, Grupo de Aplicação Interdisciplinar à Aprendizagem (GAIA). A empresa juntamente com a GAIA, tem realizado reuniões, oficinas, Fórum, mas que tem como pano de fundo, a exploração de bauxita. A primeira reunião ocorrida em Miradouro, envolvendo o assunto relacionado à exploração de minério, atuação da CBA no mercado de alumínio e possibilidades de ocorrer exploração de bauxita, foi apresentada à população local, em março de 2011.

É preciso dizer que a reunião acima mencionada está ligada a década de 1980, quando foram realizadas pesquisas em busca de minério de bauxita na região da Zona da Mata mineira, e nos municípios que fazem parte do entorno do PESB. As jazidas de bauxita encontradas pela prospecção, perfazem uma área de 160 km de comprimento por 30 km de largura, envolvendo os seguintes municípios: Astolfo Dutra, Carangola, Cataguases, Descoberto, Dona Eusébia, Guarani, Guiricema, Itamarati de Minas, Rio Novo, São João Nepomuceno, Mirai, Miradouro e Muriaé. Com a descoberta do recurso mineral, existem alguns municípios em que a exploração já se desenvolve, e em outros, há planos de expansão do projeto mineral através da CBA (EIA/CBA, 1995).

Apesar das pesquisas terem sido realizadas na década de 1980, somente no ano de 2003 foi que a população local e entidades atuantes na Serra do Brigadeiro tomaram conhecimento dos interesses de mineradoras pela região. Assim, a proposta de mineração na Zona da Mata mineira, onde, sem ter sido consultada a população local, foram aprovadas 95 concessões (ROTHMAN, 2010).

O segundo fator que busca justificar o estudo foi o fato de que, apesar de ser uma região rica em minério, existem diversos agricultores familiares instalados na região da Serra do Brigadeiro, os quais estão envolvidos em projetos de fortalecimento da agricultura familiar. Passam por uma diversificação da produção através dos incentivos de distintas entidades, envolvendo os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Associações dos Pequenos Produtores Rurais, Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA/ZM), Centro de Estudo Integração Formação e Assessoria Rural da Zona da Mata (CEIFAR/ZM), Secretarias Municipais, etc. Além disso, a implementação da exploração de bauxita em Miradouro, que esta ainda na fase do planejamento, prevê, como etapa o licenciamento ambiental, a consulta da população local.

Além de Miradouro, outros municípios adjacentes ao PESB também realizam ações voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar, gerando renda da produção combinada com estratégias para a preservação da Mata Atlântica. Destaca-se neste contexto a Associação Amigos de Iracambi que possui um Centro de Pesquisa sediado na zona rural do município Rosário da Limeira, MG. A necessidade da OSCIP desenvolver trabalhos juntos aos

agricultores surgiu diante o fato que os mesmos, para manterem a reprodução do grupo familiar, tinham que aumentar a área de plantio de suas lavouras de café, devido às oscilações de preço dessa cultura no mercado. E com isso, faziam a retirada da mata nativa (Mata Atlântica), acarretando em processos de erosão, diminuição da biodiversidade, comprometimento dos recursos hídricos, entre outros impactos negativos (IRACAMBI, 2011b).

De modo, evitar com que essas ações persistissem, a Iracambi passou a desenvolver projetos e trabalhar a Educação Ambiental, com os agricultores e agricultoras do município. Dentre os projetos destaca-se o Medicina da Mata, que visa aproveitar o potencial medicinal das plantas nativas e, dessa maneira, busca realizar um trabalho que ao mesmo tempo agrega para os agricultores outras fontes de renda e possibilita a preservação da Mata Atlântica. Atualmente, este projeto tem estabelecido uma parceria com o SUS (Sistema Único de Saúde) no desenvolvimento de remédios naturais (IRACAMBI, 2011b).

Tais iniciativas fazem parte de um processo de mobilização e negociação em torno da criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro na década de 1990, que tem por objetivo evitar o desmatamento de áreas remanescente de Mata Atlântica da região, sendo essa uma medida adotada pelo governo estadual, dentro das políticas voltadas para proteção do meio ambiente (IEF/MG, 2011).

Contudo, apesar de algumas medidas serem adotadas por mandatos políticos, ONGs, entidades, etc., atuantes no entorno do PESB, que buscam fortalecer a agricultura familiar, o projeto de mineração entra como outra proposta de desenvolvimento para a região que se contradiz com os já desenvolvidos, que visam à sustentabilidade pautada na agricultura familiar. Diante das grandes transformações territoriais que acompanham a exploração de bauxita, entendemos que a atividade trará também profundas reconfigurações sociais no município, que aumentam o potencial de tensões e conflitos.

Diante do exposto, partimos da hipótese de que os impactos decorrentes da exploração de bauxita em Miradouro podem não somente afetar a base material das populações que exercem a agricultura familiar, mas também as potencialidades da produção e sua reprodução social.

Para desenvolver as análises que nossa hipótese sugeriu, essa dissertação está dividida em oito capítulos. Após essa introdução, apresentaremos os métodos da pesquisa e as atividades realizadas no campo que envolveram acompanhamento de reuniões da Comissão dos Atingidos pela Mineração de Bauxita na Zona da Mata mineira, Fórum de Desenvolvimento Regional Sustentável, visita às propriedades rurais localizadas em Miradouro, aplicação de entrevistas aos agricultores e agricultoras familiares, representantes de entidades e do poder público municipal.

No Capítulo 1 apresentaremos um conjunto de literaturas conceituais que abordam sobre nosso tema de estudo. As concepções de desenvolvimento que ao longo das décadas foram sendo ressignificadas e passaram não somente referir-se aos dados relativos à produtividade agrícola, mas também, os aspectos sociais, culturais e econômicos. Ampliaram o leque da concepção acerca do desenvolvimento, podendo ele ser compreendido em diferentes facetas, sustentável, rural, territorial, etc., tornando-se parte dos discursos de diferentes grupos sociais e dos órgãos governamentais. É discutido, também, conceitos relacionados a agricultura familiar e sua tipologia. Pelo fato desse estudo envolver propostas da apropriação territorial por atores distintos, referimo-nos ainda, aos conceitos de território e territorialidade nos sentidos de identificação, de uso, e das relações de poder que estão neles imbricados. Por fim, os conflitos ambientais que serviram como base para análise do trabalho empírico.

No Capítulo 2 contextualizaremos a nossa região de estudo a partir dos dados gerais que envolveram a sua ocupação, economia, a presença de agricultores, e características físicas relacionadas aos aspectos ambientais que levaram a criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro. Ressaltamos também, a importância econômica da região relacionada à presença de minérios, dentre eles a bauxita, que tem atraído diferentes empresas mineradoras, onde buscam explorar desse recurso.

No Capítulo 3 retomaremos a Serra do Brigadeiro para focar no processo da criação do PESB, dentro de uma concepção de “natureza intocada” que envolveu diferentes entidades atuantes na região e os próprios agricultores que lutaram para reverter à maneira como seria criado o Parque, e evitar um grande número de desapropriações.

No Capítulo 4 falaremos brevemente do Parque, contextualizando-o como base para a mobilização social e proposta do desenvolvimento rural sustentável da região, que resultou na criação do Território Serra do Brigadeiro (TSB) e eixos de desenvolvimento. Entendemos que este processo fortaleceu a identidade territorial dos agricultores familiares como base da motivação para a resistência contra a mineração.

No Capítulo 5 apresentaremos as características geográficas de Miradouro, focando na agricultura familiar desenvolvida no município e atuação de entidades, para então, fazermos uma tipologia dos agricultores familiares, tendo como referência as contribuições teóricas de Lamarche (1998). Contextualizamos essa atividade com a da mineração de bauxita que busca se implantar através da CBA. O que tem levado a diferentes situações de conflitos nos diferentes espaços de reuniões e outras ações ligadas a empresa e a GAIA.

No Capítulo 6 serão apresentadas as situações de conflitos relacionadas às territorialidades distintas dos agricultores familiares e da mineração. No Capítulo 7 analisaremos as diferentes tipologias de conflitos ambientais espaciais, distributivos e territoriais, apontando situações onde o conflito é mais fácil de ser resolvido, e situações difíceis de serem solucionadas, acrescentando-se os cenários futuros do conflito. E por fim, no último Capítulo, as conclusões gerais de nosso estudo, relacionando-as com nossos objetivos e hipótese.

## **METODOLOGIA**

Esse capítulo tem por finalidade apresentar os procedimentos metodológicos adotados para realização da pesquisa.

Utilizamos o método qualitativo, no qual o investigador estabelece um contato direto com o indivíduo ou grupo de pessoas (os seus informantes) em um determinado ambiente ou situação a ser investigada (GIL, 1995). Esses momentos aconteceram por meio de entrevistas, espaços de reuniões e conversas informais que serão apresentadas ao longo do texto.

A pesquisa foi classificada como sendo descritiva-explicativa, em consonância com a fundamentação teórica de Gil (1995). Segundo esse autor, a pesquisa descritiva consiste em fazer uma descrição das características de uma determinada população, fenômeno, etc. Assim, comungando dessa definição, foi realizada uma contextualização da área estudada, envolvendo sua ocupação, atividades instaladas, dentre outras características relevantes para o estudo.

É também explicativa porque de acordo com o mesmo autor, esse tipo de pesquisa tem como preocupação central identificar os fatores que corroboram para a ocorrência de um determinado fenômeno. Para o nosso estudo consideramos como fenômeno os conflitos ambientais ligados aos avanços da atividade minerária e agricultura familiar na Serra do Brigadeiro.

A construção do embasamento teórico conceitual consistiu de uma revisão bibliográfica de autores que abordaram os aspectos das transformações ocorridas no meio rural nas últimas décadas. Que passou a ser palco da inserção de novas políticas públicas, incorporando novos grupos sociais (sem-terra, agricultor familiar, quilombolas, etc.) saindo de uma visão estrita de rural concebido como agrícola para outras concepções de desenvolvimento (rural, territorial, sustentável, etc.). Dentro dessa abordagem trabalhamos com os seguintes autores: Nelson Giordano Delgado (2010), Arilson da Silva Favareto (2006), Ricardo Abramoway (2000) e Zander Navarro (2001).

A definição de agricultura familiar e sua classificação ficaram assentadas nas contribuições teóricas de Maria de Nazareth Baudel Wanderley (1996), Hugues Lamarche (1998) e na lei 11.326 da agricultura familiar (BRASIL, 2006).

O território foi outra categoria de análise. Ele foi entendido em suas distintas dimensões: de apropriação afetiva simbólica, de dominação e estabelecimento de relações de poder, como território usado e onde se estabelece uma territorialidade. Nesse sentido, para analisar nossa realidade empírica através desse conceito foram utilizados autores como Milton Santos (2002), Iná Elias de Castro (2005; 2005b), Roberto Lobato Corrêa (2002), Rogério Haesbaert (2009), Ana Clara Torres Ribeiro (2004), Manoel Correia de Andrade (2002) e Claude Raffestin (1993).

Por fim, para análise dos conflitos ambientais comungamos das contribuições de Andréa Zhouri (2010, 2010b), Klemens Laschefski (2010, 2010b, 2011) e Henri Acselrad (2004).

### **Processos Metodológicos: Observação não participante**

A escolha de Miradouro, MG para realização desse estudo, aconteceu depois da participação em uma reunião na comunidade rural pertencente a esse município, denominada Monte Alverne, promovida pela GAIA e pela CBA, no dia 24 de março de 2011. Já sabendo que se tratava de assuntos relacionados à atividade de mineração e que existiam resistências a esse tipo de atividade na Serra do Brigadeiro<sup>1</sup>, o pesquisador percebeu que esse poderia ser um momento oportuno de presenciar a existência de um conflito relacionado à extração de minério e atividade agrícola em Miradouro.

Durante essa reunião, no Fórum de Desenvolvimento Regional Sustentável e nas reuniões da Comissão dos Atingidos por Mineração, adotou-se a técnica de coleta de dados através da observação não participante, em que o pesquisador toma contato com uma comunidade, um grupo, ou uma realidade estudada, sem integrar-se totalmente a ela. Ou seja, o pesquisador presencia um determinado fato, mas não participa com intervenções do mesmo, de modo que não se envolva com as situações, estabelecendo apenas um papel de espectador. O que não quer dizer que a observação não seja

---

<sup>1</sup>Os objetivos da reunião foram informar a população rural e entidades presentes, acerca dos estudos minerários feitos pela CBA na região durante a década de 1980; apresentar o histórico de atuação da empresa no mercado de alumínio; os processos que envolvem a extração, o transporte e o beneficiamento da bauxita; e apresentar a comunidade, possibilidades da empresa se implantar em Miradouro, visando explorar esse tipo de minério.

consciente, dirigida e ordenada para um fim determinado (MARCONI; LAKATOS, 2008).

Através da observação não participante nos três espaços de reuniões supracitados, tivemos como objetivos identificar potenciais de conflitos ambientais, atores envolvidos, suas estratégias e identificar pessoas chaves a serem entrevistadas.

A partir dos contatos estabelecidos com alguns participantes da reunião do dia 24 de março, dentre eles, o atual agente da Comissão Pastoral da Terra (CPT-MG), foi feito um convite do agente para que o pesquisador participasse das reuniões da Comissão dos Atingidos por Mineração de Bauxita na Zona da Mata mineira<sup>2</sup>. Assim, o mesmo esteve presente em cinco reuniões da Comissão, as quais eram realizadas uma vez ao mês na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Muriaé, durante os anos de 2011 e 2012. As reuniões que não tiveram a presença do pesquisador, esse tomou conhecimento através de atas produzidas pelo grupo da Comissão, que eram enviadas por e-mail, totalizando quatro atas.

Cabe salientar, que a participação na reunião do dia 24 de março, também foi importante por tomar conhecimento de um Fórum de Desenvolvimento Regional Sustentável, organizado e realizado pela CBA e pela GAIA, ao longo do ano de 2011. Esse foi realizado através de dez reuniões itinerantes em nove municípios localizados na Zona da Mata mineira, os quais fazem parte da área de influência da CBA.

Todas as reuniões do Fórum tiveram acompanhamento do pesquisador, desde sua abertura na cidade de Itamarati de Minas - MG, em julho de 2011, até seu encerramento em Mirai - MG, em novembro do mesmo ano. Os municípios envolvidos com suas respectivas datas foram eles: Itamarati de Minas (01/07), Rosário da Limeira (22/07), Muriaé (12/08), São Sebastião da Vargem Alegre (26/08), Descoberto (16/09), Miradouro (30/09), Fervedouro (21/10), Cataguases (04/11) e Mirai (25/11). Na última reunião foi entregue aos participantes do Fórum um CD, contendo o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS), que é o produto final das rodadas de reuniões.

---

<sup>2</sup> Essa Comissão é composta atualmente (CPT, STRs, CEIFAR-ZM, Associação Amigos de Iracambi, mandatos políticos, e outros), tem por objetivo discutir os impactos da mineração na região da Serra do Brigadeiro, e busca aglutinar forças para resistir os avanços de mineradoras na região, por considerar uma ameaça aos agricultores instalados em diferentes Comunidades Rurais que envolvem o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro.

Nele, estão definidos os eixos de desenvolvimento para a região da Zona da Mata mineira, mais precisamente, para os municípios que fazem parte da área de influência da empresa CBA.

## **Pesquisa Documental**

Para contextualizar a área de estudo fez-se uma pesquisa documental que, segundo Lakatos (2008), consiste na coleta de dados referentes a fontes de documentos secundários. Essa etapa foi desenvolvida a partir da análise de documentos produzidos pela academia, órgãos públicos e entidades atuantes na região.

Para caracterizar a Serra do Brigadeiro sobre o seu processo histórico de ocupação, sobre as razões que levaram a criação e às mobilizações para implantar o PESB, o TSB, bem como sobre os interesses de mineradoras pela região e a resistência da agricultura familiar, foram consultadas fontes envolvendo as oficiais do governo, sítios da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estudos acadêmicos através de leituras de monografias (ALMEIDA, 2007; FERRARI, 2008; MENDES, 2007), dissertação de mestrado (FERRARI, 2010; FREITAS, 2011) e teses de doutorado (BARBOSA, 2005; BONFIM, 2006).

Foram consultados ainda, documentos como o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, elaborado para o TSB, e Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável elaborado pela GAIA e CBA; e outros documentos relevantes produzidos por entidades como a Associação Amigos de Iracambi, a Comissão Pastoral da Terra, o CTA-ZM, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miradouro, de Muriaé, CEIFAR-ZM e Comissão dos Atingidos por Mineração.

Para identificar as possíveis áreas onde poderá ocorrer exploração de minério em Miradouro, foram realizadas leituras e interpretação de mapas, quadros e tabelas presentes no Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), pertencente a CBA; acrescida de consultas no sítio do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) para tomar conhecimento acerca de processos minerários atuais, envolvendo requerimentos, empresas e tamanho de áreas a serem mineradas.

## **Aplicação das Entrevistas**

Para realização das entrevistas foi adotado a amostragem não probabilística, por acessibilidade. Segundo Gil (1995) essa amostragem não apresenta um rigor matemático ou estatístico, dependendo unicamente de critérios adotados pelo pesquisador. Esse seleciona os elementos representativos, ou seja, a amostra a ser entrevistada, de modo que eles possam de alguma maneira representar o universo.

Com as participações nas reuniões da Comissão e no Fórum, foi adquirida junto às pessoas uma proximidade, desde março de 2011. Em virtude disso, houve uma facilitação de acesso a documentos produzidos, sobretudo, pelo STR de Miradouro, Comissão Pastoral da Terra e Amigos de Iracambi, possibilitando também a coleta de dados primários através da aplicação de entrevistas estruturadas e entrevistas não estruturadas.

Segundo Marconi e Lakatos (2008) a entrevista estruturada é aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido, onde as perguntas direcionadas ao entrevistado são predeterminadas. Segue um formulário elaborado, e é efetuada de preferência com pessoas selecionadas. Para esse tipo de entrevista foram realizadas perguntas abertas e fechadas. No primeiro caso, as perguntas abertas permitiram o informante responder livremente sem direcionamento das possíveis respostas, usando uma linguagem própria para emitir suas opiniões. No segundo, com perguntas fechadas, o informante ficou mais restrito em suas respostas.

Com a aplicação da entrevista não estruturada, o entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em que considere ser adequada à medida que a conversa vai fluindo. Essa técnica é uma forma de poder explorar mais amplamente uma determinada questão. Em geral, as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma situação informal. A função do entrevistador é de incentivo, levando o informante a falar sobre determinado assunto, sem, entretanto, forçá-lo a responder (MARCONI; LAKATOS, 2008). Para esse tipo de entrevista foi utilizada a modalidade não dirigida, em que se deu liberdade total ao entrevistado, deixando-o expressar suas opiniões e sentimentos.

Assim, a partir dos momentos de reunião e outros espaços, foram identificados os informantes e agendadas as entrevistas, sempre buscando um melhor dia e horário para que o representante de entidade, agricultor (a) e

outros (as) pudessem concedê-la. Antes de iniciá-las, era informado ao (a) entrevistado (a) a finalidade da pesquisa, entrega, leitura e assinatura do termo de consentimento de entrevista, buscando deixar o (a) informante à vontade para aceitação ou não da sua condição de entrevistado (a).

Feito isso, pedia-se também a concessão da gravação de voz durante toda a entrevista. As entrevistas gravadas foram posteriormente transcritas, destacando-se trechos relevantes com respeito aos objetivos do estudo, as quais foram parcialmente reproduzidas neste trabalho. As mesmas foram submetidas as análises, articulando-as aos outros dados construídos e a literatura adotada para esse estudo.

As entrevistas foram aplicadas com objetivo de desvendar aspectos subjacentes ainda não revelados pelos atores envolvidos no debate sobre a mineração, que envolve situações causadoras de conflitos ambientais em torno da poluição da água, do ar, do solo, da distribuição de riquezas, e outros fatores.

As primeiras entrevistas foram iniciadas em março de 2011, prolongando-se até abril do mesmo ano. Aconteceram com a atual vice-prefeita de Miradouro e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do mesmo município. Seguida de outras, com o representante da Associação Amigos de Iracambi, representante da Comissão Pastoral da Terra e representante da Comissão dos Atingidos por Mineração. Devido à falta de documentos relativos ao surgimento da Comissão, seus objetivos iniciais, primeiras entidades que participaram da sua criação, ou seja, o seu histórico de formação e atuação foi necessário realizar entrevistas com esses atores.

Quanto às entrevistas com os agricultores e visitas às propriedades rurais de Miradouro, o pesquisador foi acompanhado da atual vice-prefeita desse município, que se mostrou interessada pelo estudo, e juntos percorreram pelas seguintes comunidades rurais: Monte Alverne, Alegre, Fazenda Cambraias, Tijolo e Pedra Cheirosa. Essas visitas foram importantes para conhecer os modos do uso da terra das comunidades in loco, sendo também essencial para melhor entender à inserção da população rural no local, seja em relação aos aspectos produtivos, seja às características ambientais, sociais e culturais.

A primeira comunidade rural para realização das entrevistas foi Monte Alverne. Sua escolha se fundamentou em três principais fatores. o primeiro

está relacionado à contestação ao projeto de mineração pelos atores sociais durante reunião em março de 2011. Segundo, pela não aceitação da continuidade das oficinas organizadas e realizadas pela GAIA. E, terceiro, pelo fato da área onde está situado Monte Alverne fazer parte dos planos de expansão da empresa CBA, sendo esses dados analisados em documentos de entidades e no EIA da CBA de 1995.

As demais entrevistas aconteceram em outra comunidade denominada São José do Sapé. Nessa ocasião, foram realizadas entrevistas estruturadas com a presidenta da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Miradouro e com um agricultor membro do Conselho Consultivo do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro.

Nessa comunidade, cabe destacar uma situação específica em que o pesquisador, ao chegar na residência do agricultor para realizar entrevista, teve que permanecer por três dias na casa do entrevistado. Isto porque as fortes chuvas impediram o seu deslocamento para o núcleo urbano de Miradouro, distante aproximadamente 30 km, e já era noite. Contudo, tal situação se configurou vantajosa porque foi possível realizar sete entrevistas informais com os membros dessa comunidade e agricultores de outras localidades que foram celebrar o aniversário do entrevistado que acolheu o pesquisador. Esse momento foi também importante, para presenciar aspectos culturais ligados à manifestação de Folia de Reis, laços de amizades, etc.

Além das técnicas de coleta de dados através da observação não participante e de entrevistas, também foram realizadas como forma de complementar a metodologia, anotações em caderno de campo e registros fotográficos. O uso de fotografias teve por finalidade fazer uma documentação de estratégias adotadas pelos diferentes atores, através de cartazes, propriedades rurais, agricultura desenvolvida em Miradouro, etc. Essa documentação está sistematizada ao longo do texto.

É essencial dizer que todo o trabalho de campo que envolveu as entrevistas, visita as propriedades rurais, acompanhamento das reuniões da Comissão dos Atingidos pela Mineração e Fórum de Desenvolvimento Regional Sustentável, foi utilizado uma moto modelo YBR/125k, pertencente ao pesquisador, a qual possibilitou transitar por estradas de terra precárias, sobretudo, em ocasiões de chuva.

Todas as pessoas que participaram do trabalho, concedendo entrevista estão relacionadas no Quadro 1 a seguir:

<b>INFORMANTES</b>	<b>SEXO</b>	<b>DURAÇÃO DA ENTREVISTA</b>
Atual prefeito de Miradouro	M	00h:31min:57s
Atual vice-prefeita de Miradouro	F	00h:26min:31s
Atual representante do poder legislativo de Miradouro	M	00h:57min:40s
Atual presidente da Câmara Legislativa de Miradouro	F	00h:29min:21s
Assessora de Deputado Estadual	F	00h:22min:12s
Atual presidenta da Associação dos Pequenos Agricultores de Miradouro	F	00h:43min:04s
Representante do CTA/ZM	M	00h:33min:12s
Representante da Associação Amigos de Iracambi	M	01h:04min:19s
Representante da Comissão dos Atingidos pela Mineração de Bauxita na Zona da Mata Mineira	M	00h:45min:59s
Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miradouro (STR)*	M	00h:24min:38s
Atual presidente do STR de Muriaé	M	00h:31min:26s
Atual presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT sub-região sudeste MG, escritório Muriaé)	M	00:14min:05s
Atual Coordenador das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) de Miradouro	M	00:14min:05s
Voluntário da CPT	M	00h:46min:51s
Advogada militante dos movimentos sociais	F	00h:31min:09s
Funcionário público de Miradouro**	M	00h:08min:37s
Esposa de agricultor familiar e comerciante	F	00h:19min:58s
Agricultora familiar e comerciante	F	00h:15min:56s
Agricultor familiar, aposentado	M	00h:06min:17s
Agricultor familiar	M	00h:28min:04s
Agricultor familiar	M	00h:04min:22s
Agricultor familiar e trabalhador autônomo	M	00h:22min:25s
Agricultores Familiares****	-----	-----

Quadro 1 - Pessoas que participaram da pesquisa, concedendo entrevista.

\* Uma segunda entrevista foi realizada com o atual presidente do STR de Miradouro, empossado em 09 de abril de 2012.

\*\* Durante entrevista realizada na Comunidade de Monte Alverne, foi dito que havia um funcionário público, favorável a instalação da empresa mineradora. O mesmo foi chamado e entrevistado.

\*\*\* Entrevistas realizadas agricultores de Miradouro, sem gravação das falas.

Fonte: Elaboração própria, 2012.

# **CAPÍTULO 1- REREFENCIAL TEÓRICO**

## **1.1 Concepções Teóricas acerca do termo Desenvolvimento**

Neste capítulo percorreremos as abordagens teóricas em torno de agricultores familiares, território e conflitos ambientais que compuseram a base analítica para a interpretação dos dados empíricos de nosso estudo. Antes, porém, apresentaremos um breve histórico sobre estratégias do desenvolvimento que nortearam as políticas públicas para o setor, passando pelas discussões do termo no seu sentido clássico e pelos diferentes acréscimos a ele como: agrícola, rural sustentável e territorial.

Observamos que as políticas públicas seguem estratégias variadas e às vezes baseadas em abordagens teóricas e ideologicamente distintas. Como procuramos evidenciar ao longo deste trabalho, também na região da Serra do Brigadeiro, estão sendo implementadas políticas públicas para o desenvolvimento que, às vezes, levam a processos contraditórios e a situações conflituosas.

### **1.1.1 Desenvolvimento no sentido clássico**

Nessa parte, é crucial fazermos um resgate do período em que o termo desenvolvimento foi utilizado pela primeira vez para melhor entender o real propósito de sua utilização. Segundo Sachs (2000):

O farol do desenvolvimento foi constituído pouco depois da Segunda Guerra Mundial. Com o colapso dos poderes coloniais europeus, os Estados Unidos encontraram a oportunidade de dar dimensões globais à missão que lhes havia sido legada por seus fundadores: ser 'a luz no cimo do monte'. Lançaram o conceito de desenvolvimento com um apelo para que todas as nações seguissem seus passos (SACHS, 2000, p. 11).

Através da citação acima, podemos inferir que os Estados Unidos foram considerados como o modelo a ser seguido para se alcançar o desenvolvimento, e que aqueles que não estavam no seu nível eram considerados "países atrasados". Isto é, estavam à margem do desenvolvimento pautado na industrialização, urbanização e relações

mediadas pelo mercado capaz de gerar renda. Assim, os países ditos “atrasados” deveriam buscar meios de alcançar o nível norte americano. Tal enunciado que provocou uma corrida em busca do desenvolvimento, ocorreu em, “[...] 20 de janeiro de 1949, quando Harry S. Truman, em seu discurso de posse, referiu-se pela primeira vez ao hemisfério sul como “áreas subdesenvolvidas” (SACHS, 2000, p. 12). Para Esteva, (2000, p. 60) “Ao usar pela primeira vez, em tal contexto, a palavra “subdesenvolvido”, Truman deu um novo significado ao desenvolvimento e criou um símbolo, um eufemismo, que desde então passou a ser usado para, discreta ou inadvertidamente, referir-se à era da hegemonia norte-americana”.

De acordo com Sachs (2000), a partir desse momento o mundo foi dividido entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos. Como estado “maduro” do desenvolvimento foram considerados os Estados Unidos e outros países industrializados, colocando assim, um patamar mais elevado da escala de evolução social. Criou-se a visão de uma ordem mundial em que os Estados Unidos estavam à frente das demais sociedades, ou seja, uma ordem unipolar, porém contestado pelo bloco da União Soviética, às vezes chamado, o segundo mundo.

Já o termo Terceiro Mundo, criado pelos franceses, na década de 1950, buscou referir-se aos países com habitantes não europeus, que eram pobres e, em grande parte, colonizados pela Europa. Assim, muitos autores buscam explicar a assimetria entre Primeiro e Terceiro Mundo, como consequência do colonialismo (MCMICHAEL, 2000). No entanto, ambos os termos, terceiro mundo e países subdesenvolvidos, em sua essência, referem-se às posições hierárquicas de desenvolvimento, tendo como mola propulsora o aspecto econômico na distinção entre os países.

Dessa forma, o enfoque do desenvolvimento humano atrelado apenas ao econômico, desconsiderando aspectos sociais e culturais, deu margem para que se iniciasse uma corrida concorrencial em torno do desenvolvimento, entendido como crescimento econômico. Segundo McMichael (2000):

A vinculação do desenvolvimento humano ao crescimento econômico nacional foi um evento histórico importante. Portanto, o termo “projeto de desenvolvimento” é útil. Foi uma resposta política e intelectual às condições do mundo no momento histórico da descolonização. Dentro dessas condições, o desenvolvimento assumiu um sentido específico,

ou seja, impôs uma interpretação essencialmente econômica na vida social. Dessa maneira, o desenvolvimento poderia ser universalizado, sem impedimento de padrões culturais específicos. Seus dois elementos universais eram o Estado-Nação e a mudança econômica (MCMICHAEL, 2000, p. 04).

Dando continuidade à sua argumentação sobre o processo de desenvolvimento latino-americano, McMichael (2000) enfatiza que o projeto de desenvolvimento foi sucedido pelo projeto de globalização. Nas palavras do autor:

Enquanto o desenvolvimento era um empreendimento público no projeto desenvolvimentista, no projeto de globalização o desenvolvimento é visto como empreendimento privado. A idéia dominante é a do mando do mercado em escala global. Em outras palavras, o projeto desenvolvimentista não completou sua tarefa, que agora está redefinida como dando liberdade total ao mercado (MCMICHAEL, 2000, p. 09).

Percebe-se que há autores que entendem o desenvolvimento, na forma como enunciado por Truman, não se concretizou, e lançam outras concepções para entender o termo desenvolvimento, na atualidade. Pois, “[...] é impossível falar de desenvolvimento sem se referir a conceitos tais como pobreza, produção, noção de Estado ou igualdade” (SACHS, 2000, p. 16).

Nessa linha de raciocínio em que o desenvolvimento é entendido como inerente a outros aspectos que não estão ligados somente ao crescimento econômico, citamos Sen (2000, p. 17), em sua fala:

[...] o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. O enfoque nas liberdades humanas contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. O crescimento do PNB ou das rendas individuais obviamente pode ser muito importante como um meio de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade. Mas as liberdades dependem também de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de educação e saúde) e os direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas).

Ainda de acordo com Sen, (2000, p. 18):

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privações de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos (...). Às vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso a água tratada ou saneamento básico (...) Em outros casos, a violação da liberdade resulta diretamente de uma negação de liberdades políticas e civis por regimes autoritários e de restrições impostas à liberdades políticas e civis por regimes autoritários e de restrições impostas à liberdade de participar da vida social, política e econômica da comunidade.

Assim, atrela o conceito de desenvolvimento outras dimensões que não ficam estritas ao econômico. Mesmo porque, quando relacionamos os ideais de crescimento econômico, eles se contrastam com a finitude dos recursos naturais disponíveis para que seja alcançado o desenvolvimento, tendo como modelo os Estados Unidos. Desse modo, Sachs (2000), salienta que o fracasso do desenvolvimento no seu sentido clássico não deve nos causar medo, e sim o seu sucesso. Pois:

Se todos os países tivessem tido sucesso e tivessem realmente seguido o exemplo industrial, seriam hoje necessários cinco ou seis planetas para serem usados como minas, ou como depósitos de lixo. É, portanto, bastante óbvio que as sociedades “avançadas” não são nenhum modelo que se preze; ao contrário, é bastante provável que, no decorrer da história, venham a ser consideradas aberrações (SACHS, 2000 p. 13).

Pelo fato do termo desenvolvimento no seu sentido clássico não ter se sustentado, devido à finitude dos recursos apropriados enquanto matéria-prima, voltados para alimentar a industrialização e promover o crescimento econômico. Outras dimensões ao termo passaram a surgir, tais como: desenvolvimento rural, sustentável, rural territorial, e demais.

### **1.1.2 Desenvolvimento agrícola**

A implementação de políticas desenvolvimentistas baseadas nos ideais dos países chamado primeiro mundo, refletem-se também nas políticas

agrícolas e agrárias, sobretudo, durante as décadas de 1960-1970 adotadas no Brasil. Elas tiveram como objetivo a modernização do campo, a transformação dos produtores rurais em empresas capitalistas para produzir excedentes necessários ou para abastecer os crescentes centros urbanos com alimentos ou para produzir para a exportação com o objetivo de obter divisas.

O principal carro chefe que visou à modernização da agricultura brasileira, foi o lançamento, pelo governo federal, do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), criado em 1965, como principal instrumento de apoio aos médios e grandes produtores rurais para que eles pudessem incorporar técnicas mecânicas e químicas à agricultura (DELGADO, 2010). Com a disseminação de tal padrão na agricultura, de modo que se tornasse “moderna”, o então, mundo rural passou a subordinar-se como mera peça dependente aos interesses do mercado, em graus variados aos interesses de vida e de consumo, majoritariamente urbanas (NAVARRO, 2001).

Algumas das conseqüências da modernização conservadora da agricultura brasileira são:

[...] (1) o crédito agrícola subsidiado se concentrou nas regiões Sul e Sudeste, acentuando os desequilíbrios regionais existentes; (2) privilegiou principalmente os grandes produtores e alguns médios, aumentando a concentração fundiária; (3) favoreceu basicamente os produtos agrícolas destinados à exportação, o que, juntamente com o aumento da relação preços das exportações/ preços dos produtos alimentares, provocou um acentuado desequilíbrio na relação entre produção para exportação e produção para alimentação, piorando a distribuição de renda no meio rural; (4) a modernização da agricultura esteve intimamente associada a uma onda de internacionalização do que na época se chamou de ‘complexo agroindustrial’, com liderança das empresas multinacionais, num processo que foi também conhecido como de ‘industrialização (e internacionalização) da agricultura’ ou de ‘revolução verde’; (5) é indispensável sem a conjuntura da internacional extremamente favorável, tanto do ponto de vista da demanda por exportações de produtos agrícolas, como pela disponibilidade de crédito no sistema financeiro mundial; e (6) promoveu um violento processo de expulsão de mão-de-obra do campo, especialmente nas regiões onde a modernização foi mais intensa: o Sudeste e o Sul foram responsáveis por cerca de 60% do total de migrações líquidas do meio rural nas décadas de 1960 e 1970 (DELGADO, 2010, p. 35-36).

Concomitantemente, durante esse período (década de 1970), foram criadas instituições que visavam difundir o ideal de desenvolvimento para o

meio rural, dentre elas, a EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), subordinada aos governos estaduais. Soto (2002) salienta que a principal consequência do período foi a grande concentração das propriedades de terra no campo. Em 1975, 50% da população detinha somente 2,5% da área rural, enquanto que 1% dos grandes estabelecimentos controlavam 45% da área total.

Essa visão de desenvolvimento apoiada em políticas públicas que tinham como propósitos o desenvolvimento agrícola, trouxeram problemas típicos dos países subdesenvolvidos relacionados aos conflitos sobre a terra, êxodo rural, transformação de famílias rurais em trabalhadores assalariados, etc. Desse modo, essa idéia de desenvolvimento está muito próxima daquela ligada ao desenvolvimento no sentido clássico, pois, ambas as concepções têm como mola propulsora o aumento da produtividade, de modo que possa garantir o crescimento econômico. São relações capitalistas de produzir excedentes para os mercados urbanos e externos, levando o agricultor estabelecer meios de dependência (produtiva, econômica, tecnológica, etc.) à custa de sua própria autonomia.

Devido os resultados insatisfatórios, particularmente com relação à redução da pobreza rural, que pouco se modificou com esse modelo. Ele se esgotou no final dos anos 1970, dando espaço para outras propostas que procuram “remediar” os efeitos negativos que a modernização conservadora trouxe.

### **1.1.3 Desenvolvimento rural**

Mais recentemente, novos olhares sobre o rural, e o entendimento sobre desenvolvimento ampliou horizontes que estão além das atividades puramente ligadas ao setor primário da economia. Com a nova maneira de se entender o desenvolvimento rural, pesquisadores e pesquisadoras têm se esforçado para melhor compreendê-lo e explicá-lo, o que inclui também órgãos governamentais na elaboração de leis, espaços de discussão, criação e implementação de políticas públicas, etc., que passaram a reconhecer quão é heterogêneo o meio rural e a necessidade de inserir grupos que historicamente foram marginalizados do processo de desenvolvimento rural brasileiro.

Segundo Navarro (2001), não existe uma definição exata acerca do termo desenvolvimento rural, mas, normalmente, em nenhuma delas deixa de destacar propostas que favoreçam em melhorias para as populações rurais. O desenvolvimento rural é, então, entendido a partir de ações do Estado nacional ou pelos seus níveis subnacionais que realizam ações direcionadas para o meio rural, que têm como objetivos, não somente atender questões ligadas à produção agrícola, mas também outros grupos rurais e questões de cunho social.

Desse modo, de acordo com Navarro (2001) para melhor compreender o desenvolvimento rural, exigiu-se maiores análises, que não se restringiram em processos estritamente agrícolas identificado como absorção de novas tecnologias difundidas, acarretando em aumentos da produção e da produtividade, e uma suposta e virtuosa associação com aumentos de renda familiar. O desenvolvimento rural passou a significar a necessidade e compreensão dos mecanismos de interação social do mundo rural e da sociedade como um todo. O que necessitou também, investigar as instituições que corroboram para sua ocorrência, através da presença do Estado e da implementação de políticas públicas e outras medidas adotadas.

A concepção de desenvolvimento rural do autor é:

Desenvolvimento rural, portanto, pode ser analisado *a posteriori*, neste caso referindo-se às análises sobre programas já realizados pelo Estado (em seus diferentes níveis) visando a alterar facetas do mundo rural a partir de objetivos previamente definidos. Mas pode se referir também à elaboração de uma “ação prática” para o futuro, qual seja, implantar uma estratégia de desenvolvimento rural, para um período vindouro (assim, existiriam diversas metodologias de construção de tal estratégia, bem como um amplo debate sobre seus objetivos e prioridades principais) (NAVARRO, 2001, p. 89).

No decorrer das décadas de 1980, 1990 e 2000, aconteceram fatos importantes que contribuíram para essa mudança de enfoque. O fim da ditadura militar em 1985, seguida da promulgação da Constituição Federal em 1988, proporcionaram conquistas fundamentais na criação de esferas públicas de participação da sociedade civil. Surgem, por exemplo, conselhos estaduais e municipais, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), criado no Governo Itamar Franco, extinto pelo Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) e recriado no Governo Lula. O Conselho Nacional de

Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS), criado no Governo FHC, que posteriormente foi transformado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) durante o Governo do Luiz Inácio Lula da Silva. Este conselho tem como tarefa subsidiar a formulação de políticas públicas sob responsabilidade do então criado Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que incidem sobre os temas do desenvolvimento rural sustentável, da agricultura familiar e da reforma agrária (DELGADO, 2010).

Além disso, foram realizadas conferências nacionais, estaduais e municipais ao longo da década de 1990. Assim, foram estabelecidos instrumentos de aprendizado e mobilização em torno da construção de agendas reivindicatórias da sociedade civil com vistas a influenciar a formulação e a implementação de políticas públicas nas áreas de saúde, educação, meio ambiente, cidades, desenvolvimento rural, etc. Nesta década, alguns grupos rurais foram fortalecidos, dentre eles, os sem-terra, assentados e agricultores familiares, que foram considerados ao longo desse período os portadores politicamente mais importantes do projeto democratizante no meio rural brasileiro (DELGADO, 2010).

Conseqüentemente esses grupos se fortaleceram diante de disputas com representantes do grande agronegócio do país, tornando-se reconhecidos pelos órgãos do Estado, os quais atuam como interlocutores entre os grupos adversos. Segundo Delgado (2010) este processo aconteceu da seguinte forma:

[...] herdamos da década de 1990 uma disputa por propostas de desenvolvimento, políticas públicas e significados entre dois projetos políticos alternativos, o projeto neoliberal do agronegócio, pautado fundamentalmente pela expansão da agricultura de exportação, e o projeto democratizante, representado inicialmente no meio rural pela proposta de reforma agrária e de desenvolvimento rural fundado na agricultura familiar, mas que deverá incorporar posteriormente novos atores e propostas, e que é pautado, entre outros elementos, pela afirmação da expansão da agricultura de mercado interno (criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996 uma conquista decisiva para o reconhecimento da importância nacional dos agricultores familiares, e a implementação, a partir de 1992, do sistema de Previdência Social Rural, universalizando direitos sociais previstos na Constituição de 1988, com grande impacto social e econômico entre os agricultores familiares) do reconhecimento dos direitos sociais das populações rurais, da democratização do acesso às

políticas públicas e do objetivo fundamental da segurança alimentar e nutricional da população brasileira (DELGADO, 2010, p. 57).

Atualmente, alguns programas e leis foram criados pelos órgãos governamentais como forma de fortalecer as identidades das famílias do campo e o reconhecimento das mesmas como contribuintes de uma nova concepção de desenvolvimento rural. Citamos o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PFONAF) criado em 1996, sendo ampliado para possibilitar o atendimento de diferentes grupos sociais e linhas de crédito como, por exemplo, o Pronaf Agroecologia, o Mais Alimentos, o Floresta, o Mulher, o Custeio e o Comercialização de Agroindústria Familiares (Secretaria da Agricultura Familiar, 2012); o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que é uma das ações do Programa Fome Zero e tem como objetivo garantir o acesso a alimentos em quantidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. (Programa de Aquisição de Alimentos, 2012); o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a alimentação nas escolas da rede pública de ensino (Programa Nacional de Alimentação Escolar, 2012).

Mesmo com políticas públicas voltadas para incorporar os novos grupos rurais no mercado, estabelecendo-se relações próximas da concepção de desenvolvimento agrícola, de dependências externas (do mercado, de tecnologias, etc). Percebemos que houve uma evolução do termo, pois, os novos grupos rurais passaram a ser reconhecidos como importantes na “engrenagem” do desenvolvimento rural, aproximando-se das idéias de Sen (2000) e Sachs (2000).

Sen (2000) através da expansão das liberdades do ser humano, não entende o desenvolvimento apenas do ponto de vista do crescimento econômico, mas da importância de outros fatores capazes de expandir as liberdades, que às vezes está ligada não somente à pobreza econômica, e também social, podendo acarretar limitações à liberdade de participação da vida social, política e econômica. Sachs (2000), entende que esse termo deve sair de uma visão estritamente ligada a total dependência do modelo industrial, apesar dela também existir. Mas, deve abrir o leque de oportunidades que não

se restringem ao mercado econômico no seu sentido clássico de criar dependências externas.

#### **1.1.4 Desenvolvimento territorial e rural sustentável**

A partir do início do novo milênio outras concepções de desenvolvimento rural atreladas às noções de território passaram a surgir baseadas num movimento que, de acordo com Saquet e Sposito (2008), ganhou em relevância nos países como a França, Suíça e Itália, a partir dos anos 1970. Essas novas concepções trouxeram as discussões sobre território e territorialidade junto com o termo desenvolvimento, efetivando-se no que convencionou denominar de abordagem territorial.

Segundo Abramoway (2000), vem da Itália o programa de pesquisa mais influente com relação à dimensão territorial do desenvolvimento. Para o autor, os modelos do desenvolvimento que visam apenas a base física da produção agrícola, dificilmente resolvem a tragédia do esvaziamento social, econômico, político e cultural do campo. Entretanto, quando o meio rural é encarado não como simples sustentação de um setor (a agricultura) e abarca um conjunto diversificado de atividades e de mercados potenciais, seus horizontes podem ser ampliados.

Favareto (2006) salienta que os tempos atuais representam um novo momento, quando a primazia das atividades primárias cede espaço a uma diversificação, com crescente heterogeneização das economias rurais, onde se destaca cada vez mais o aumento do setor de serviços. O acesso à terra, à gestão de bacias hidrográficas, à conservação de florestas e rios acrescida da valorização da paisagem e da biodiversidade, tornam-se novos aspectos incorporados ao setor primário, tratando-se de uma nova ruralidade que se apresenta metamorfoseada.

A novidade está no fato de que nunca houve sociedades as quais hoje tanto estão valorizando sua relação com a natureza, e isto não somente no terreno das preocupações com os problemas ambientais, como as ameaças à biodiversidade ou o aquecimento global. Mas, isso inclui em termos de aproveitamento das amenidades naturais, seja através da construção de novas residências em áreas rurais, das atividades turísticas, etc. Em síntese, o rural não mais se resume aos campos, como lugar de realização de atividade

estritamente primária, mas, com um conjunto de atividades que envolvem os campos e as cidades, com destaque para uma integração intersetorial da economia, e para uma emergência da variável ambiental (FAVARETO, 2006).

Assim, o desenvolvimento territorial apóia-se, antes de tudo, na formação de uma rede de atores trabalhando para a valorização dos atributos de uma determinada região. O cerne da idéia, o território, mais que uma simples base física para as relações entre indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa que representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido, quando se trata de desenvolvimento econômico (ABRAMOWAY, 2000).

Algumas das medidas tomadas pelo governo federal brasileiro foram relacionadas a essa concepção de desenvolvimento. Merece destaque a adoção pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial SDT/MDA de uma política de desenvolvimento rural territorial, que vem atender a uma demanda de representações de movimentos sociais, de ONGs, de intelectuais e de técnicos governamentais na formulação de estratégias de desenvolvimento para o meio rural.

A Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), atua em 164 territórios rurais no país, desse total, 13 deles estão localizados no estado de Minas Gerais. A política adotada pela SDT visa apoiar a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais na gestão participativa, e tem como objetivo garantir o atendimento às necessidades básicas da população, bem como, acelerar processos locais e sub-regionais que ampliem as oportunidades de geração de renda de forma descentralizada e sustentável (Secretaria de Desenvolvimento Territorial, 2012).

Por fim, a concepção de desenvolvimento rural sustentável, estabelece relação próxima com a idéia de desenvolvimento territorial, quando esse traz uma valorização dos aspectos ligados a valorização das amenidades naturais, seja através das preocupações ambientais, ou das possibilidades na geração de ganhos econômicos, tratadas por Favareto (2006) e Abramoway (2000). No entanto, de acordo com Navarro (2001), a expressão “sustentável” nesse caso, está estritamente ligada aos aspectos ambientais.

A concepção do desenvolvimento rural sustentável, surgiu em meados da década de 1980, vinculada a outra de “desenvolvimento sustentável”. A ela, está também ligada outras incorporações, por exemplo, de equidade social, ou mais especificamente, de organização social das famílias rurais que passaram a ter uma sensibilização para as questões voltadas para as dimensões ambientais (NAVARRO, 2001). Para esse autor, a tendência é que cada vez mais a expressão desenvolvimento rural seja acompanhada do componente ambiental, derivado da expressão sustentável.

É importante falar, que com essa discussão não tivemos propósito de esgotar as idéias de desenvolvimento rural, mas apresentar diferentes concepções que ao longo das décadas foram sendo revistas. Nesse sentido, percebemos que o meio rural que era sinônimo de áreas de produção agrícola, se apresenta metamorfoseado não somente pelo acréscimo de novas atividades econômicas, mas também pelo reconhecimento de grupos que outrora ficaram marginalizados do processo de desenvolvimento rural brasileiro. Salienta-se, neste contexto a nova categoria inserida a essa nova concepção de desenvolvimento, o território, como conceito chave para o fortalecimento da agricultura familiar.

## **1.2 Agricultura Familiar: 4 Modelos de Estabelecimentos**

Todas as estratégias voltadas para o desenvolvimento agrícola ou rural tinham com efeito introduzir mudanças nos modos de produção nesse espaço, modificando-se relações sociais dos grupos familiares e estabelecendo-se graus variados de dependência com o exterior.

Entendemos que essas propostas se fazem presentes no desenvolvimento da região da Serra do Brigadeiro e levam a alguma forma transformações na zona rural. Embora não procuramos aqui reproduzir a discussão conceitual que envolve camponeses e agricultores familiares, buscamos apresentar abordagens teóricas que permitem analisar melhor a situação dos agricultores no nosso estudo. Com as diferentes estratégias acima voltadas para o rural, procuramos identificar em qual sentido essas propostas poderão afetar os seus modos de vida.

Nessa parte apresentaremos o que entendemos sobre agricultura familiar, que compõe um dos nossos objetos de análise para o nosso estudo, a

partir dos modelos de estabelecimentos elaborados por Lamarche (1998). Entendemos que a agricultura familiar é aquela em que a família é proprietária da terra, dos meios de produção, e assume ao mesmo tempo o trabalho desenvolvido no estabelecimento produtivo, podendo em determinada época do ano, contratar mão-de-obra assalariada.

Segundo Wanderley (1996) a agricultura familiar, não se constitui em categoria social recente. O que se observa é que o seu significado e abrangência atribuídos nos últimos anos no Brasil assumiram outros ares de renovação, a qual podemos compreender através da implementação de políticas governamentais nas décadas de 1990 e 2000, direcionadas a essa categoria, dentre elas, o PRONAF, PAA, PNAE, Lei da Agricultura Familiar<sup>3</sup> e outras medidas. Com isso:

[...] fala-se de uma agricultura familiar como um novo personagem, diferente do camponês tradicional, que teria assumido sua condição de produtor moderno, propõem-se políticas para estimulá-los, fundadas em tipologias que se baseiam em sua viabilidade econômica e social diferenciada” (WANDERLEY, 1996, p. 01).

De acordo com Wanderley (1996) a agricultura camponesa tradicional constitui-se numa das formas sociais de agricultura familiar, uma vez que ela se funda sobre a relação entre propriedade, trabalho e família. A agricultura camponesa não se identifica simplesmente a uma agricultura de subsistências, pois, devido às transformações de caráter mais geral ligados a importância da cidade, da cultura urbana, centralidade no mercado, e outros impactos; essa agricultura tenta se adaptar ao novo contexto de reprodução, transformando-se interna e externamente em um agente da agricultura moderna.

Como já foi dito, o objetivo deste trabalho não é discutir os termos conceituais em torno do camponês/agricultura familiar. Mas, entendemos que a categoria analítica das famílias pesquisadas no município de Miradouro e na região do PESB, é a agricultura familiar. Isto, pelo fato da existência de diversas entidades presentes na região (CPT, CTA-ZM, ONGs, STRs, etc.)

---

<sup>3</sup> LEI 11.326 DE 24 DE JULHO DE 2006. Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I – não detenha, a qualquer título, área maior que 4 (quatro) módulos fiscais; II – utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III – tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

trabalharem com os agricultores, através de políticas públicas e espaços de discussão (Encontros, Fóruns, Reuniões, e outros) onde é fortalecida a identidade de agricultor familiar.

Além disso, nesses espaços, os agricultores se autodenominam como agricultores familiares. Também, existem medidas adotadas pelos STRs, por exemplo, inserir esses agricultores em políticas elaboradas pelos diferentes poderes Federal, Estadual e Municipal que visam atender a categoria da agricultura familiar, pela comercialização de seus produtos, acesso a linhas de crédito, compra de insumos agrícolas, etc. Desta forma, todos os agricultores entrevistados para esta pesquisa já entraram, de alguma forma, em contato com programas governamentais que objetivam a sua modernização e inserção dos mesmo em mercados formais.

Assim, para melhor caracterizar os agricultores familiares que fazem parte do nosso estudo, localizados na Serra do Brigadeiro, utilizamos Lamarche (1998) que tem uma contribuição teórica importante ao elaborar os modelos de estabelecimentos, utilizando-se dos elementos como: o papel da família, a relação com a terra, a dependência tecnológica, a dependência financeira, de mercado e outras.

Os quatro modelos de Lamarche (1998) são eles:

- Modelo empresa;
- Modelo empresa familiar;
- Modelo agricultura camponesa e de subsistência;
- Modelo agricultura familiar moderna.

Para mostrar o papel da família acerca de sua importância no trabalho desenvolvido no espaço produtivo, Lamarche (1998) advoga que, independentemente de quais sejam os sistemas políticos, formas sociais ou as evoluções históricas, em todos os países onde o mercado organiza as trocas, a produção agrícola é sempre, em maior ou menor grau, assegurada por explorações familiares, ou seja, por explorações nas quais a família participa na produção. O autor, também salienta que há lugares em que a exploração familiar é a principal força que impulsiona o desenvolvimento da agricultura e sua integração a economia de mercado. Em outros, permanece fundada essencialmente sobre a economia de subsistência.

Ainda em relação o papel da família, Lamarche (1998) afirma a existência de lógicas familiares de funcionamento, e para determinar o seu grau de intensidade, considerou como relevante alguns atributos, por exemplo: a terra, o trabalho e a reprodução familiar do estabelecimento.

Na relação estabelecida com a terra, ou seja, o que ela representa para o grupo familiar, Lamarche (1998) buscou compreender se ela é entendida enquanto patrimônio familiar, com todo o seu conteúdo ideológico presente na noção de patrimônio, ou se é vista simplesmente como instrumento de trabalho, ou até mesmo de especulação. Ao analisar a dependência do agricultor acerca de suas relações com a economia de mercado, o autor fez uma análise baseada em três enfoques: dependência tecnológica, dependência financeira, e dependência de mercado.

A dependência tecnológica caracteriza-se pelas técnicas utilizadas, em que os produtores fazem uso de inseminação artificial, fertilizantes, pesticidas, etc. Com uso dessas técnicas de ponta, o produtor pode estreitar seus laços com o mercado externo, pois, são cada vez mais sofisticadas e exigem a assistência permanente de especialistas, podendo levá-lo a diferentes dependências: a financeira, a comercial, os contratos de procuração, dentre outras. Enquanto aqueles produtores que preferem utilizar adubos naturais, armazenar sua própria forragem, ter seu animal ganhão (touro, caprino, outros), utilizando-se de técnicas mais simples, suas relações com o mercado são mais tênues.

A dependência financeira aparece como um elemento importante de análise, pois, dependendo do sistema de produção implantado, seja ele mais ou menos intensivo, as necessidades financeiras tendem variar consideravelmente assim como a disponibilidade dos meios de financiamento, por exemplo, pelo autofinanciamento ou através de empréstimos.

A dependência de mercado se manifesta através do grau da destinação que o produtor dá a sua produção, podendo ser toda ela voltada para a comercialização, seja, animal e, ou, vegetal. Há também aqueles produtores que não destinam toda sua produção para o mercado, pois conseguem manter uma parte de sua propriedade voltada para atender a satisfação das necessidades da família. Por fim, outros produzem essencialmente para o autoconsumo familiar.

A partir dessas lógicas envolvendo diferentes relações que as famílias ou o produtor estabelece com sua propriedade, Lamarche (1998) formulou os quatro modelos de estabelecimentos, sendo, cada um deles apresentados a seguir:

### **I - Modelo Empresa**

Caracteriza-se por relações de produção baseada em pouco ou nenhuma mão-de-obra familiar nas lavouras, e pelas fortes dependências de agentes externos. Nesse modelo, o apego à propriedade enquanto patrimônio familiar está pouco presente. A terra se compra e se vende como qualquer outra mercadoria, em função da necessidade do grupo. De modo geral, o trabalho familiar, é pouco significativo, pois há regularmente utilização de trabalho externo (assalariamento permanente ou temporário) de tal forma que a parte do trabalho familiar se concentra na gestão dos negócios.

Por outro lado, a dependência se exerce tanto no plano tecnológico, financeiro e comercial. Os produtos desse modelo funcionam de modo geral, em sistemas de produção intensivos. Os produtores recorrem maciçamente aos empréstimos para financiar seus investimentos. Consequentemente, a sua produção é exclusiva para o mercado, e comercializada por intermédio de cooperativas ou de firmas privadas.

Esse estabelecimento se assemelha a uma empresa, que visa produzir para vender e realizar, senão um lucro, pelo menos um faturamento suficiente para remunerar sua força de trabalho e compensar o seu capital investido nos meios de produção agrícola.

### **II - Modelo empresa familiar**

A principal distinção desse modelo, para o anterior, é principalmente a participação da família no trabalho do campo. A organização do trabalho estrutura-se, sobretudo, em torno da mão-de-obra familiar, o patrimônio é uma noção exclusivamente pertencente a esse grupo, e o futuro da unidade de produção é pensado em termos da reprodução familiar.

Em contrapartida, como no modelo empresa, o responsável pelo estabelecimento, é também muito dependente do exterior. Mesmo que num quadro familiar, a produção do estabelecimento objetiva à geração de renda monetária e às relações de trabalho definidos pelo assalariamento. Como no

modelo descrito anteriormente, as noções de remuneração e de produtividade do trabalho estão também presentes nesse modelo.

### **III - Modelo agricultura camponesa ou de subsistência**

Nesse modelo há forte predominância das lógicas familiares e uma fraca dependência em relação ao exterior. Compõem esse modelo os estabelecimentos que produzem pouco e utilizam técnicas bastante tradicionais. Seu objetivo maior é satisfazer as necessidades familiares. O projeto da unidade de subsistência é, antes de mais nada, conservar estruturas que possibilitam a sobrevivência do grupo doméstico.

### **IV - O modelo agricultura familiar moderna**

Esse modelo se estrutura em torno de uma dupla dinâmica, de um lado, a busca de uma diminuição constante do papel da família nas relações de produção, e, de outro, a busca da maior autonomia possível. Nesse modelo, acreditamos que um dos fatores contribuinte para essa diminuição do papel do trabalho familiar na produção, possa estar ligado à importância que a cultura urbana exerce, sobretudo, na juventude rural.

O que tem desencadeado em migrações para a cidade em busca de saciar desejos de consumo, trabalho, estudos, etc. reduz-se o número de pessoas da família residindo e trabalhando no meio rural, acrescido da falta de herdeiros (as) para continuarem com as atividades no meio rural, ligadas a agricultura. Contudo, estes agricultores familiares procuram manter as suas terras como base do patrimônio familiar, completando a renda por atividades pluriativas em setores não agrícolas. As novas propostas do desenvolvimento rural no campo, como aquelas realizadas no entorno do PESB, visam à geração de emprego não agrícola através, por exemplo, do turismo rural. Tais iniciativas podem ajudar a manter estas famílias no campo.

Para melhor visualização dos quatro modelos supracitados, colocamos uma representação gráfica elaborada por Lamarche (1998), apresentada a seguir na Figura 1:

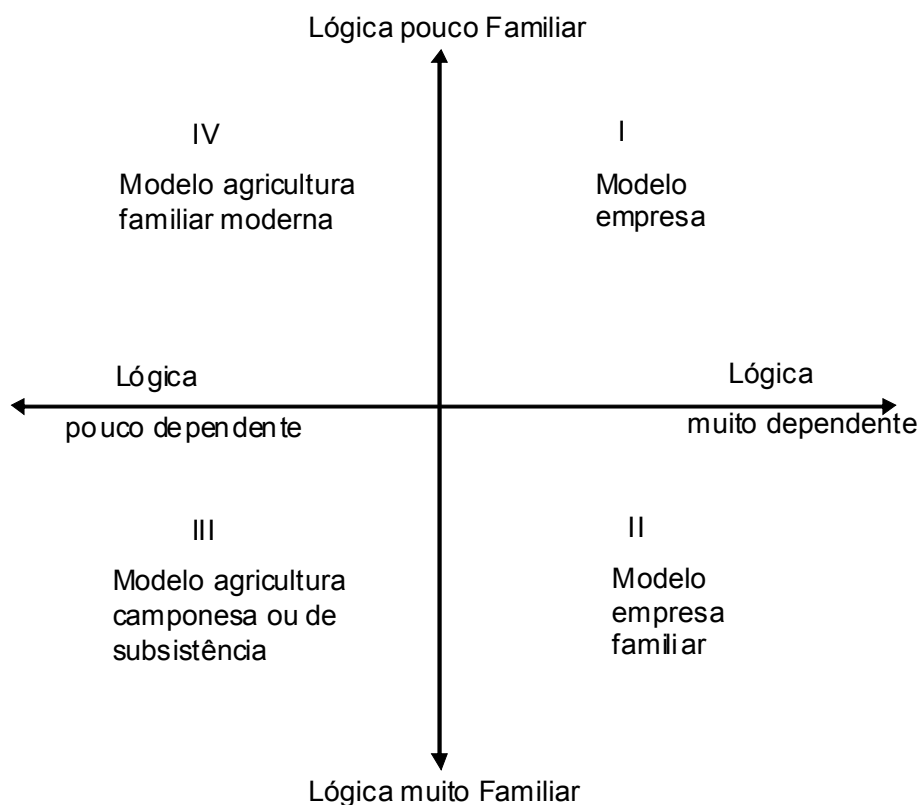


Figura 1 - Representação Gráfica dos Modelos Produtivos de Lamarche (1998, p. 68). Organizado por: Claudinei Heleno da Silva (2012).

A partir da caracterização e análise das relações que os agricultores familiares do nosso estudo estabelecem com a propriedade, o papel da família, com o mercado e outras relações, fizemos a caracterização dos mesmos, identificando-os em quais desses modelos de Lamarche (1998) os agricultores mais se aproximam.

No próximo tópico, trabalharemos com a categoria território que foi fundamental, para melhor entendermos as relações dos agricultores e entidades atuantes na região da Serra do Brigadeiro, envolvendo, ONGs, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Associação dos Pequenos Produtores Rurais, etc.

### 1.3 Território e relações de poder

Entendemos que as propostas para o desenvolvimento, seja em torno da mineração ou em relação às famílias rurais, representam formas diferenciadas da apropriação do território. Assim, diante das diferentes interpretações do território nas variadas áreas de conhecimento é necessário apontar as abordagens que serão utilizadas neste trabalho, que se referem principalmente

àquelas utilizadas na geografia. Também acreditamos ser de fundamental importância realizar essas discussões, pois são essenciais para compreender a próxima categoria: o conflito ambiental.

A categoria território foi trabalhada nessa dissertação a partir de diversas abordagens, uma delas está ligada a de território usado. Santos (2002) enfatiza que a concepção de território usado remete uma idéia mais adequada à noção de um território em mudança, ou seja, do território como processo. Assim, as ações implementadas pelos diferentes atores sociais, governo, entidades, ONGs e mineradoras podem ser melhores entendidas quando buscam redefinir concepções de desenvolvimento, elaborar e reelaborar estratégias pautadas no entendimento que concebem para um determinado território. Com isso, entendemos que “[...] é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social” (SANTOS, 2002, p. 15).

É preciso também entender que na concepção de território usado existem constantes lutas de afirmação e reafirmação quanto as suas distintas apropriações que tentam nele estabelecer distintos usos. Assim, ela é uma categoria que enriquece as análises acerca das disputas territoriais existentes em Miradouro particularmente, e na região do PESB de maneira geral. Local cuja agricultura familiar já praticada há algumas décadas, faz uso do território e há sobreposição de novos usos para um mesmo recorte espacial, através da implantação e expansão dos projetos de mineração. Evidenciando-se o território em disputa por grupos que reafirmam o seu uso, e outros que buscam se apropriar com modos distintos dos atuais.

A centralidade do território como arena, envolve questões provenientes dos conflitos de interesses com ações e usos diferenciados, oriundas de diferentes atores institucionais em escalas diferenciadas que o afetam (CASTRO, 2005).

Etmologicamente o termo território deriva do latim *terra* e *torium*, o que significa terra pertencente a alguém. Pertencente não no sentido restrito de propriedade da terra, mas no sentido duplo. O primeiro é relacionado ao controle de fato, efetivo, por vezes legitimado por grupo de pessoas, instituições, etc. O segundo refere-se à apropriação relacionada à dimensão afetiva, derivada de grupos distintos por raça, sexo, idade e outros atributos (CORRÊA, 2002). Nesse sentido, o conceito de território vincula-se também aos sentimentos, aos simbolismos que as pessoas têm com os seus “lugares”,

e um certo controle do mesmo, que por vezes pode ser, ou não, legitimado mediante outros grupos sociais com interesses e representações diversas. “É nos lugares, cujos limites desobedecem à escala da ação do Estado ou das firmas, que a horizontalidade costurada por práticas de cooperação anula, ou refrata, vetores da verticalidade dominante” (RIBEIRO, 2004, p. 45).

De acordo com Santos (2002) a tendência atual é que os lugares se unam verticalmente, formando pontos distantes um dos outros, como também, se unindo horizontalmente, através do domínio da contiguidade, dos lugares vizinhos, formando uma contigüidade territorial, e construindo uma base de vida comum, que possibilita a criação de normas locais e regionais.

Geiger (2002), acrescenta que território refere-se também a uma certa extensão terrestre, que inclui uma relação pautada no poder, ou posse, de um determinado grupo social sobre esta mesma extensão.

Para Corrêa (2002, p. 251), “Território constitui-se, em realidade, em um conceito subordinado a outro mais abrangente, o espaço, isto é à organização espacial. O território é o espaço revestido da dimensão política, afetiva ou ambas”. Território, então, não é sinônimo de espaço. Segundo Raffestin (1993), o território é algo posterior ao espaço. Território é entendido como fruto de uma ação conduzida por um ator ou de um grupo, que ao se apropriar de um determinado espaço, seja ele, concreto ou abstrato, territorializa esse espaço. Nesse sentido, o uso do termo território, deve ser entendido como espaço onde se projetou um trabalho, e que, por consequência, revela relações marcadas de poder.

Castro (2005b) salienta que relações de poder supõem assimetrias na posse de meios e nas estratégias para o seu exercício. E o território é, segundo a autora, tanto um meio como uma condição de possibilidade de estratégias a serem utilizadas. As estratégias podem variar entre os diferentes grupos sociais, que buscam se organizar para colocarem os seus reais interesses em jogo. Podem se manifestar na formação de redes horizontais e/ou verticais entre os atores envolvidos, em espaços de reuniões, seminários, fóruns, confecção de materiais impressos, digitais, etc. Assim, ao território deve se ligar a idéia de poder, quer seja ele de grupos sociais, público ou privado (ANDRADE, 2002).

Assim, dentre as diversas definições acerca de território, as mais difundidas são aquelas que marcam a tradição do conceito que o definem a

partir das relações de poder no espaço, ou seja, a sua dimensão política (HAESBAERT, 2009). A política, não devemos entendê-la apenas no sentido estrito, referindo-se a ação institucional do Estado, mas no seu sentido mais amplo que engloba objetivos e ações de outros atores sociais, que possibilita mencionar a política das empresas, das associações, de uma Igreja, dos sindicatos, etc. (CASTRO, 2005).

Haesbaert (2009, p. 40) contudo, problematiza a noção de território em três vertentes básicas: política, cultural e economicista. Segundo ele:

- a política (referida às relações de espaço-poder em geral) ou jurídico-política relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas: é a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes, mas não exclusivamente, relacionado ao poder político do Estado.

- a cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.

- a econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporando no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão 'territorial' do trabalho, por exemplo.

Com o território em disputa por diferentes atores, e seus distintos interesses, evidencia-se também, a territorialidade que as pessoas têm de um determinado lugar e lutas que criam nessas mesmas pessoas, medos de uma possível desterritorialização, que podem acontecer de diferentes formas, dentre elas, o êxodo rural forçado. Segundo Andrade (2002), a construção de um território cria nas pessoas um sentimento de participação, que desencadeia em sentimento de territorialidade, o que contribui na formação da consciência de confraternização entre elas.

Corrêa (2002, p. 251-252), refere-se à territorialidade como sendo: “[...] o conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social: o Estado, os diferentes grupos sociais, e as empresas”

Para Ribeiro (2004) o sentido da palavra territorialidade também pode ser entendido como sentimento de pertencimento que as pessoas têm sobre um determinado recorte espacial vinculado a uma preocupação com o destino ou à construção do futuro. Essa preocupação pode advir dos riscos da desterritorialização que as pessoas podem ser submetidas. A desterritorialização é entendida como a perda do território apropriado e vivido em razão de diferentes processos derivados de contradições capazes de desfazerem um determinado uso do território (CORRÊA, 2002). No entanto, segundo Haesbaert (2009) novas territorialidades ou multiterritorialidades são construídas por diferentes grupos que se deslocam ou são forçados a se deslocarem para outros lugares.

Novas territorialidades ou re-territorialidades, por sua vez, dizem respeito à criação de novos territórios, seja através da reconstrução parcial, *in situ*, de velhos territórios, seja por meio da recriação parcial, em outros lugares, de um território novo que contém, entretanto, parcela das características dos velhos territórios: neste caso os deslocamentos espaciais como as migrações, constituem a trajetória que possibilita o abandono dos velhos territórios para os novos (CORRÊA, 2002, p. 252).

Ao trabalhar com a categoria analítica território, procuramos mostrar em nossa pesquisa, que na Serra do Brigadeiro existem distintos territórios e territorialidades. Que estão ligados a agricultura familiar, o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, as mineradoras, o Território Serra do Brigadeiro, e outras.

Algumas territorialidades estão mais ligadas à apropriação simbólico-cultural, de pertencimento a região, aos laços familiares, de conservação do patrimônio natural etc. E, outra mais vinculada à industrialização, a apropriação do território para se fazer outros usos, por exemplo, a exploração do recurso mineral com um viés voltado para o desenvolvimento mais ligado no seu sentido clássico.

#### **1.4 Conflitos Ambientais**

É importante refletir acerca do conflito, pois, de um lado, há o ato de produzir e de viver, do outro, formas de regulação ligadas às outras instâncias de produção, que tendem acirrar o conflito. De acordo com Santos (2002), o conflito se agrava entre os diferentes espaços, o local, o vivido, o global, por

conteúdos ideológicos distantes que chegam a cada lugar, impondo objetos e normas para servi-los. Nesse sentido, existem racionalidades distintas de se apropriar dos recursos presentes num determinado território, e devido a tais divergências dos grupos envolvidos, acabam intensificando o conflito.

A corrente teórica dos conflitos ambientais<sup>4</sup> utilizada para análises dos distintos modos de apropriação do território usado pela agricultura e que estão em disputa pelos empreendimentos minerários na Serra do Brigadeiro, focando em Miradouro, pautou-se na ecologia política. A noção de conflitos ambientais surgiu na corrente da ecologia política que se preocupava com justiça ambiental<sup>5</sup>, movimento que nasceu nos anos 1980, nos Estados Unidos (ROBBINS, 2004). A discussão foi trazida para o Brasil por Henri Acselrad (2004).

Acselrad (2004) salienta que os conflitos ambientais devem ser analisados tanto nos espaços de apropriação material quanto simbólica dos recursos presentes no território, visto que, em ambos os espaços, a distribuição de poder pode ser objeto de contestação.

No espaço apropriado materialmente, desenvolvem-se as lutas sociais, econômicas e políticas pela apropriação dos diferentes tipos de capital, pela mudança ou conservação das estruturas de poder. As apropriações podem estar presentes em diferentes grupos sociais que se relacionam com o espaço, de modos distintos, por exemplo, entre os seringueiros e os latifundiários, os projetos hidroelétricos e a população ribeirinha, a monocultura de eucalipto e a agricultura, e demais. No espaço da apropriação simbólica estão presentes as categorias que legitimam ou deslegitimam a distribuição de poder, sobre os distintos tipos de capital (ACSELRAD, 2004).

Outra forma da apropriação, tal como é pela atividade de mineração, pode ocasionar efeitos indesejáveis, sobretudo, para a população rural, o

---

<sup>4</sup> Usamos aqui o termo conflitos ambientais, e não socioambientais, pois, o termo conflito já engloba o aspecto social. Com isso, haveria uma redundância ao se utilizar o adjetivo conflitos socioambientais.

<sup>5</sup> O movimento de justiça ambiental constituiu-se nos EUA a partir de uma articulação criativa entre lutas de caráter social, territorial, ambiental e de direitos civis. Já a partir do final dos anos 60, redefiniu-se em termos ambientais um conjunto de embates contra as condições inadequadas de saneamento, de contaminação química de locais de moradia e trabalho e disposição indevida de lixo tóxico e perigoso. Foi então acionada a noção de equidade geográfica, como 'referente à configuração espacial e locacional de comunidades em sua proximidade a fontes de contaminação ambiental, instalações perigosas, usos do solo localmente indesejáveis como depósitos de lixo tóxico, incineradores, estações de tratamento de esgoto, refinarias, etc. (ACSELRAD, 2004, p. 25).

comprometimento de nascentes d'água pelo assoreamento, a emissão de poeiras pela extração e transporte do minério, etc. Diante disso, entendemos que a sobreposição de interesses pelo mesmo território, dando a ele outros usos através da atividade de mineração, podem se chocar com usos já existentes, dentre eles, a prática da agricultura familiar. Assim, essas disputas corroboram em situações de tensão, que podem se manifestar em conflitos ambientais, que serão analisados nesse trabalho no Capítulo 7.

Rothman (2010) enfatiza que os conflitos ambientais se revelam, devido às diferentes racionalidades e processos de apropriação do território em confronto. Porém, em determinadas circunstâncias, entidades da sociedade civil, aderem-se as lutas locais na consolidação de movimentos que buscam resistir a partir da construção de redes que ajudam a contrabalançar o poder dos interesses hegemônicos.

De acordo com Acselrad (2004):

O conflito ambiental surgiria de eventuais rupturas do 'acordo simbiótico' entre as diferentes práticas sociais dispostas no espaço. Pois dadas certas combinações de atividades, o 'meio ambiente', poderia constituir um veículo de transmissão de impactos indesejáveis, disseminados pela água, pelo ar, pelo solo e pelos sistemas vivos, capazes de fazer com que o desenvolvimento de uma atividade comprometa a possibilidade de outras práticas se manterem (ACSELRAD, 2004, p. 25).

Desse modo, entendido que os conflitos ambientais podem se manifestar quando há sobreposição de interesses distintos dos atores, que buscam se apropriar de um mesmo espaço ou de espaços conexos. São diversos casos que podemos citar, dentre eles, a expansão indiscriminada do monocultivo do eucalipto que inviabiliza a agricultura em determinadas áreas, comprometendo a reprodução do grupo familiar, do abastecimento de água não somente para a população rural, mas também para a população urbana. Soma-se a esse quadro, outros impactos indesejáveis decorrentes da compactação do solo, redução de nutrientes da terra, alteração dos microclimas, ou mesmo, casos mais extremos, que envolvem o deslocamento do grupo familiar para cidades, para casas de parentes, de amigos, para outras comunidades rurais, etc. São situações que ocorrem devido o incômodo dos impactos negativos gerados, ou mesmo, envolvendo a retirada forçada para que se faça a prática de usos distintos daquele, já em atividade.

Colocamos abaixo uma definição de conflitos ambientais, segundo Acselrad (2004):

Os conflitos ambientais são, portanto aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitido pelo solo, água, ou sistema vivos – decorrentes do exercício da prática de outros grupos. O conflito pode derivar da disputa por apropriação de uma mesma base de recursos ou de base distintas, mas interconectadas por interações ecossistêmicas mediadas pela atmosfera, pelo solo, pelas águas, etc. (ACSELRAD, 2004, p. 26).

Nesse sentido, Acselrad (2004) chama atenção para duas categorias relevantes ao se estudar o conflito: as noções de durabilidade e interatividade. A primeira envolve os requisitos da possibilidade da base material continuar existindo, que pode ser, por exemplo, uma jazida mineral. De acordo com esse autor, aqueles que estão envolvidos no conflito, tendem a acionar, no campo das representações, a capacidade de se dar durabilidade às condições materiais de exercício das atividades como um critério de legitimação ou de deslegitimação das práticas de apropriação do território e seus recursos. Já a noção de interatividade se remete a uma oposição dos atores que desenvolvem ou propugnam diferentes formas sociais, técnicas e culturais de apropriação dos elementos materiais de um mesmo território ou de territórios conexos.

As contribuições de Zhouri e Laschefski (2010) aprofundam a discussão acerca do conflito ambiental ao criarem três tipos diferentes de conflito, sendo eles: conflitos ambientais distributivos, conflitos ambientais espaciais e conflitos ambientais territoriais.

O primeiro deles, os conflitos ambientais distributivos, manifestam-se quando indicam graves desigualdades sociais em torno do acesso e da utilização dos recursos naturais. Esse tipo de conflito marca os debates ambientais internacionais desde o seu surgimento. No Relatório de Brundtland que já enfatizava a questão da distribuição dos recursos entre as gerações presentes, e entre estas e as gerações futuras. Também, a Agenda 21, apresentada pelas Nações Unidas como resultado da Eco 92, que levantaram essa discussão em nível internacional.

O segundo, os conflitos ambientais espaciais são aqueles causados por efeitos ou impactos ambientais que ultrapassam os limites territoriais de diversos agentes ou grupos sociais, através de casos que envolvem a poluição por fumaça gerada pelas indústrias, a emissão de poeiras na extração de minério, a contaminação de rios por produtos químicos, etc. Trata-se, portanto, de conflitos que não surgem em torno de disputas territoriais entre grupos com modos distintos de apropriação ou produção do espaço, ou seja, o conflito não envolve disputas acerca de um mesmo recorte espacial.

Por fim, os conflitos ambientais territoriais que afloram, quando há sobreposição de reivindicações de diversos segmentos da sociedade, portadores de identidades e lógicas culturais diferenciadas, sobre o mesmo recorte espacial. Esse é o tipo de conflito ambiental mais emblemático para se resolver, pois, em alguns casos acarreta no deslocamento de pessoas, e nesse sentido, um dos grupos envolvidos no conflito, deve ceder o uso do território. Como exemplo, voltamos a mencionar o caso do cultivo da monocultura de eucalipto e a prática da agricultura, quando buscam se reproduzir num mesmo espaço, inviabiliza a prática da outra atividade. Com isso, geram conflitos pelo domínio, envolvendo a apropriação material e simbólica do mesmo território.

Os conflitos ambientais territoriais emergem quando esse sistema de apropriação diferenciado desse espaço, com suas conseqüências sociais e ambientais se contrastam com os territórios gerados por grupos, cujas formas de uso dependem, em alto grau, dos ritmos de regeneração natural do meio utilizado. Assim, o território é entendido não apenas como espaço que tem materializado as coisas, mas, um patrimônio necessário para produção e reprodução social do grupo, nele fixado. Na verdade, esse território, deve ser entendido, nas suas diversas dimensões que perpassam o econômico, o social e o cultural, resultando para as populações neles residentes, laços de identidades e de pertencimento, a qual chamamos de territorialidade.

Essas abordagens teóricas foram significativas para o trabalho, pois, em nosso estudo, estão em disputa diferentes territorialidades, como as das empresas mineradoras de bauxita, população rural e entidades atuantes na Serra do Brigadeiro. Tendo como cerne, a concepção do desenvolvimento rural não apenas entendido como agrícola, mas sim como um novo rural conforme GRAZIANO DA SILVA (1997). Os agricultores têm na pluriatividade a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas, através da diversificação

de renda, incluir o desenvolvimento de práticas ligadas ao turismo rural e outras atividades, a defesa do uso atual do território.

Com a criação do PESB, e do TSB, como mostraremos mais adiante, fortaleceram a identidade que as pessoas têm pela região. Assim, as entidades e os movimentos de campo entendem que o território da identidade pode, através da valorização da prática da agricultura familiar, servir como meio de evitar a saída de diversas famílias do meio rural.

## **CAPÍTULO 2 - SERRA DO BRIGADEIRO: APROPRIAÇÃO AMBIENTAL X EXPLORAÇÃO ECONÔMICA**

Esse capítulo visa contextualizar a Serra do Brigadeiro, onde localiza-se nosso município de estudo, que é Miradouro. Para isso, fizemos uma divisão em três partes com elementos chaves que caracterizam a região.

Primeiramente focaremos na ocupação da área, dando destaque aos aspectos sociais, econômicos e ambientais. A região, hoje conhecida como Serra do Brigadeiro, foi marcada pela presença de colonos que se instalaram e passaram a desenvolver atividades agrícolas ligadas principalmente ao cultivo do café e, mais moderadamente, à pecuária extensiva. Outra característica relaciona-se à existência de povos indígenas da etnia Tupi, que habitavam as florestas antes da chegada dos colonizadores e da mão-de-obra escrava, mas, tiveram que socializar-se com esses novos habitantes. Por fim, destacamos os impactos negativos ao bioma Mata Atlântica causados principalmente pelos avanços da cafeicultura e retirada das matas nativas pela empresa Belgo-Mineira.

Em seguida, ressaltaremos os aspectos físicos da região que incitaram a criação de uma Unidade de Conservação (UC) de uso Integral, o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, que foi criado com interesses de preservar os remanescentes de mata atlântica e de conservar as riquezas naturais presentes no bioma.

Finalizando o capítulo descreveremos as descobertas de riquezas minerárias na região, tornando-a atrativa para instalação de empresas mineradoras, e mais recentemente, a existência de planos de expansão dessa atividade para outras áreas circunvizinhas a Unidade de Conservação.

### **2.1 Processo de ocupação da Serra do Brigadeiro**

A Serra do Brigadeiro está situada na Zona da Mata mineira. Sua ocupação esteve vinculada a duas atividades econômicas: a pecuária e a agricultura, que foram ganhando espaço na região pela decadência do ciclo do ouro (de aluvião) que em três décadas se esgotou, conforme Barbosa (2005). As jazidas superficiais, isto é, com depósitos aluviais em que os minerais podiam ser extraídos com instrumentos e técnicas rudimentares, foram se

extinguindo e exigindo tecnologias mais apropriadas que não estavam disponíveis naquela época, impossibilitando dar continuidade à atividade minerária (MOURA, 2012).

Com o declínio aurífero, somado à dificuldade de ocupação de novas áreas habitadas pelos índios, as minas de Ouro Preto, antiga Vila Rica, e Mariana, deixaram de ser atrativas para milhares de pessoas. No entanto, os mineradores que haviam acumulado capital, passaram a investir em outras atividades econômicas, como a agricultura e a pecuária nos anos de 1800. Mas, como os solos da região de Ouro Preto e Mariana não eram favoráveis à atividade agrícola, eles saíram em busca de terras onde pudessem desenvolver as atividades através das missões colonizadoras (MOURA, 2012).

Nessa empreitada, a região da Zona da Mata de Minas Gerais se tornou atraente. Assim, com ideais de colonização política e econômica, partiu de Ouro Preto uma expedição em direção à Zona da Mata, mais especificamente em direção à região atualmente conhecida como Serra do Brigadeiro (BARBOSA, 2005).

Contudo, a região alvo da expedição não era um vazio demográfico, o local era habitado por índios descendentes da etnia Tupi, os Puri, que chegaram a esta região no século XVIII. Segundo Ribas (2003), os índios da cultura Puri viviam originalmente no litoral do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, entretanto, tiveram que se adaptar às regiões serranas com a chegada dos colonos, da escravidão e da violência, fazendo com que peregrinassem por toda a região da Zona da Mata mineira até a chegada, como denominam os descendentes dessa cultura que hoje habitam a região, ou seja, às “Serras” (BARBOSA, 2005).

Devido à presença dessa cultura indígena na Serra, o grupo denominado de “*índios arrepiados*” pelos colonizadores, já que eles tinham no alto da cabeça tufas arrepiadas e que amedrontavam aqueles colonizadores, esta passou a ser chamada de “Serra dos Arrepiados” (BARBOSA, 2005).

Mesmo com o “medo” que os colonizadores tinham dos Puri, o contato entre as duas culturas, quase extinguiu por completo a população indígena, causando também, uma mudança de nome da Serra dos Arrepiados. Com o intuito de inspeção das fronteiras de Minas Gerais com o Rio de Janeiro e Espírito Santo, o emissário do governo Brigadeiro Bacelar, que passou pela região durante essa missão colonizadora, e, encantado com a exuberante

beleza natural, renomeou a Serra para “Serra do Brigadeiro” (VITARELLI, 2005).

Barbosa (2005) advoga que existem algumas estruturas de sentimentos que articulam os Puri, por exemplo, há uma concentração de amorosidade, confiança e solidariedade, que pode ser exemplificada com os assentamentos rurais da Conquista Conjunta da Terra<sup>6</sup>. Outra dimensão é o seu envolvimento com a terra e a alimentação com sua característica de comer as coisas do mato: o mel de abelha, o palmito, a cana, e outras, sendo essa prática, um resíduo ainda presente na atualidade.

Ainda segundo o autor, a estrutura de sentimentos Puri, enquanto dimensão relacional entre envolvimento ambiental e cultural é ao mesmo tempo formadora e formada pela agroecologia. O que implica além do acesso à terra, uma aversão às queimadas, a busca de uma tecnologia alternativa do manejo de produção, da fartura e diversidade de alimentos (BARBOSA, 2005).

Desse modo, todo o processo de colonização da região, que desencadeou conflitos sociais pela ocupação das serras, não afugentou os colonizadores. Pois, estabeleceram-se no local e iniciaram suas atividades agrícolas no século XIX, sendo intensificada na segunda metade do mesmo século.

A prática agrícola para abastecimento do comércio local e regional teve como destaque a cultura do café, que tornou-se, no século XIX, uma das principais atividades desenvolvidas na Zona da Mata mineira, de tal forma que em 1870, o Rio de Janeiro produzia 60% do café brasileiro, seguido de Minas Gerais com 25% e São Paulo 15% (MOURA, 2012 apud PEDROSA, 1962). Segue abaixo, o Quadro 2 que relaciona esse período com o aumento da produção cafeeira na região.

---

<sup>6</sup> Na conquista de terras em conjunto, pequenos proprietários e trabalhadores rurais adquirem conjuntamente uma área de terra, onde cada proprietário tem a possibilidade de comprar uma propriedade, que em média varia entre 1 e 6 hectares, de acordo com suas condições de pagamento. A primeira compra coletiva aconteceu em 1989, envolvendo meeiros e trabalhadores rurais, através de empréstimos de produtos, que posteriormente se transformou em um fundo de crédito rotativo administrado pelo STR de Araponga, que recebeu uma doação da Fundação Ford. A parte da área que será destinada ao novo proprietário é definida a partir de critérios construídos pelo grupo. Os que têm melhores condições financeiras fazem um empréstimo solidário ao novo proprietário para a compra da terra, o que acontece ainda hoje entre parentes e, em menor número, entre amigos. A dívida é sempre paga com produtos, como arrobas de café, milho ou em cabeças de gado. Essa experiência se institucionalizou em 1989 e até 2007, de acordo com os dados fornecidos pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Araponga, sendo que 174 famílias já haviam conquistado o seu pedaço de terra, totalizando 620 hectares (CAMPOS; FERRARI, 2008).

Ano	Produção cafeeira, em arrobas na Zona da Mata mineira
1839	243.473
1860	688.946
1880	5.357.920
1900	104.196.176

Quadro 2 - Produção cafeeira, em arrobas na Zona da Mata mineira no período de 1839 a 1900.

Fonte: Moura (2012).

Elaborado por: Claudinei Heleno da Silva (2012).

Porém, todo esse processo que envolveu a ocupação da região, iniciada com a exploração do ouro no século XVIII, seguida do avanço da atividade agrícola de maneira desregulada e combinada com a pecuária extensiva, durante os séculos XVIII e XIX; resultou no suprimento de grande parte da vegetação original, a Mata Atlântica, que passou então, a ser substituída para introdução de lavouras de café. A supressão da mata era feita de diferentes modos, com uso do machado, fogo e técnicas rudimentares, sem preocupações para os efeitos negativos no futuro, pois, o objetivo era terra para plantar café (BONFIM, 2006; MOURA, 2012).

Ainda, para agravar a situação de desmatamento, durante a segunda metade do século XX, mais precisamente nas décadas de 1950 a 1970, a região foi alvo de intensa extração de madeira nativa pela empresa Belgo-Mineira. Que fazia uso do recurso para produção de carvão e abastecimento de suas usinas siderúrgicas (COSENZA; VENÂNCIO, 2000).

A atividade desenvolvida pela empresa Belgo-Mineira foi alvo de várias denúncias e protestos que chegaram à Presidência da República por parte da comunidade acadêmica da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e da população da região. Em 9 de novembro de 1962 foi assinado um decreto nº1.493, que proibia o desmatamento da floresta e entorno daquele conjunto de montanhas que é divisor de águas e que interessava os municípios de Abre Campo, Matipó, Raul Soares, Viçosa e Carangola (VITARELLI, 2005).

A partir desse decreto, a região passou a ser considerada um importante reduto para a conservação da natureza. Essa importância apresentaremos a seguir, dando relevância para os aspectos físicos que compõem a região da Serra do Brigadeiro, com destaque para a flora, a fauna e recursos hídricos que

formaram a base de justificativa para criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro.

## **2.2 Aspectos físicos relevantes para criação de uma Unidade de Conservação na Serra do Brigadeiro**

As riquezas naturais presentes na Serra do Brigadeiro são diversas. Para ilustrá-las, colocamos abaixo uma transcrição que enfatiza a importância da área como abrigo para distintas espécies:

[...] em especial a vegetação e a localização, associadas a um relevo de serra, composto por sucessivas cristas e vales encaixados e estreitos, proporcionam o surgimento de várias cabeceiras de cursos d'água, que abastecem tributários dos rios Paraíba do Sul e Doce. O PESB apresenta uma diversidade elevada de fauna e flora, com ocorrência de espécies raras, endêmicas e ameaçadas de extinção, como por exemplo, o miquiqui-do-norte *Brachyteles hypoxanthus* e a onça-pintada *Panthera onca* (IEF/MG, 2007, p. 04).

Quanto à fauna destaca-se, entre outras espécies, o macaco miquiqui ou mono-carvoeiro, que é o maior primata do continente americano e um dos maiores mamíferos endêmicos do Brasil. O PESB é considerado uma das áreas mais importantes para a preservação dessa espécie, pois abriga uma das maiores concentrações deste primata encontrada em todo o Estado de Minas Gerais (IEF/MG, 2007; 2010). Também outras espécies importantes para a biodiversidade regional podem ser encontradas no PESB, como demonstrado abaixo:

Nos levantamentos da fauna também foram encontradas espécies ameaçadas de extinção, sendo uma da classe dos insetos (*Perissophlebioides flinti*, da família *Leptophlebiidae*, da Ordem *Ephemeroptera*); uma da classe dos anuros (sapo intanha *Ceratophrys aurita*); oito da classe dos mamíferos (jaguatirica *Leopardus pardalis*, gato do mato *Leopardus tigrinus*, cateto *Tayassu tajacu*, onça parda *Puma concolor*, tamanduá-mirim *Tamandua tetradactyla*, barbado *Alouatta guariba clamitans*, mico-estrela *Callithrix aurita* e o miquiqui-do-norte *Brachyteles hypoxanthus*) e 79 da classe das aves (IEF/MG, 2007, p. 88).

De acordo com a ONG Biodiversitas (2000 apud IEF-MG, 2007), nos levantamentos florísticos na área do PESB, foram encontradas treze espécies

presentes da Lista Vermelha das Espécies Ameaçadas de Extinção da Flora de Minas Gerais, sendo elas: *Agonandra brasiliensis* (Opiliaceae), *Aspidosperma polyneuron* (Apocynaceae), *Guatteria sellowiana*, *Guatteria villosissima*, *Meliosma itatiaiae* (Sabiaceae) *Rollinia laurifolia* (Annonaceae), *Eremanthus erythropappus* e *Vernonia diffusa* (Asteraceae), *Tovomitopsis saldanhae* (Guttiferae), *Ocotea odorifera* (Lauraceae), *Melanoxylum braúna* (Leguminosae), *Tapirira marchandii* (Anacardiaceae) e *Trichilia emarginata* (Meliaceae).

O relevo montanhoso, consequência das influências climáticas e movimentações tectônicas, caracteriza a região com serras, cristas e pontões que compreendem os divisores de águas mais elevados do PESB, com altitude média de 1.580 m, e, em alguns pontos, chegando a 1.985 m de altitude, e declividade média de 60,5 % onde predominam solos rasos (IEF/MG, 2007).

Essas características físicas corroboraram para a formação de uma rica rede de drenagem, e de significativa importância. Pois, os recursos hídricos presentes na Serra, entre eles o Rio Casca e o Glória, abastecem duas Bacias Hidrográficas localizadas na região sudeste do Brasil: a bacia do rio Paraíba do Sul, e a do Rio Doce. Além disso, nascem mais 78 córregos nesta localidade (CTA-ZM, 2004a).

Na perspectiva de criar um mecanismo que assegurasse a proteção dessas riquezas naturais, surgiram na década de 1960 algumas contribuições nesse sentido. Uma delas foi com a criação da Escola Nacional de Florestas da UFV, quando professores/pesquisadores passaram a visitar a região e observar a devastação crescente da Mata Atlântica em nível regional, causado pela empresa Belgo-Mineira. A partir daí surgiu a preocupação ambiental com aquele conjunto montanhoso que abrigava espécies raras e/ ou ameaçadas de extinção (BONFIM, 2006).

Durante a década de 1970, os professores/pesquisadores do Departamento de Engenharia Florestal da UFV, Elmar Alfenas Couto e James M. Dietz, vinculados ao Centro Mineiro para Conservação da Natureza (CMCN), uma ONG ambientalista. Apresentaram um estudo sobre o alto valor ecológico e aspectos socioculturais que deveriam ser mais profundamente estudados, para justificar a implementação de uma Unidade de Conservação naquela região (BONFIM, 2006).

Outra influência que alavancou discussões para criação da Unidade de Conservação, foi a Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente, em Estocolmo<sup>7</sup>, realizada em 1972. Entrando na agenda do governo de Minas Gerais, como política para o meio ambiente, uma tentativa do governo estadual atender discussões em nível internacional (BONFIM, 2006).

Os professores/ pesquisadores sob influencia do modelo norte americano de criação de unidades de conservação, após visitas nos Estados Unidos da América (EUA), e também por outras experiências anteriores na criação de uma Unidade de Conservação na região Norte do Brasil, somado aos incentivos do Prof. Roberto da Silva Ramalho, então presidente do CMCN e Diretor da Escola Superior de Florestas/UFV, propuseram a criação de uma área de preservação. Resultando, na Lei Estadual nº 9.655 de 20 de julho de 1988 que dispõe sobre a criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, com delimitação a partir de 1.000 metros de altitude e que totalizaria uma área de 32.500 hectares, englobando áreas dos municípios de Muriaé, Mirai, Miradouro, Araponga, Abre Campo, Sericita, Carangola e Ervália (BONFIM, 2006; MINAS GERAIS, 1988).

O total de área acima mencionada destinada ao parque, segundo os pesquisadores, seria o mínimo necessário para a efetiva proteção das riquezas naturais. Assim, para atender os objetivos propostos vinculados a preservação, em 20 de julho de 1988, o governo do estado de Minas Gerais promulgou uma autorização para criação do PESB, através da Lei n.º 9.655, que tinha como limites inferiores, a cota referida dos 1000 m de altitude e área total mencionada (BONFIM, 2006; MINAS GERAIS, 1988).

Em 1993, o Instituto Estadual de Florestas (IEF-MG) iniciou os levantamentos para implantação do PESB, contratando serviços da Faculdade de Filosofia e Letras de Carangola, vinculada à Universidade do Estado de Minas Gerais (FAFILE/UEMG) e o Departamento de Biologia Animal (DBA) da

---

<sup>7</sup> A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo entre os dias 5 e 16 de junho de 1972, proposta pela Suécia, preocupada pelas chuva ácidas do Báltico, e pela contaminação química e teor de metais pesados encontrados em peixes e aves. Marcou a chegada das preocupações ambientais à agenda internacional. Reuniu representantes de vários países, dos mais ricos aos mais pobres, visando avaliar as necessidades de desenvolvimento em concomitante respeito à natureza. A reunião marcou o início de uma série de outras conferências realizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) para debater temas específicos levantados durante o encontro, tais como alimentação, moradia e população. O mote principal dessa conferência era regido pela necessidade de estabelecer critérios e princípios que oferecessem a todos os povos uma inspiração para a preservação do meio ambiente (ASSIS, 2011; FRAGOSO, 2012).

UFV, para efetuarem os levantamentos do meio biótico, e a empresa de consultoria ENGEVIX para fazer os estudos do meio físico (BONFIM, 2006).

Contudo, o PESB seria criado numa região com forte presença da agricultura familiar, envolvendo diversos municípios: Araponga, Miradouro, Ervália, Sericita, Pedra Bonita, Muriaé e Divino; que têm em comum a prática da agricultura ligada principalmente à produção de café e pecuária, heranças do período de ocupação da Serra do Brigadeiro no século XIX.

O café produzido na região é cultivado em pequenas propriedades rurais conforme Tabela 1, a seguir.

Tabela 01 - Número e área dos estabelecimentos dos municípios que fazem divisa territorial com o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB).

Municípios do PESB	Agricultura familiar – Lei nº 11.326		Agricultura Não familiar	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Araponga	1 308	10 655	104	7 097
Fervedouro	973	11 358	275	13 901
Miradouro	786	10 557	139	10 057
Ervália	1 622	14 622	163	7 809
Sericita	474	4 187	108	4 688
Pedra Bonita	889	6 520	60	1 486
Muriaé	10 868	144 808	2 864	194 473
Divino	1 236	12 908	370	13 912

Fonte: IBGE, 2011 (Censo Agropecuário, 2006).

Organizada por: Claudinei Heleno da Silva (2011).

Há também no entorno do PESB sua Zona de Amortecimento<sup>8</sup>, que foi definida como parte do plano de manejo que regulamenta diferentes tipos de usos dentro dessa área (IEF/MG, 2007).

Desse modo, a proposta inicial de criação dessa Unidade de Conservação não foi isenta de conflitos. Porque a área destinada à

<sup>8</sup> A zona de amortecimento (ZA) é o entorno de uma Unidade de Conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade (SNUC, 2000). A ZA do PESB foi definida com o limite de 10 km ao redor do Parque, englobando parte dos municípios de Santa Margarida, Jequeri, Pedra Bonita, Sericita, Orizânia, Divino, Araponga, Fervedouro, Canaã, São Francisco do Glória, Miradouro, Ervália, Muriaé, Rosário da Limeira e São Sebastião da Vargem Alegre. Foram excluídas da ZA as sedes municipais, considerando-se um raio de 1 km ao redor de seus limites. Nesta Zona deverão ser vedadas ou restringidas atividades impactantes sobre solo e águas, como extração mineral, barragens, dragagens, construção de aterro sanitário, e outras, obedecida à legislação específica em vigor. A ZA possui uma área total de 143.365, 69 ha (IEF/MG, 2007).

implantação do parque, tendo como referência a cota 1000 m de altitude, iria ocasionar numa série de desapropriações, podendo atingir cerca de 400 a 700 famílias rurais. Essas preocupações e mobilizações da criação do parque, que envolveram territorialidades distintas, serão aprofundadas no Capítulo 3 dessa dissertação.

A seguir, passamos a entender como a Serra do Brigadeiro começa também a ser alvo do interesse de empresas mineradoras.

### **2.3 A região da Serra do Brigadeiro como foco de interesse pela atividade de mineração**

Além das riquezas relacionadas à fauna, à flora, os recursos hídricos e a agricultura familiar, como foram ressaltados anteriormente, a Serra do Brigadeiro também se destaca pela presença de diferentes tipos de minério, sobretudo a bauxita. Esse fato atraiu diversas empresas mineradoras para a região, que têm como objetivo a extração desse recurso mineral.

Dentre as empresas instaladas na região citamos: a Mineração Rio Pomba Cataguases LTDA, a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), a Mineroduto Minas Rio (MMX), a Mineradora Curimbaba e a Mineração Zona da Mata LTDA, que tem interesse em iniciar suas atividades na região, mais precisamente, em Miradouro (IEF/MG, 2007).

No contexto deste estudo concentraremos na CBA, que passou a pertencer o Grupo Votorantim em 2009. Atuante no mercado de alumínio desde a década de 1940, a empresa tem explorado bauxita em municípios que fazem parte do entorno de suas Unidades de Mineração instaladas em Poços de Caldas (1941), Itamarati de Minas (1992) e Mirai (2007), todas elas localizadas no estado de Minas Gerais, sendo as duas últimas, na região da Zona da Mata mineira (CBA, 2012).

O destaque referido a CBA na Serra do Brigadeiro, no momento recente, é devido aos seus interesses de expansão das suas atividades, envolvendo vários municípios localizados ao redor do PESB. Isso ocorre pelo fato dessa empresa ter realizado pesquisas minerárias na região da Zona da Mata mineira durante a década de 1980. Descobriu-se que a região, incluindo a Serra do Brigadeiro abriga as maiores concentrações de bauxita em todo o estado de Minas Gerais. Conforme o Anuário Mineral Brasileiro (DNPM, 1991, apud

EIA/CBA, 1995) destacam-se neste contexto os municípios Muriaé, Mirai, Itamarati de Minas, Descoberto, Carangola, Miradouro e Cataguases. No total, trata-se de cerca de 80 milhões de toneladas de minério, representando 50% do total das reservas localizadas em todo o Estado.

De acordo com o EIA/CBA (1995), o jazimento na região é constituído por centenas de pequenos corpos minerais que unitariamente explorados não teriam viabilidade econômica. Esses corpos estão distribuídos num total de 95 áreas situadas numa faixa de 160 km de comprimento e 30 km de largura, tendo como referência as cidades de São João Nepomuceno ao Sul, Fervedouro ao Norte e Cataguases ao centro, conforme Figura 2 a seguir (EIA/CBA, 1995). Os jazimentos de bauxita foram divididos em dois blocos, tendo como divisor o vale do Rio Pomba. O bloco sul, com 32 áreas, é denominado Descoberto-Itamarati e o bloco norte, com 63 áreas, é denominado Mirai-Muriaé.



Figura 2 - Mapa que representa a faixa com diversos corpos de bauxita e alguns dos municípios correspondentes a presença desse recurso em seu território.  
Fonte: EIA/CBA (1995).

Ao apresentar o cenário das descobertas de jazidas minerárias na Zona da Mata mineira, envolvendo a Serra do Brigadeiro, procuramos contextualizar a região, para nos capítulos seguintes apresentar situações de tensão que levaram a situações de conflitos em torno da mineração. Lembrando que, procuramos focalizar nossos estudos em Miradouro, município que se encontra nos planos da empresa CBA, como parte da expansão de suas atividades minerárias na região.

### **CAPÍTULO 3 - A CRIAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO BRIGADEIRO COMO PALCO DE CONFLITOS E DE CONSENSOS**

Para contextualizar os atuais processos de territorialização, os conflitos, os aspectos históricos em relação à dinâmica populacional, econômicos e políticos. Apresentaremos novamente a Serra do Brigadeiro, que é uma região marcada pela existência de diversas entidades atuantes há algumas décadas, dentre elas, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs), as Associações dos Pequenos Produtores Rurais, ONGs, e demais entidades.

Focalizaremos aqui o processo que envolveu a criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, pois, entendemos que sua implantação ao envolver diferentes entidades e os próprios agricultores da região. Contribuiu na formação de um tecido social organizativo, por exemplo, através dos Conselhos Municipais e das relações sociais cotidianas estabelecidas pelas relações de parentesco, de trabalho, dos laços de amizade, etc. Acreditamos que esse tecido é fundamental para as mobilizações recentes, contrárias, em torno da atuação e expansão das mineradoras na região.

Segundo Diegues (2001) a criação de parques e reservas tem sido uma das principais estratégias para conservação da natureza, ao se focar a preservação de atributos ecológicos importantes. O primeiro parque nacional no mundo, o de *Yellowstone*, em 1872, nos Estados Unidos, foi criado numa região ocupada por índios, fruto de ações preservacionistas, determinando que a região fosse reservada e proibida de ser colonizada ou mesmo vendida segundo leis desse país.

Esse modelo de parque foi transferido dos Estados Unidos para outros países, dentre eles o Brasil, onde a situação é ecológica, social e culturalmente distinta. Pois, as florestas tropicais aparentemente vazias são habitadas por populações indígenas, ribeirinhas, pescadores artesanais, e no caso da região da Serra do Brigadeiro, os agricultores, que são portadores de uma cultura distinta da sociedade urbano-industrial, em se relacionar com o meio natural.

De acordo com Diegues (2001) a legislação brasileira que criou os parques e reservas, seguiu inicialmente o modelo dos Estados Unidos, que resultava no deslocamento ou expulsão dos moradores dessas áreas,

causando uma série de problemas de caráter ético, social, econômico, político e cultural.

A proposta inicial de criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro que foi concebida sob influência do modelo dos Estados Unidos, numa visão da “natureza sem gente” ou “natureza intocada”, representando uma territorialidade incompatível com as territorialidades das populações locais e seus modos diferenciados de apropriação desse espaço. “O PARQUE traz para a população e suas organizações uma nova demanda de regionalização de perspectivas de trabalho e uma nova relação de vizinhança” (BARBOSA, 2005, p. 105).

Pois, com a delimitação física da Unidade de Conservação, cria-se uma alteração na relação das pessoas com a área de mata e com travessias através das Serras. Por exemplo, as taquaras que outrora eram retiradas sazonalmente para a confecção de balaios, forros de carro de boi e tetos de casas, já não podem ser mais aproveitadas. O acesso as travessias que servem de intercâmbio entre as comunidades rurais, passam também a ser restritas ou mesmo proibidas (BARBOSA, 2005).

Assim, não surpreende que as primeiras propostas de criação do PESB não foram bem aceitas na região. Sendo ele implementado depois da superação de muitas tensões e conflitos, levando a uma “territorialidade compartilhada” entre os moradores locais e os agentes que defendem a preservação da natureza. Como isto aconteceu, retrataremos a seguir, pois entendemos que este processo levou a mobilização, sobretudo, dos agricultores familiares que se reflete também na sua atuação em relação à mineração.

### **3.1 Resistências a proposta inicial do PESB: a agricultura familiar**

No contexto de desconsideração das pessoas que residiam à área destinada ao parque. Entra em cena para reverter à imposição da Unidade de Conservação, distintas entidades atuantes na região e os próprios moradores. Juntos, passaram a lutar por maiores esclarecimentos ao órgão estadual responsável pela criação e implantação do PESB, o Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF/MG).

Segundo Bonfim (2006), durante o processo inicial de criação do parque não foi realizada consulta aos moradores da área por parte das organizações responsáveis pelos estudos. Assim, as mesmas não procuraram conhecer a realidade histórico-social na qual a Unidade de Conservação seria criada.

A falta de informação e de não participação na condução da proposta de uma UC na região, resultou num ciclo de mobilização e negociação, tendo como lideranças os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs)<sup>9</sup> dos município do entorno da Serra do brigadeiro. E, o Centro de Tecnologia Alternativa da Zona da Mata mineira (CTA-ZM), uma organização não governamental, que já desenvolvia trabalhos há algumas décadas na região, baseados num processo de Desenvolvimento Local Sustentável<sup>10</sup> através de práticas agroecológicas<sup>11</sup>, que implicam na valorização dos saberes populares, a recuperação dos solos e a diversificação da agricultura (BARBOSA, 2005; NAVARRO, 2001).

---

<sup>9</sup> Os Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Muriaé e da região da Serra do Brigadeiro, foram fundados na década de 1980, a partir da necessidade vivida pelos trabalhadores, e de um gesto concreto dos movimentos populares, grupos religiosos, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), Movimento da Boa Nova (MOBON), famílias de trabalhadores rurais, alunos da Escola de Família Agrícola (EFA de Muriaé), apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT MG), e alguns padres, dentre eles, Padre Agostinho (Muriaé, MG). A principal demanda da época de fundação era o conflito entre empregados, parceiros, meeiros e proprietários, sobretudo pela regularização dos direitos trabalhistas. Também, havia necessidade de lutas para reconhecimento e igualdade de direitos como outras categorias de trabalhadores. Com isso várias lutas foram travadas, alcançando avanços e desafios, dentre estes podemos citar como avanços: Reconhecimento enquanto categoria de trabalhadores rurais; Elaboração de propostas para a Constituição Federal; Inclusão dos trabalhadores rurais no RGPS; Direito de participação atendimento a saúde pública (SUS); Direitos Trabalhistas (FGTS/Férias/13º Salário e outros); Anistia aos pequenos produtores; Salário mínimo integral, etc. (STR de Muriaé, MG. 2004).

<sup>10</sup> A expressão, desenvolvimento local deriva de duas grandes mudanças do período atual. A primeira com a multiplicação de ONGs que, por atuarem normalmente em ambientes geograficamente mais restritos (a região ou município), lentamente instituíram seu raio de atuação em tais ambientes e, em decorrência, criaram uma estratégia de “ação local”, que se tornou ainda mais acentuada por oposição, quando os impactos dos processos globalizantes se aceleraram. Outra mudanças refere-se aos processos de descentralização em curso em muitos continentes – a América Latina em particular (e o Brasil em especial). Esta transferência de responsabilidades de Estados antes tão centralizados valorizou crescentemente o “local”, no caso brasileiro, o município (NAVARRO, 2001, p. 89-90).

<sup>11</sup> A Agroecologia surge como um conjunto de conhecimentos, técnicas e saberes que incorporam princípios ecológicos e valores culturais às práticas agrícolas, que foram desculturalizadas pela capitalização e tecnificação da agricultura. Nesse sentido, a Agroecologia envolve um diálogo de saberes e intercâmbio de experiências, que visam potencializar as capacidades dos agricultores; a uma interdisciplinaridade, para articular os conhecimentos ecológicos e antropológicos, econômicos e tecnológicos, que confluem na dinâmica dos agroecossistemas. Os diferentes saberes se fundem para construção de um novo paradigma produtivo, que envolve uma agricultura mais sustentável, orientada ao bem comum e ao equilíbrio ecológico do planeta, e como uma ferramenta para a autosubsistência e a segurança alimentar das comunidades rurais (LEFF, 2002).

Os STRs, já constituídos em diversos municípios da Serra do Brigadeiro, desde a década de 1980, representam os principais interlocutores dos agricultores familiares junto aos defensores da proposta, os órgãos do Estado. Os STRs passaram a lutar em defesa da categoria dos trabalhadores rurais, buscando meios de garantir os direitos sociais adquiridos, a permanência das diversas famílias de agricultores em suas propriedades enquanto meio de sobrevivência e reprodução social. Como principal argumento, as entidades afirmavam que o fato de haver na região a predominância de agricultores familiares tradicionais, praticando uma agropecuária de baixo impacto ambiental, foi justamente o que garantiu a preservação da área de Mata Atlântica ao longo dos anos (CTA-ZM, 2004b).

Os agricultores familiares tradicionais presentes nessa região advêm do campesinato na Zona da Mata, associado aos migrantes provenientes de outras regiões de mineração, de outras regiões do estado ou mesmo de outros países, para trabalharem nas lavouras de café, que com o tempo foram tendo acesso ao seu próprio pedaço de terra. Aqui se inclui a população negra antes escravizada tanto nas áreas de mineração como na agricultura (FERRARI, 2010).

Está também associado aos sitiantes que vieram ocupar espaços entre as fazendas de café, se dedicando as culturas alimentares, a criação de animais e a trabalhos desenvolvidos nas fazendas com essas atividades. Também associa-se ao próprio desmembramento progressivo das antigas fazendas de café, que foram sendo divididas em propriedades cada vez menores em função da perda do dinamismo econômico e da fragmentação pela herança familiar. E, finalmente, está ligada aos descendentes das populações originárias dos índios Puri e Cataguás. Ou seja, são influências que ainda refletem no modo de vida e na agricultura desenvolvida na região atualmente (BARBOSA, 2005; FERRARI, 2010).

Em 1993, as notícias sobre a proposta inicial da criação do parque começaram a circular dentro da UFV e nos municípios que seriam afetados por ela, estimulando um debate mais amplo.

A partir de 1993-94 iniciou-se na região um intenso debate público sobre a pertinência da criação do parque e, ao mesmo tempo, sobre a necessidade de propostas alternativas que garantissem a permanência e a viabilidade da agricultura familiar na região (CTA-ZM, 2004a, p. 09).

Não surpreende que a proposta de uma UC fosse rejeitada pela população rural e seus representantes, que devido à existência de laços de pertencimento da população à região da Serra do Brigadeiro se viram ameaçadas com a perda da sua cultura e da continuidade de suas práticas agrícolas de base familiar. Assim, a instalação de uma Unidade de Conservação ao desconsiderar essa praxe tornou-se um dilema. Isto por causa da suposta contradição entre a produção exercida pelos agricultores e os objetivos da conservação das riquezas naturais. Isto é, do “O Mito Moderno da Natureza Intocada” (DIEGUES, 2001). Assim, o que os agricultores e as entidades questionavam, não era a importância de se preservar a mata ou o bioma Mata Atlântica, mas sim a maneira como estava sendo imposto o parque pelos órgãos do Estado.

Percebe-se, neste contexto, o início de um conflito que, segundo Diegues (2001), relaciona-se aos objetivos da conservação do patrimônio natural, baseada numa visão de natureza intocada, que diz respeito a uma representação simbólica pela qual existiriam áreas naturais intocadas e intocáveis pelo homem, apresentando-se num estado “puro”, e uma incompatibilidade entre as ações de quaisquer grupos humanos para a conservação da natureza. O homem, nessa visão, é entendido como um destruidor do mundo natural e que, portanto, deveria ser separado das áreas naturais que necessitariam de uma proteção integral.

De acordo com Diegues (2001) existe também um conflito de perspectivas distintas, envolvendo as populações urbano-industriais e as sociedades tradicionais, ficando implícito que deveriam sacrificar-se para dotar as populações urbano-industriais de espaços naturais, de lazer, de educação ambiental, de pesquisas e com isso, a preservação da natureza. Ou ainda, segundo uma versão mais moderna dos objetivos das áreas naturais protegidas de uso restrito, proteger a biodiversidade e manutenção dos bancos genéticos.

Contrariando essa visão de natureza intocada, ao separar o homem do meio ambiente, Laschefski (2011, p. 28), advoga que:

Do ponto de vista socioambiental, visões que separam o social do ambiental são, portanto, um retrocesso diante dos amplos debates acadêmicos e políticos em torno dos modos diferenciados de apropriação do meio ambiente pelos diversos grupos sociais. A dimensão ambiental não pode ser separada

da dimensão social e cultural, uma vez que essa divisão disciplinar não é capaz de dar conta dos efeitos recíprocos e inextrincáveis entre esses domínios empiricamente integrados (LASCHEFSKI, 2011, p. 28).

Na tentativa de reconciliar homem e natureza na condução da proposta de criação de uma UC na Serra do Brigadeiro, o CTA-ZM, junto com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araponga, realizaram um Diagnóstico Rural Participativo (DRP), surgindo como demanda a busca por maiores informações acerca da criação do PESB e para esclarecer preocupações vinculadas à ameaça de desapropriações. Esse DRP visava discutir o futuro dos moradores e moradoras da região, incluindo questões relevantes e urgentes sobre: O que iriam fazer? Como iriam sobreviver? Para onde iriam as famílias? Dentre outras indagações (BONFIM, 2006).

Como forma de aglutinar forças para reverter o tamanho da área do PESB e o critério adotado de demarcação, o município de Miradouro aderiu à questão para impedir a criação arbitrária da UC, destacando-se o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miradouro:

[...] nessa criação da Serra do Brigadeiro, eu tô lá desde quando foi fazer a lei, assim que o IEF começou a fazer um projeto pra poder medir a cota de 1000m, eles vieram com aquele plano, se o pessoal do sindicato não entrasse no meio, era muita gente que tinha saído da propriedade, muita gente [...] foi muita negociação que a gente fez, o pessoal vinha lá do Sindicato de Carangola, de Divino, Pedra Bonita. Íamos pra Viçosa, pro CTA, pra reunir pra discutir [...] era para também todas as prefeituras estarem participando e nem todas participaram, mas os sindicatos pegaram pesado, o sindicato de Miradouro, foi o que mais lutou para que as pessoas não perdessem as propriedades, a maioria do pessoal não reconhece isso, mas nossa senhora, a gente andava 100 Km, era estrada de chão de Muriaé para Limeira, gastava mais de duas horas de Muriaé em Viçosa [...] (Entrevista. Agricultor Familiar. Depoimento: abr. 2012).

Como foi a participação do STR de Miradouro na redefinição da criação do parque? Foi excelente foi fantástica quem liderou na época foi o sindicato de Araponga e o sindicato de Miradouro, foram os dois que estavam encabeçando, mas também, Muriaé, participou muito, outros sindicatos de Divino, também participaram, mas quem liderou foi Miradouro e Araponga e a história da bauxita, eles tiveram a infelicidade de a bauxita estar do lado deles por exemplo, Araponga, quase não participa dessa discussão porque não vai ser atingido, a bauxita tá toda do lado de lá do parque, mas há indícios que existam outros minérios do lado de cá. Em Ervália, uma pessoa que compreende bem do assunto de geologia de mineralogia,

me falou que tem indícios que Ervália possa ter minério de ferro e de ouro [...] (Entrevista. Representante do CTA/ZM. Depoimento: abr. 2012).

O DRP de Araponga marcou o início da participação social nas discussões sobre a criação e implantação do PESB. A partir daí começou a mobilização para reverter os limites físicos da UC. Pois, como foi dito, havia muitas famílias que residiam acima da cota dos 1.000m de altitude. Surge então um processo de mobilização intenso, de discussão acerca da pertinência do parque que foi ampliada e passou envolver outros STR's da região, entidades, ONGs, prefeituras, etc., que se organizaram buscando somar forças contrárias a proposta original (BONFIM, 2006). No Quadro 3 na página seguinte, estão os diferentes atores que somaram forças nesse processo de mobilização.

Associação dos Agricultores Familiares de Araponga, Associação dos Pequenos Produtores de Miradouro, Associação dos Pequenos Produtores de Divino e Associação dos Produtores Rurais de Rosário de Limeira Associação Regional dos Trabalhadores Rurais da Zona da Mata
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (Gerências Regionais de Viçosa, Ponte Nova e Muriaé)
Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG) por meio do Centro Tecnológico da Zona da Mata, sediado em Viçosa-MG
Instituto Estadual de Florestas – IEF/MG.
ONGs: Centro de Tecnologias Alternativas Zona da Mata (CTA-ZM), Amigos de Iracambi, Centro de Estudos e Educação Ambiental (CECO), Centro Mineiro para a Conservação da Natureza (CMCN), Brasil Verde, Associação Comunitária e Ambiental de Araponga
Prefeituras Municipais de Araponga, Fervedouro, Ervália, Muriaé, Miradouro, Divino, Sericita e Pedra Bonita
Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Araponga, Ervália, Miradouro, Muriaé, Carangola, Divino, Sericita e Pedra Bonita
Pólo Regional da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais
Universidade Federal de Viçosa (professores vinculados aos Departamentos de Solos, Educação, Engenharia Florestal e Biologia)
Comissão Pastoral da Terra (CPT)
Moradores e moradoras da Serra do Brigadeiro

Quadro 3 - Atores sociais que estiveram envolvidos no processo de mobilização para criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro.

Fonte: CTA/ZM, 2004a.

Reorganizado por: Claudinei Heleno da Silva (2012).

### **3.2 A proposta conciliada: Criação do Parque e permanência dos agricultores familiares**

Durante o processo das mobilizações os atores buscaram chegar num consenso que pudesse combinar os objetivos relacionados à preservação e os interesses dos agricultores familiares, que já se encontravam estabelecidos na área. O que resultou numa redefinição da proposta, envolvendo, um novo critério de demarcação e atendendo objetivos aparentemente contraditórios:

A proposta nossa nunca foi de cota, era exatamente sair dessa discussão de cota, porque a cota é uma linha burra [...] você traça uma linha sem olhar o que está ali, então a nossa proposta sempre foi de ir no lugar e ver o que já estava antropizado, o que já tinha de agricultura familiar estabelecida e fazer o contorno deixando de fora essas propriedades, mas nunca definimos qual é a cota [...] fizemos um levantamento de todas as comunidades, mais de cinqüenta, e a proposta que vingou foi a nossa [...] liderada pelos Sindicatos junto com o CTA, CPT [...] então criou uma comissão um grupo que percorreu a pé esse parque todinho de propriedade em propriedade, com agricultor, cada um deles mostrando aonde que poderia passar o parque. Normalmente assim, o cara tinha uma lavoura de café, acabou a lavoura, começou a mata, então o cara, tá, depois daquela lavoura ali pode ser, fechava-se esse acordo e então foi definindo os limites do parque nas áreas não antropizadas, nas áreas já trabalhadas, elas ficaram de fora, então ele ficou todo recortado, uma linha não reta [...] isso foi feito para todos os municípios [...] o processo de resistência, de mobilização, de resistência liderada pelos sindicatos pela CPT, a gente saiu vitorioso [...] a gente conseguiu que o parque fosse demarcado a partir da realidade e não do gabinete [...] (Entrevista. Representante do CTA/ZM. Depoimento: abr. 2012).

A partir do DRP de Araponga, aconteceram desdobramentos que resultaram na formação de um grupo de trabalho composto pelo IEF, CTA/ZM e STR's que fizeram um levantamento socioeconômico da região, constituindo de 22 reuniões que envolveram 632 moradores de 54 comunidades distintas. Com esse diagnóstico e outros estudos relacionados ao meio físico e biótico, subsidiaram a implantação do parque (CTA/ZM, 2004b).

Fruto desse processo de mobilização e negociação conseguiu-se reduzir a área inicial da proposta do parque, sendo criado em 27 de setembro de 1996 pelo Decreto n.º 38.319, o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), com área aproximada de 13.210 ha (MINAS GERAIS, 1996).

Nesta nova configuração, a demarcação na cota dos 1000m de altitude foi descartada, garantindo-se a permanência dos agricultores familiares instalados nas proximidades da área de floresta. Em dezembro de 2005, a área do parque foi ampliada para 14.984 ha, pelo Decreto nº 44.191 (MINAS GERAIS, 2005).

Desse modo, o processo de criação do PESB se deu então em meio a conflitos, mas que foram significativos para promover na região um processo de discussão e de participação social envolvendo os próprios moradores e o órgão gestor da Unidade de Conservação, o IEF-MG. Segundo Bonfim (2006), isso foi importante para garantir a criação do próprio PESB e a conservação ambiental da região, sem comprometer a integridade da população do entorno.

Merece destaque também, a cultura Puri, que no início do século XIX eram considerados dispersos e restando apenas poucos sobreviventes, devido a uma epidemia de varíola, e já aculturados aos demais trabalhadores rurais. Mantiveram-se silenciados, durante quase dois séculos, para na década de 1990, reafirmarem-se Puri, em defesa do uso do território. Em verdade não se mantiveram silenciados, apenas não encontraram quem os escutassem. Pois, quando o STR assume atuar junto à coligação interinstitucional para a preservação das Serras, na criação do Parque, emerge um discurso recorrente em algumas comunidades afirmando o orgulho de pertencer aos antigos Puri, resultando na luta pelo território (BARBOSA, 2005).

Nas palavras de uma agricultora familiar da Serra do Brigadeiro:

No início quando foi criado o parque, o que aconteceu, ia desapropriar nossa região, umas cem famílias nessa encosta aqui da serra, e nós fomos para luta e com abaixo assinado, reivindicação, teimamos mesmo e hoje ó, teve a criação do parque e ninguém saiu do seu lugar, aqui então, quer dizer preservou sem mexer com o trabalhador, sem tirar ele da sua terra, hoje todo mundo participa, apóia o parque, é até um ponto turístico muito bonito para quem quer visitar, e não precisou tirar ninguém se não tivesse as organizações, o pessoal fala que tá ruim, mas, se não tivesse estaria pior. (Entrevista. Agricultora Familiar. Depoimento: mar. 2012).

Entendemos que o processo de mobilização para reverter à criação do Parque foi crucial para o momento recente acerca das novas mobilizações que se fazem em torno das atividades de mineração na região. Pois, novamente, a população rural, os agricultores familiares, se vêem ameaçados em

continuarem residindo no entorno da Unidade de Conservação, e com riscos de terem suas atividades ligadas à agricultura ameaçadas pelos impactos oriundos da atividade mineraria, como será discutido nos próximos Capítulos dessa dissertação.

No Capítulo seguinte, apresentaremos a criação do TSB como fator importante na construção de perspectivas de desenvolvimento voltados para os municípios que fazem parte do TSB, e demais localizados nas proximidades do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro.

## **CAPÍTULO 4 - TERRITÓRIO SERRA DO BRIGADEIRO: A CONSTRUÇÃO DE UMA TERRITORIALIDADE MESCLADA**

Nessa parte retomaremos brevemente às discussões sobre o PESB, para falarmos da sua contribuição acerca da criação do Território Serra do Brigadeiro (TSB), enquanto um território fruto de uma política pública federal.

A criação do TSB remete ao Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) criado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2003. Esse programa tem como objetivo promover a implantação e integração de políticas públicas, com intuito de melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares, das comunidades rurais e redução das desigualdades regionais. Também são objetivos do programa articular, promover e apoiar a organização e o fortalecimento institucional de atores sociais locais na gestão participativa do desenvolvimento sustentável de territórios rurais (CTA/ZM, 2004b).

A Figura 3 representa o TSB, com os nove municípios que dele fazem parte: Araponga, Divino, Ervália, Fervedouro, Miradouro, Muriaé, Pedra Bonita, Rosário da Limeira e Sericita:

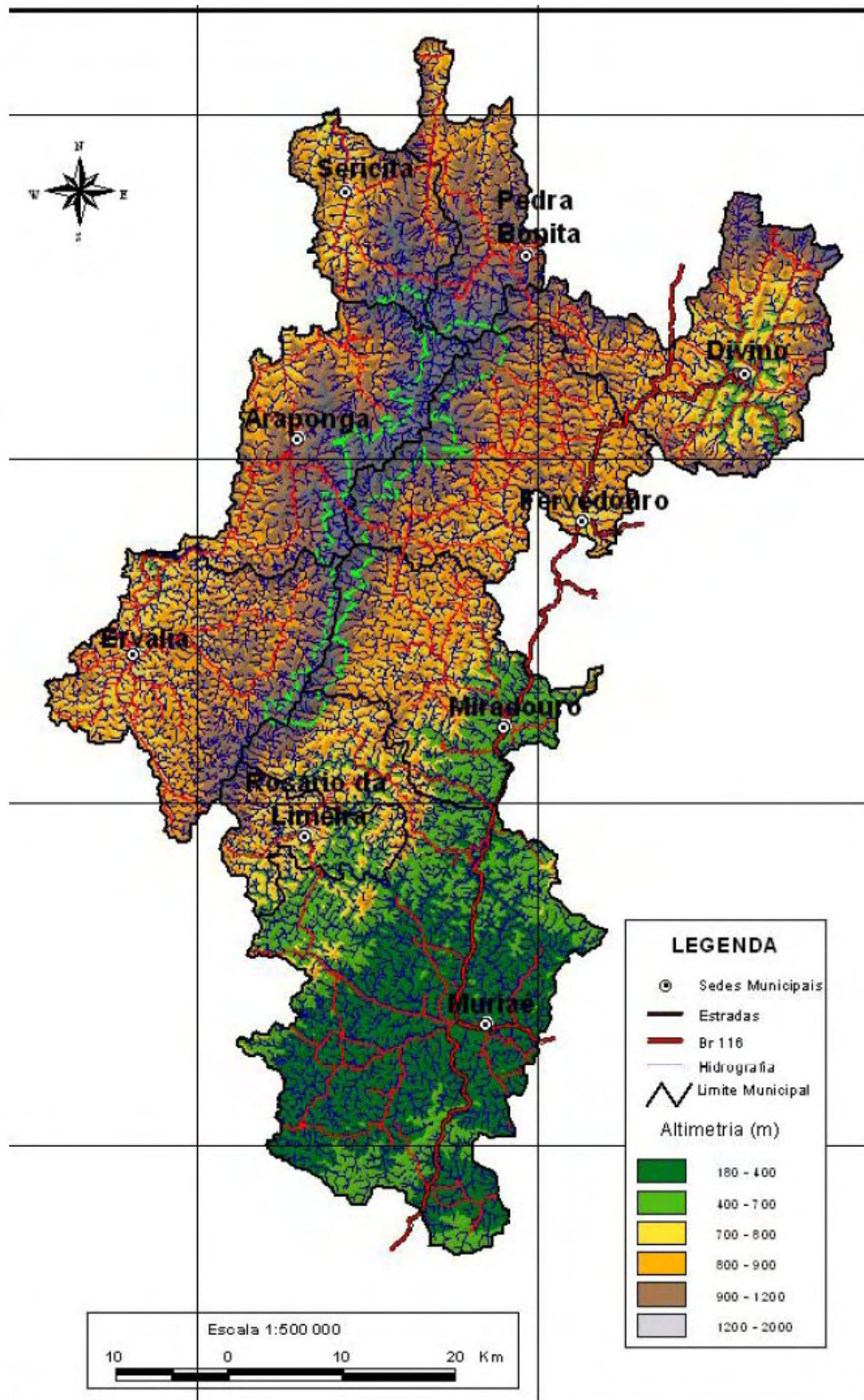


Figura 3 - Mapa planialtimétrico dos municípios que compõem o Território da Serra do Brigadeiro e o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro.  
 Fonte: CTA/ZM, 2004 (b).

Entendemos que a luta dos atores sociais<sup>12</sup> que redefiniram o critério de delimitação e conseqüentemente o tamanho da área onde implantou-se a Unidade de Conservação, foi significativa. Pois, a partir dessa luta tiveram desdobramentos que reforçaram a idéia de desenvolvimento rural pensado para a região, tendo como cerne a permanência dos agricultores familiares nas diversas propriedades rurais que compõem a Serra do Brigadeiro.

Ferrari (2008) salienta que a constituição do TSB remete a criação do Parque ou às articulações entre organizações e sujeitos locais em torno do PESB, que envolveram lutas pela legitimidade e pelo fortalecimento da agricultura familiar. Essa articulação e identificação entre os moradores e o PESB se dá de tal forma que a existência da Unidade de Conservação é também considerada como fator que possibilita a construção de identidades territoriais da Serra do Brigadeiro.

Freitas (2011) também advoga que o parque contribuiu para constituição do TSB, destacando a inter-relação entre os dois processos, mesmo eles tendo acontecido em momentos distintos. Para enfatizar, colocamos trecho de uma entrevista feita por esse autor (em meados de 2009 e 2010), com o Conselheiro do Comitê Gestor do Território da Serra do Brigadeiro representante de organização da sociedade civil:

A criação do parque criou o capital social. É um território que se diferencia de outros porque já tinha uma base social articulada e fortalecida, uma coisa é você pegar um lugar que tem agricultura familiar dispersa, outra coisa é você pegar a agricultura familiar que já tem uma luta histórica, que tem cooperativa, os sindicatos; é jogar semente em solo fértil. É um solo propício. Outra coisa é que o parque já é uma política pública de conservação, mas não de desenvolvimento, que já obriga os agricultores a lidar com política pública.

Aprovado o TSB, em 09 de outubro de 2003. Foram realizadas uma série de ações a fim de possibilitar a elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), definido como prioridade no primeiro projeto submetido à SDT/MDA.

---

<sup>12</sup> Atores podem ser considerados como “[...] grupos e segmentos diferenciados da sociedade civil e do Estado, os quais constituem conjuntos relativamente homogêneos, segundo sua posição na vida sociocultural e econômica, e que, por sua prática coletiva, constroem identidades, interesses e visões de mundo, convergentes (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009, p.60).

De acordo com o CTA/ZM, (2004b, p. 24), o que credenciou o Território da Serra do Brigadeiro perante o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS) foi, “[...] a identidade cultural; grande concentração da agricultura familiar nos nove municípios; grande articulação e parcerias já existentes no Território, o que garante grande capital social; e patrimônio ambiental aglutinador”. O reconhecimento de uma identidade local é crucial para que seja feita uma delimitação de um determinado território, sendo aqui entendido como relações que são estabelecidas no espaço.

Em Raffestin (1993), ao explicar o conceito de rede utiliza o termo nós (ou pontos) do território, que necessariamente se comunicam. Para o autor, a rede é compreendida por meio da complementaridade flexível, visto que, se molda de acordo com as situações sociais existentes no processo de comunicação entre, pelo menos, dois pontos. “Ela (a rede) depende dos atores que geram e controlam os pontos da rede, ou melhor, da posição relativa que cada um deles ocupa em relação aos fluxos que circulam ou que são comunicados nas redes” (RAFFESTIN, 1993, p. 207).

Scherer-Warren (1996) afirma existir numa rede uma distribuição de poder, porém, mesmo em uma rede existem também, elos mais fortes de lideranças, mediadores, agentes estratégicos, organizações de referência, etc., que detêm maior parte do poder de influência, de direcionamento nas ações, do que outros elos de conexão da rede.

Os elementos de coesão social e identidade, dados pelo processo histórico que envolveu a ocupação da região da Serra do Brigadeiro a partir do século XIX. A criação do PESB, seguida do TSB, resultaram no estabelecimento de uma complexa rede de relações sociais, culturais, políticas e de parentesco à qual se ligam agricultores e pessoas residentes ou não na região. Esta rede está intimamente ligada ao padrão de uso dos recursos naturais disponíveis e atividades produtivas desenvolvidas (CTA/ZM, 2004b).

Algumas redes podem ser identificadas, por exemplo, na parte sul da Serra do Brigadeiro, o município de Muriaé atua como um pólo regional que exerce influência sobre Fervedouro, Miradouro, Divino e Rosário da Limeira. Do outro lado da Serra, a cidade de Viçosa, atua como pólo para os municípios de Ervália e Araponga. Já nos municípios de Pedra Bonita e Sericita os fluxos de riqueza, pessoas e serviços se direcionam para as cidades de Abre Campo, Rio Casca e Ponte Nova (CTA/ZM, 2004a).

As redes são exercidas através das relações de trabalho e de articulações dos movimentos sindicais que remetem a um histórico de mobilização dos trabalhadores rurais nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), Sindicatos, Associações, Cooperativas, organizações que realizam assessoria, assistência técnica e Extensão Rural, sendo uma estatal, a EMATER, e outras de caráter não-governamental, o CTA-ZM e o CEIFAR/ZM (CTA/ZM, 2004a).

A EMATER, normalmente estabelece parcerias com as prefeituras municipais e as equipes locais. Atuam subordinadas a três gerências regionais da empresa. As equipes de Divino, Fervedouro, Miradouro e Muriaé estão vinculadas à gerência regional de Muriaé. As equipes de Ervália e Araçuaia vinculam-se à gerência de Viçosa e as equipes de Pedra Bonita e Sericita à gerência de Ponte Nova. O município de Rosário da Limeira é atendido pela equipe local de Muriaé (CTA/ZM, 2004a).

A partir de uma rede, representada com alguns atores sociais, através de nós interconectados (Raffestin, 1993) pelos diversos atores que atuam no TSB, passou a existir uma apropriação simbólica do território, facilitada pela relação estabelecida das diferentes entidades com os agricultores familiares.

Essa rede marcada por uma distribuição de poder (Scherer-Warren, 1996), entre os atores, têm os STRs, ocupando os elos mais fortes de liderança formando-se parcerias com outras entidades (CPT, Associações, CTA/ZM, e demais). Tais elementos juntos fazem da região ter sua especificidade, criando territorialidades, voltadas para a produção agrícola em pequenas propriedades, de identidades com a UC, e facilidade de se mobilizarem. Aumentando a capilaridade de ações e diversificação de estratégias de fortalecimento da agricultura familiar.

Ao nível dos municípios do Território, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais se constituem na principal entidade de representação dos agricultores familiares, sejam eles meeiros, pequenos proprietários, meeiros ou assalariados. No entanto, os STR's representam um tecido organizativo formal. Existe, por outro lado, um forte arranjo institucional fundamentado nos laços comunitários, de parentesco e em grupos informais como as Comunidades Eclesiais de Base, grupos de reflexão ligados à igreja católica, grupos de jovens, entre outros. Este conjunto de organizações formais e informais formam um capital social de base, a partir do qual emergem outras estruturas organizativas, tais como os CMDR's, Conselhos Municipais de

Apresentaremos, na Figura 4, alguns dos atores que tem fortalecido essa idéia de território como apropriação do espaço rural pela agricultura familiar, ao estabelecerem uma formação em rede:

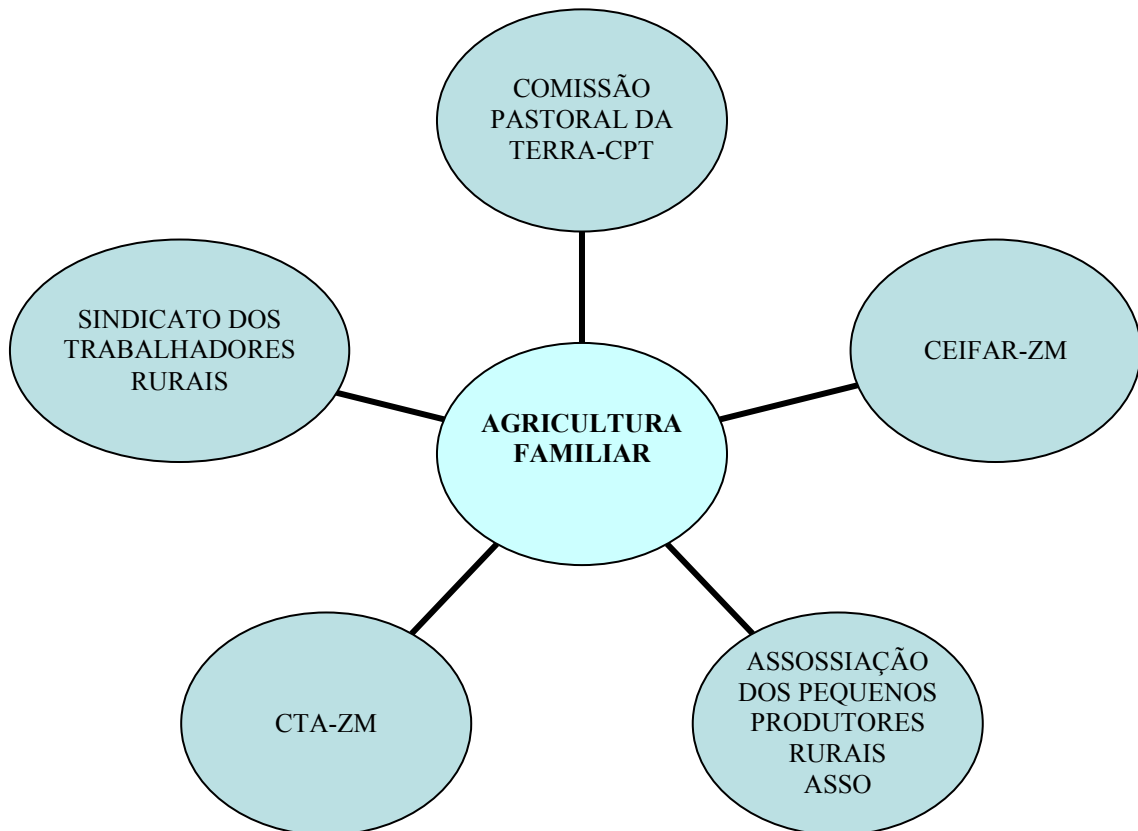


Figura 4 - Alguns dos atores sociais envolvidos no desenvolvimento rural do TSB. Elaboração própria: Claudinei Heleno da Silva, 2012

Assim, o TSB, mais do que uma política pública do Governo Federal, é reflexo de uma construção histórica marcada pela trajetória de mobilizações, iniciadas com a redefinição da proposta de criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, seguida do TSB e do Colegiado do Território<sup>13</sup>.

<sup>13</sup> Os Colegiados Territoriais: “[...] são compostos por: organizações que representam o poder público (órgãos que representam os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário); e segmentos e grupos da sociedade civil, não devendo se limitar a representações da Agricultura Familiar e do meio rural, mas incluir as representações de atividades rurais não agrícolas (produção de artesanatos, roupas, bordados, jóias indígenas, aquicultura, maricultura, prestadores de serviços, etc.), de empreendimentos de Economia Solidária, de atividades diversas do meio urbano, de prestação de serviços sociais, ambientais e econômicos” (MDA/SDT, 2010).

Nessa caminhada de lutas, outros projetos de desenvolvimento que buscam se implantar na região, dentre eles, construções de barragens e as atividades mineradoras passam a ser percebidos como ameaças aos agricultores; estimulando ainda mais a ampliação da rede, e, conseqüentemente, a territorialidade regional do TSB que tem por base três principais aspectos - a identidade sócio-cultural, redes de parentesco e sentimento de pertencimento da população a Serra do Brigadeiro (CTA/ZM, 2004a).

#### **4.1 Construção de uma visão do Desenvolvimento Rural na Serra do Brigadeiro: a proposta do TSB**

Os atores envolvidos na proposta que redefiniu os limites físicos do parque, procuraram elaborar um projeto alternativo para o desenvolvimento da região, de modo que pudessem melhorar as condições de vida dos agricultores familiares com a proposta de conservação ambiental combinada com a diversificação de renda.

Desse modo, no âmbito das políticas dos territórios do SDT/MDA foi elaborado o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável. No caso do TSB, o executor foi o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA/ZM).

Em 2004, no período de julho a setembro, sob coordenação do CTA/ZM, foram realizadas reuniões em duas ou três comunidades de cada um dos nove municípios do Território. Foram escolhidas comunidades vizinhas ao PESB, por serem entendidas pelo CTA/ZM e demais atores do território, por considerarem que o desenvolvimento territorial deve abordar elementos comuns de identidade<sup>14</sup> da Serra do Brigadeiro (CTA/ZM, 2004b). Assim, ficou entendido por esses atores que os limites do TSB não se configuram como um limite político, mas cultural.

---

<sup>14</sup> Para criação do TSB, foram considerados como elementos de identidade do Território: O Parque Estadual da Serra do Brigadeiro; o cultivo do café de montanha, ou café de altitude, de qualidade; a agroecologia; a cultura (festas, religião, hábitos, crenças); a predominância da agricultura familiar; o solo, o clima e relevo da região; trabalhos de artesanato; o potencial para o ecoturismo e o turismo rural; a estrutura fundiária; a religiosidade como aglutinadora; a herança cultural indígena dos povos Puris; grande interação entre as comunidades do entorno do Parque; a luta unida das comunidades no processo de criação do Parque da Serra do Brigadeiro; a água de boa qualidade e medicinal (CTA/ZM (2004b, p. 33).

Durante essas reuniões foram resgatadas, junto às diferentes comunidades participantes, o processo de criação do Parque e contextualizou-se a política nacional relativa à constituição do Território Serra do Brigadeiro (CTA/ZM, 2004b). Os municípios, bem como as comunidades participantes do diagnóstico realizado pelo CTA/ZM estão representados no Quadro 4 a seguir:

Município	Comunidades
Araponga	Tromba D'Anta e Pereiras Boné Serra
Ervália	Dom Viçoso, Careço Godinhos
Rosário de Limeira	Graminha*, Buracada Santana e São Bartolomeu
Muriaé	Pedra Alta São Tomé
Miradouro	Serrania, Monte Alverne e Sapé
Fervedouro	São José dos Pinheiros Bom Jesus do Madeira Samambaia
Divino	Carangolinha de Baixo Carangolinha de Cima
Sericita	Cabeceira de Santana Cabeceira de Matipozinho
Pedra Bonita	Matipó de Cima Matipó de Baixo

Quadro 4 - Municípios com suas respectivas comunidades, que fizeram parte do diagnóstico territorial do PESP, em 2004.

\*Embora Graminha seja uma comunidade pertencente ao município de Muriaé sua população participa dos espaços de discussão enquanto Rosário de Limeira.

Fonte: CTA/ZM, 2004b.

Organizado por: Claudinei Heleno da Silva (2012).

A partir de um processo participativo abrangendo uma oficina municipal em cada um dos nove municípios do Território. Outras oficinas realizadas em Viçosa nos dias 23 e 24 de setembro de 2004, seguida de outra, na mesma cidade nos dias 14 e 15 de outubro do mesmo ano. Concluindo, com oficina no município de Divino nos dias 01, 02 e 03 de abril de 2005 para fechamento do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável. Nos faz perceber que o PTDRS, envolveu diversas contribuições dos representantes das

comunidades rurais, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, representantes da EMATER e do poder público municipal (CTA/ZM, 2004b).

Ficando definido o Desenvolvimento Rural Sustentável, voltado para os municípios do Território com os seguintes eixos apresentados abaixo:

- Preservação e recuperação do Meio Ambiente;
- Turismo Rural;
- Agricultura Familiar Diversificada;
- Agroindústria Familiar e Artesanato;
- Cultura.

Mostraremos a seguir os objetivos dos cinco eixos delineados para alavancar o desenvolvimento rural do Território Serra do Brigadeiro. No entanto, devido ao recorte analítico da pesquisa, concentraremos em apresentar dados relativos ao município de Miradouro. Mas, salientamos que essas ações também ocorrem nos demais municípios que fazem parte do TSB.

#### **4.1.1 Eixo 1 - Preservação e Recuperação do Meio Ambiente**

A importância desse eixo está vinculada a existência da Unidade de Conservação, o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, localizado no Território. Dentro dessa perspectiva de preservação ambiental em conjunto com a população local, as atividades visam à conscientização dos moradores e outras medidas em parceria com o Instituto Estadual de Florestas, que buscam reduzir a incidência de queimadas, desmatamentos, etc., no parque e no seu entorno (CTA/ZM, 2004b).

Algumas ações ligadas a esse eixo estão relacionadas à existência na Serra do Brigadeiro de diversas Áreas de Proteção Ambiental (APAs), quais sejam: APA Araponga, APA Fervedouro, APA Itajuru, APA Serra das Aranhas e APA Babilônia. Além dessas, também está prevista a criação de mais uma APA pela Associação Amigos de Iracambi, em sua Fazenda localizada no município de Rosário da Limeira.

#### 4.1.2. Eixo 2 - Turismo Rural

Esse eixo tem como objetivo promover a exploração do potencial turístico do PESB e do Território, como meio de gerar renda e melhorar a qualidade de vida das comunidades sem descaracterizá-las e/ou desrespeitá-las (CTA/ZM, 2004b).

O benefício advindo com a atividade turística é visto como um ganho para todos os municípios, permitindo e facilitando a circulação de recursos dentro do território com o intuito de gerar outras ocupações rentáveis aos moradores, visando o desenvolvimento econômico, social e ambiental do território como um todo (CTA/ZM, 2004b).

Mesmo com as dificuldades dos agricultores em desenvolver o turismo no Território. Algumas iniciativas têm sido tomadas pelos próprios moradores. Como ilustração, podemos citar as atividades do Turismo de Base Comunitária que se desenvolvem em Fervedouro, onde o turista pode ter experiências que fazem parte do dia-dia do homem rural como, por exemplo, “tirar leite de uma vaca”. Ainda em Fervedouro, existem algumas pousadas localizadas na comunidade Bom Jesus do Madeira, oferecendo ao turista cama, banho, café da manhã, almoço e jantar. Por meio de uma conversa informal com um proprietário de pousada dessa localidade (Figura 5) o mesmo disse que tem recebido turistas de Viçosa, Muriaé e até de Belo Horizonte em algumas épocas do ano<sup>15</sup>.

Existem também outras pousadas localizadas em Araponga, e em outros municípios do TSB que oferecem serviços semelhantes, incluindo, banho de cachoeira, passeio a cavalo, trilhas na mata, etc.

---

<sup>15</sup> Essa informação foi repassada pelo proprietário da pousada durante uma estadia feita pelo pesquisador na Comunidade Bom Jesus do Madeira, onde, foi realizar uma observação não participante da reunião promovida pela CBA e GAIA, em 2011.



Figura 5 - *Pousada Restaurante Brigadeiro*.  
Fotografia: Claudinei Heleno da Silva (2011).

#### **4.1.3. Eixo 3 - Agricultura Familiar Diversificada**

Esse eixo visa garantir a preservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida da população através de uma agricultura diversificada e que priorize sempre a busca da sustentabilidade da propriedade rural e do entorno, complementada pela viabilização da comercialização e formação de jovens voltados para a realidade da comunidade e da agricultura familiar. Esse eixo é importante na medida em que objetiva também consolidar a organização dos agricultores da região, que se torna necessária para fortalecer uma estrutura comercial e facilitar informações sobre o acesso a terra e ao crédito apropriado à agricultura familiar (CTA/ZM, 2004b). Para isso, nesse eixo, é ressaltada a necessidade de diversificar a produção, agregando valores aos produtos e garantindo a regularidade produtiva.

#### **4.1.4. Eixo 4 – Agroindústria Familiar e Artesanato**

Esse eixo, por sua vez, visa resgatar e fortalecer a agroindústria familiar e o artesanato que são entendidos como elementos de identidade local. Esses devem ser tratados como fazendo parte de estratégias de diversificação da produção, geração de renda e incentivo à produção agroecológica diversificada. As famílias devem ser preparadas para que pratiquem a autogestão das agroindústrias familiares e da cadeia produtiva do artesanato (CTA/ZM, 2004b).

#### **4.1.5. Eixo 5 – Cultura**

Esse eixo, por fim, tem como foco promover o resgate cultural das comunidades pertencentes ao Território da Serra do Brigadeiro, buscando incentivos para perpetuação das tradições, principalmente nos locais onde elas ainda ocorrem. Com foco especial na difusão da cultura local como forma de manutenção da mesma e promover geração de renda para os moradores do Território, atraindo turistas. Devendo ser trabalhada como questão cultural transversal, perpassando pelos cinco eixos de modo que a mesma esteja integrada aos mesmos (CTA/ZM, 2004b).

### **4.2 Contribuições dos eixos do TSB para a agricultura praticada no Território**

Com a criação do TSB podemos entender o território usado pela agricultura familiar, através das contribuições teóricas de Santos (2002). Porém, não podemos deixar de falar dos atores sociais que facilitam o desenvolvimento da agricultura praticada na região.

Em Raffestin (1993), entendemos que as ações promovidas pelos diferentes atores sociais também territorializam-se na Serra do Brigadeiro. Esse autor, afirma que o espaço torna-se território quando há nele uma ação, um trabalho. Desse modo, a territorialização da Serra do Brigadeiro, interpretamos através das ações e trabalhos que são implementados por meio dos cinco eixos do TSB, e de políticas públicas direcionadas a categoria de agricultores familiares.

A partir dos cinco eixos, podemos também entender o TSB sob outra ótica, a da abordagem de desenvolvimento territorial apontada por Abramoway (2000) e Favareto (2006), que se distingue da concepção ligada ao desenvolvimento agrícola voltado estritamente para produção e comercialização (Navarro, 2001; Delgado, 2010). Isso, se expressa pelo fato dos eixos possibilitarem a diversificação de atividades através do aproveitamento de amenidades naturais, com o turismo rural ou turismo de base comunitária, a diversificação de culturas, ou seja, existe uma heterogeneização das economias rurais, de forma evitar o êxodo rural.

O que se propõem com a política do TSB é modernizar os agricultores, mas numa estratégia que promove também a preservação ambiental e métodos mais ambientalmente adequados. Para fazer isso, aproveita-se das características dos camponeses ligados a cultura Puri, que é, segundo Lamarche (1998), o apego a sua terra.

O modelo de agricultor familiar aqui analisado é entendido sob dois enfoques, o do agricultor moderno e do agricultor tradicional. O primeiro, ao estreitar suas relações com o mercado externo; e o segundo por ainda apresentar características do camponês, evitando uma dependência extrema do mercado na aquisição de insumos agrícolas, tecnologia, dependência econômica, etc., que significam uma perda da autonomia.

Os novos métodos vinculados a conscientização corroboram através das tentativas de aprofundar a identidade territorial que fazem parte do camponês, que estão vinculadas à sua maneira de relacionar com a terra e os recursos naturais presentes no território. Com a criação do PESB e dos eixos do TSB, (re) surge uma territorialidade fortalecida, ao envolver autoestima dos agricultores, que até, antes do processo de mobilização que envolveu a luta para criação do Parque, não eram tão reconhecidos e eram entendidos como atrasados e que deviam ser modernizados nos moldes da revolução verde.

O resultado é um modelo da agricultura familiar que extrapola as categorias de Lamarche (1998), envolvendo um modelo transversal que se aproxima do Modelo empresa familiar e do Modelo agricultura camponesa e de subsistência, configurando-se, assim, em um modelo transversal que procura mediar entre tradição e modernidade.

Para que essa territorialidade ocorra, o desenvolvimento territorial do TSB, como advoga Abramoway, (2000), apóia-se, antes de tudo, na formação

de uma rede de atores (STRs, Associações, ONGs, CPT, CTA/ZM, CEIFAR/ZM, etc.), trabalhando para a valorização dos atributos da região, e que tem como elemento chave o território, que está além de uma base meramente física. Nele são estabelecidas também relações entre os diferentes indivíduos e atores sociais, representados pelas entidades e diferentes comunidades rurais.

#### **4.2.1 Os reflexos dos eixos do TSB na agricultura familiar em Miradouro**

O modelo transversal que envolve tradição e modernidade, se expressa também na agricultura praticada em Miradouro. Colocamos a seguir algumas ações promovidas pelo poder público municipal e pelo Sindicato dos Trabalhadores de Miradouro.

No eixo preservação e recuperação do meio ambiente, citamos o projeto Vale Verde<sup>16</sup>, criado pela Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura de Miradouro, que surgiu da necessidade em adotar políticas voltadas para o meio ambiente, possibilitar renda extra para o agricultor, fortalecer a cultura do café e com isso preservar as matas nativas do município. Por meio desse projeto são distribuídas gratuitamente aos agricultores mudas de café e eucalipto<sup>17</sup> pela prefeitura. Seu objetivo maior é sensibilizar os diversos agricultores do município acerca do uso e manejo adequado do meio ambiente, envolvendo a conservação do solo, das nascentes d'água, da fauna, da flora, etc.

São ações que envolvem características do camponês de se relacionar com o meio ambiente, através da conservação dos recursos naturais, evitando-se o desmatamento de árvores nativas, mas, intercalando-se com práticas voltadas para o mercado através do plantio e comercialização do eucalipto.

Do mesmo modo, essa relação pode ser observada com o eixo voltado ao Turismo, que aproveita das características de “conservação” e “proteção” do

---

<sup>16</sup> O conhecimento tomado pelo pesquisador acerca desse projeto e outros (Projeto Educação no Campo, Projeto Ouro Branco, Projeto Ouro Verde, Projeto Vale Verde e demais) desenvolvidos pelo poder público municipal. Foi através do primeiro contado envolvendo o pesquisador e prefeito de Miradouro, MG, para realização de uma entrevista. Sendo entregue ao entrevistador uma pasta contendo diversos projetos voltados para o município.

<sup>17</sup> Está explicitado nesse projeto, que devido ao grande desmatamento das matas nativas, o eucalipto foi a espécie florestal mais indicada, por seu rápido crescimento e pelo seu valor de comércio. Com isso, adotando-se essa prática, os agricultores terão uma fonte de renda extra e evitam a supressão de árvores nativas. A cultura do café foi escolhida, visando o fortalecimento da agricultura familiar, e meio de possibilitar a valorização da principal cultura da região.

meio ambiente através de medidas adotadas pelos agricultores e vêm nela uma fonte de aproveitamento econômico.

Percebeu-se, durante o trabalho de campo, que a população do município tem interesse em desenvolver essa atividade, pois acreditam no potencial turístico da região. Entretanto, alegaram que faltam-lhes recursos econômicos para implantá-la, pois necessitam de diferentes tipos de apoio, por exemplo, aqueles relacionados à melhoria de estradas rurais, os meios para divulgarem o turismo na região, cursos de capacitação, etc. Mas, são dificuldades que podem ser superadas, quando há maneiras de justificar sua importância e ocorra a destinação de recursos do TSB, para essa atividade através da articulação com outras instâncias políticas.

O eixo agricultura familiar diversificada recebe incentivos do STR local. Desde meados de 2009-2010, essa entidade tem incentivado os agricultores familiares à diversificação de culturas: banana, uva, morango, hortaliças, abóboras, pimenta, goiaba, feijão, inhame, batata baroa, mandioca, etc.

O apoio do STR para a diversificação funciona, sobretudo, através do acompanhamento de um técnico agropecuário que visita as propriedades rurais que estão passando pelo processo da diversificação, e outras que ainda cultivam somente o café.

Atualmente essas experiências têm sido feitas nas seguintes comunidades rurais (algumas delas ilustradas nas Figuras 6, 7, 8 e 9): Santa Bárbara que cultiva goiaba e hortaliças; Pinheiros que produz batata baroa e hortaliças; Pica-Pau com produção de banana, inhame e pimenta; Fazenda Cambraias voltada ao cultivo de hortaliças e frutas em geral; Pedra Cheirosa, onde tem destaque o cultivo da uva, da abóbora e do morango; e, por fim, Alegre que produz milho, quiabo, café, abóbora. Outras fotografias referentes às culturas praticadas em Miradouro estão no APÊNDICE - A, dessa dissertação.



Figura 6 - Cultivos de Abóbora, Uva e terra em preparo para Cultivo de Morango.  
Comunidade: Pedra Cheirosa.  
Fotografia: Claudinei Heleno da Silva (2012).



Figura 7 - Horta (alface, couve, almeirão, outras).  
Comunidade: Fazenda Cambraias.  
Fotografia: Claudinei Heleno da Silva (2012).



Figura 8 - Milho, ao fundo, Banana e Lavoura de Café.  
Comunidade: Alegre.  
Fotografia: Claudinei Heleno da Silva (2012).



Figura 9 - Abóbora Japonesa e Lavoura de Café.  
Comunidade: Alegre.  
Fotografia: Claudinei Heleno da Silva (2012).

O eixo agroindústria familiar e artesanato tem sido atendido por projetos desenvolvidos pelo poder público municipal de Miradouro, sobretudo através dos Projetos Ouro Branco e Ouro Verde. O Projeto Ouro Branco, criado em 2005, é fruto de um diagnóstico que buscou apontar quais melhorias deviam ser implantadas para aprimorarem as condições de infraestrutura e comercialização dos agricultores do município. Feito o diagnóstico, buscou-se realizar um melhoramento da alimentação do rebanho bovino com distribuição de mudas de cana-de-açúcar, assistência técnica no plantio das capineiras, irrigação e divisão de pastagens, melhoramento genético (inseminação artificial), dentre outros.

Antes da criação do Ouro Branco, a produção de leite dos produtores envolvidos era de aproximadamente 1.700 litros/dia, sendo comercializado pelo valor de R\$ 0,40 o litro, gerando faturamento bruto mensal de R\$ 20.400,00. Atualmente, com a implantação do Ouro Branco, esses mesmos produtores aumentaram sua produção de leite para 10.000 litros/dia, sendo agora comercializado a R\$ 0,75 o litro e gerando faturamento bruto mensal de R\$ 225.000,00. É importante enfatizar que esse projeto tornou-se um programa e atualmente agrega outros projetos.

O projeto Ouro Verde visa promover o desenvolvimento sustentável com base na agroecologia, como forma de evitar o êxodo rural. Busca também prestar assistência aos produtores de café do município, com acompanhamento para a produção de um café de melhor qualidade. Fazem parte do projeto técnicos que assistem aos produtores em todo processo desse cultivo. Os objetivos específicos são: aumentar a lucratividade dos produtores, aumentar a produção cafeeira, fazer com que as lavouras produzam de acordo com seu potencial, quando aplicadas às técnicas adequadas, atuar na capacitação dos produtores e modernização dos processos de produção.

Através da diversificação das culturas promovidas pelo STR local e do Projeto Ouro Branco, evidenciam estratégias que aproximam os agricultores de dependências com o mercado externo. Há incentivos a inserção no mercado, o acesso ao crédito, adoção de tecnologias através da inseminação artificial, melhoramento genético, aumento da produtividade agrícola e por fim, à lucratividade.

O estabelecimento passa a ser entendido como espaço passível de geração de rendas econômicas. Com isso, os laços do agricultor com o

mercado econômico tornam-se estreitos, estimulando-o a inserção de novas culturas voltadas para comercialização. Porém, também entendemos que há incentivos do STR para que os agricultores não deixem de produzir culturas voltadas para o sustento do grupo familiar, em que a diversificação faça parte de estratégias do grupo para se autosustentar no território, sem ter que depender apenas de uma cultura para geração de renda. Ou seja, a renda aqui não necessariamente é entendida como monetária, mas, sobretudo, como forma de subsistência através do cultivo de uma gama de produtos agropecuários.

Através dos agricultores que aderiram à diversificação de culturas, o STR local pretende fortalecer a proposta, e, num segundo momento, expandir a iniciativa para outras propriedades e comunidades rurais. Os agricultores, segundo o STR de Miradouro, têm se mostrado satisfeitos, realizando a comercialização de suas colheitas e também garantindo a subsistência da unidade de produção familiar (STR/Miradouro – 2012). Além da diversificação de culturas de café e da pecuária, que são as principais atividades da região e do município, existe também de forma mais moderada a piscicultura, tanto para o autoconsumo quanto para comercialização, que foi observada durante a pesquisa de campo e entrevistas complementares através de diálogos informais com os agricultores.

Por fim, o eixo Cultura, busca-se preservar a cultura da região. O que pôde ser percebido durante o trabalho de campo, na união entre as pessoas, a manifestação na Folia de Reis, celebração de aniversário, ou seja, laços de solidariedade que foram presenciados na comunidade São José do Sapé. Mas sabemos que não se restringem apenas a essa comunidade, estando também presente em outras localidades que fazem parte do TSB.

Durante a pesquisa de campo na comunidade São José do Sapé<sup>18</sup>, que teve como objetivo realizar entrevistas formais com agricultores e presidenta da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Miradouro, a permanência no local foi importante para perceber que existe uma cultura relacionada à Folia de Reis. Quando da realização da pesquisa, pôde-se observar que era grande a expectativa com relação à festa.

---

<sup>18</sup> O pesquisador teve que permanecer nessa comunidade por alguns dias devido à impossibilidade de retornar ao núcleo urbano desse município, devido, as estradas estarem impossibilitadas para transitar com motocicleta.

A pesquisa coincidiu com o aniversário do nosso entrevistado que também era o local onde o pesquisador estava alojado. A estimativa do aniversariante era de receber 200 pessoas, de diversas comunidades e de outros municípios situados no entorno do PESB, mas, devido às chuvas, compareceram aproximadamente 100 pessoas. Fizeram uma apresentação da Folia de Reis e exibiram um vídeo do Encontro de Grupos de Folia de Reis, com participação de grupos dos municípios de Muriaé, Araçuaia, Miradouro, etc. Esse Encontro foi realizado em 2011, e organizado pela Secretaria de Cultura de Miradouro.

Apesar da dualidade que caracteriza a agricultura familiar, fazendo com que ora ela se aproxime mais do mercado e fique mais dependente, ora se distancia e se direciona mais para garantir a subsistência, todos têm um projeto de vida em comum, qual seja: a agricultura. Esse projeto é extremamente dependente do território (da terra), fonte material e imaterial de sobrevivência.

Assim, mesmo com características diferenciadas, há um ponto em que todos os agricultores se aproximam: o da resistência contra à atividade mineraria na região.

Passaremos, então, no Capítulo 5 a entender o conflito envolvendo os agricultores e a empresa de mineração na Serra do Brigadeiro.

## **CAPÍTULO 5 - A APARIÇÃO DO CONFLITO ENVOLVENDO DISPUTAS PELO USO DO TSB: AGRICULTURA FAMILIAR E MINERAÇÃO**

Neste capítulo trataremos mais detalhadamente como se manifestaram os conflitos em torno da mineração e da agricultura familiar. Como as pesquisas de campo se concentraram no município Miradouro, apresentaremos primeiro algumas características gerais do mesmo, antes de entrar nas estratégias dos atores envolvidos nos conflitos. Para lembrar, a escolha do município justifica-se pelo fato que foi palco de atividades das mineradoras na década de 1980, e mais recente pela aparição da CBA, em realizar reuniões, oficinas, Fórum e elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável. Neste contexto foram realizadas várias reuniões em que se buscou identificar e analisar as diferentes facetas dos conflitos, como vamos apresentar nesta parte e no Capítulo seguinte.

### **5.1 Município de Miradouro, MG: Delimitando a área de estudo**

Situado na região da Serra do Brigadeiro e fazendo divisa territorial com o PESB, localiza-se o município de Miradouro. As primeiras habitações na área referem-se aos índios Puri, por volta dos séculos XVIII e XIX. A história desse município se iniciou quando o Brigadeiro Bacelar, enviado ao Governo Provincial, resolveu ir à nascente do então chamado Rio Guarus e avistou algo que considerou uma Glória, exclamando – “Isto aqui é uma verdadeira Glória”, dando assim o nome atual deste rio (Prefeitura Municipal de Miradouro, 2012).

O surgimento das primeiras fazendas de criação de gado e plantação de café apareceram no início do século XIX, assim como as primeiras habitações que buscaram se instalar nas proximidades de capelas ligadas a Igreja Católica. A doação de terras para construção da capela em homenagem a Santa Rita de Cássia fez com que iniciasse um povoado ao redor da mesma, que assumiu o mesmo nome. Esse povoado pertenceu o município de Pomba, de 25 de agosto de 1832 até 16 de março de 1839, que depois foi integrado ao município de São João Batista do Presídio, atual Visconde do Rio Branco. No dia 16 de maio de 1855, porém, foi inserido no recém criado município de São Paulo do Muriaé (Prefeitura Municipal de Miradouro, 2012).

Em 1891 o povoado de Santa Rita do Glória deixou de fazer parte do Distrito de Nossa Senhora da Glória (hoje Itamuri), sendo elevado a condição de Distrito. Em 1938, foi elevado à categoria de cidade com o nome de Glória, que posteriormente foi mudado para Miradouro em 1943, em razão da existência de uma elevação de onde se tem maravilhosa vista. Tornou-se comarca em 12 de dezembro de 1953 que foi extinta posteriormente, e reinstalada em 15 de novembro de 1990 (Prefeitura Municipal de Miradouro, 2012).

## **5.2 Localização, população e base econômica**

O município de Miradouro<sup>19</sup> tem 301,52 km<sup>2</sup>, dessa área, 85% corresponde ao relevo montanhoso que faz parte do Domínio Morfoclimático denominado “Mares de Morro” (AB’ SABER, 2003). Pelo fato da maior parte do relevo ser “acidentado”, os agricultores exercem suas atividades nos mais variados lugares, podendo-se avistar ao longe diversas lavouras de café cultivadas nas encostas de montanhas, no sopé da Serra do Brigadeiro e em outras áreas íngremes que compõem a paisagem do município e região (Figura 10). Seus recursos hídricos estão representados principalmente pelo já mencionado Rio Glória, o Ribeirão do Pai Inácio e Ribeirão Alegre, com foz no Córrego dos Gomes. A temperatura da região oscila entre a máxima de 31,0 °C, e mínima de 18,2 °C (ALMG, 2012), favorecendo o desenvolvimento da cultura do café que representa junto com a pecuária de corte e produção de leite as principais atividades econômicas do município, conforme Almeida (2007):

[...] a agricultura com destaque para a produção de café, e a pecuária bovina, da qual boa parte é destinada para a produção de leite, para a indústria de laticínios, a área urbana do município, tem comércio bem variado tendo as tradicionais vendas de tecidos para roupa, casas agropecuárias, mercearias, lojas de roupa, e mercados alimentícios (ALMEIDA, 2007, p. 35).

---

<sup>19</sup> O município está situado às margens de uma das principais rodovias do país, que por onde trafegam grande fluxo de veículos transportando passageiros e diferentes tipos de cargas, a BR-116, também conhecida como Rio-Bahia.



Figura 10 - Lavouras de Café, ao fundo, parte da Serra do Brigadeiro.  
Comunidade: Alegre.  
Fotografia: Claudinei Heleno da Silva (2012).

Os municípios que fazem divisa territorial com Miradouro são: Ervália, São Francisco do Glória, Araponga, Fervedouro, Muriaé e Vieiras. Destes, Ervália, com população total de 17.010 hab., e Muriaé com 91.418 habitantes, são os maiores. Os demais municípios têm população inferior a 10.000 hab. (Tabela 2) (ALMG, 2012; IBGE, 2012). Uma grande parte da população ainda reside na zona rural, em que predominam pequenas propriedades com produção familiar. A exceção é Muriaé que concentra mais de 90% de sua população na zona urbana (ALMG, 2012; IEF/MG, 2007).

Em Miradouro praticamente metade da população mora na zona rural, representando 44,6% da população total do município (Tabela 3), e 54,2% da população ativa ocupa o setor agropecuário (Tabela 4) (IBGE, 2010).

Tabela 02 - Municípios Limítrofes de Miradouro, MG.

<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>POPULAÇÃO URBANA</b>	<b>POPULAÇÃO RURAL</b>	<b>TOTAL</b>	<b>POPULAÇÃO OCUPADA (AGROPECUÁRIA)</b>
VIEIRAS	1781	2166	3947	1303
SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA	3097	2596	5693	1488
ARAPONGA	2537	5374	7911	2423
FERVEDOURO	3714	5956	9670	2512
ERVÁLIA	7555	9455	17010	3873
MURIAÉ	83245	8173	91418	4575

Fonte: ALMG (2012) Dados referentes para o ano de 2000.  
Elaboração própria (2012).

Tabela 03 - População Residente, Miradouro-MG.

<b>ANOS</b>	<b>URBANA</b>	<b>RURAL</b>	<b>TOTAL</b>
2011*	-	-	10.288
2010**	5.671	4.580	10.251
2007	-	-	10.197
2006	-	-	9.432
2000	4.915	4.8528	9.767
1991	4.228	5.999	10.227
1980	3.201	6.156	9.357
1970	2.305	6.927	9.232

\*2011- Estimativa da população para este ano.

\*\*2010 - Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Fonte: Assembléia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), 2012.

Elaboração própria (2012).

Tabela 04 - Ocupação da População de Miradouro-MG, Por Setor Econômico.

ANO	AGROPECUÁRIA	COMÉRCIO	INDÚSTRIA	SERVIÇO
2000	2241	450	457	983

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Citado pela Assembléia Legislativa de Minas (ALMG), 2012.

Elaboração própria (2012).

### 5.3 Agricultura desenvolvida em Miradouro, MG

A importância da agropecuária e zona rural para o município também reflete-se nas entrevistas a seguir:

A cidade de Miradouro tem de origem rural, no entanto, ainda hoje a cidade sobrevive basicamente da produção agropecuária. Não desconsidero aqui o comércio, receita do governo federal, estadual, como aposentados e recursos para os municípios. Tem certos seguimentos aqui de comércio na cidade, mas o que sustenta de fato Miradouro é a zona rural com sua produção agropecuária [...] (Entrevista. Atual vereador de Miradouro-MG. Depoimento: abr. 2012).

Hoje a sustentação do município é a agricultura familiar, o que move o município é a agricultura familiar, é o povo lá na roça é os mercados é as lojas enfim tudo. O município, a cidade hoje depende do povo da zona rural pra sustentar, para sobreviver, então, se a roça, se o meio rural, se ele for penalizado a cidade vai ser muito mais prejudicada. Porque mais o meio ambiente, a questão da água, da natureza, então eu vejo que a sustentação de toda cidade do município aqui de Miradouro, principalmente as cidades pequenas eu vejo aqui em Miradouro, é a zona rural que faz sustentar. (Entrevista. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miradouro: Depoimento: abr. 2012).

De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miradouro (2012), há no município cerca de 1000 (mil) agricultores familiares, sendo 30% das propriedades rurais com tamanho médio de 30 ha, 50% de 10 a 15 ha, e 20% de 3 a 10 ha<sup>20</sup>. Desses agricultores, 600 (seiscentos) são cadastrados no

---

<sup>20</sup> A Agricultura Familiar entendida para o trabalho abrange à LEI 11.326 DE 24 DE JULHO DE 2006. Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu

STR local, os quais destinam sua produção para a subsistência e comercialização no mercado local. Todavia, os produtores buscam se organizar com apoio do STR local, Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Miradouro e outras entidades para ampliarem a comercialização de seus produtos no município e região.

Como dito no referencial teórico, segundo Wanderley (1996) fala-se de uma agricultura familiar como um novo personagem, diferente do camponês tradicional<sup>21</sup>, que teria assumido sua condição de produtor moderno, propõem-se políticas para estimulá-los, fundadas em tipologias que se baseiam em sua viabilidade econômica e social diferenciada. A agricultura camponesa tradicional para Wanderley (1996) se alicerça nas relações estabelecidas com a propriedade, o trabalho e família, que vem a ser uma das formas sociais de agricultura familiar, a qual não se constitui em nova categoria, mas, sofreu novas significações nos últimos anos.

De acordo com Delgado (2010) podemos entender essas modificações a partir da abertura do projeto democratizante ao longo da década de 1990 que buscou entender o rural não somente do ponto de vista agrícola, baseado em culturas voltadas à exportação, e sim reconhecendo grupos que outrora ficavam à margem de políticas públicas, os sem-terra, assentados, agricultores familiares e outros.

Com o projeto democratizante esses grupos passaram a ser beneficiados com implementação de políticas governamentais direcionadas a eles, podendo citar, o PRONAF, Lei da Agricultura Familiar, PAA, PNAE, e outros. O que tem feito com que diversas entidades atuantes no meio rural tracem caminhos para inserir os agricultores familiares nessas políticas, visando o fortalecimento de suas identidades e meios que propiciem o seu

---

estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. Como também, conceito que trata a agricultura familiar com sendo uma “[...] estratégia de organização social da produção do espaço rural que realiza o processo de produção por meio da força de trabalho familiar, caracterizando um ambiente de unidade, interação e interdependência da família em relação à unidade de produção” (FURTADO; FURTADO, 2000 apud DIAS, 2006, p. 06).

<sup>21</sup> Agricultura camponesa é aquela em que se realiza um trabalho em pequenas propriedades ou unidades de produção, a qual tem como elementos chave a força do trabalho familiar, que em determinados períodos, se combina com outras relações através do trabalho assalariado, temporário, ajuda mútua, parcerias e trabalho acessório. O que caracteriza segundo, Oliveira (2001) a agricultura camponesa. Sabemos dos conflitos que dizem respeito as conceituações de agricultura familiar e camponesa, mas não cabe, neste momento detalhar essa discussão.

desenvolvimento, das quais podemos mencionar para esse estudo, as diversas entidades que atuam na região da Serra do Brigadeiro, os STRs, as Associações dos Pequenos Produtores Rurais, a Comissão Pastoral da Terra, o CTA-ZM, dentre outras.

Além das políticas de nível federal citadas acima, existem outras iniciativas do poder público local e de deputados estaduais e federais que apóiam o desenvolvimento dos agricultores familiares. Esse fato também pôde ser observado na entrevista com a assessora de um deputado estadual atuante na região, que segue transcrita abaixo:

A agricultura familiar é uma das principais ações do deputado porque a gente sabe que hoje tem muitos programas direcionados para a agricultura familiar, porém, tem muitos entraves né, muitas dificuldades e a intenção do mandato é estar contribuindo, se a pessoa quer fazer um projeto, tá com dificuldade, quer correr atrás cobrar né, seja no MDA, seja na Secretaria de Agricultura, subsecretaria de agricultura, na CONAB. Então, nossa intenção é correr atrás para atender as demandas do pessoal, a gente percebe que a questão da agricultura familiar hoje mudou muito, de anos atrás, principalmente aqui na região. Essa localidade baixa aqui, a agricultura familiar era mais forte, eu acredito que com a entrada dos outros governos Fernando Henrique, Collor, isso deu uma freada muito grande no pessoal da agricultura familiar. Porque antes você podia acompanhar as comunidades, você via numa vargem de arroz tinham doze, quinze homens trabalhando, hoje para você conseguir uma pessoa para estar lá plantando feijão, arroz, é a coisa mais difícil que tem (Entrevista. Assessora de Deputado Estadual de Minas Gerais, Integrante do STR/Muriaé e do CEIFAR/ZM. Depoimento: abr. 2012).

Como forma de fortalecer a identidade de agricultor familiar e discutir temas relacionados ao meio rural são também promovidos Seminários, Reuniões, Encontros, e outros espaços de discussão que são brevemente sintetizados aqui nos seguintes títulos: *Agricultura Familiar Sustentável e Agroecológica x Mineração* (2005); *Agricultura Familiar Sustentável e Agroecológica* (2007); *Agricultura Familiar* (2008), *1º Encontro de Planejamento da Agricultura Familiar* (2010); *Seminário Regional, Desafios e Perspectivas da Agricultura Familiar na Zona da Mata Mineira* (2011) e outros. Apresentaremos abaixo uma entrevista realizada com a presidenta da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Miradouro, que vem demonstrar o

envolvimento da entidade na participação e inserção dos agricultores em projetos, dentre eles, o da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)<sup>22</sup>.

Sou funcionária pública há vinte anos, tem uns trinta anos que eu moro aqui, hoje sou efetiva no cargo, sou presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Miradouro, uma parte do meu dia me dedico a agricultura, a Associação foi criada mais ou menos em 1999. Bastantes agricultores foram beneficiados com o projeto da CONAB. O projeto terminou, e agora nós estamos fazendo novo projeto para darmos continuidade, a gente compra do produtor e fornece a prefeitura, hospital, asilo, instituições, casa da criança, APAE. Aqui no município de Miradouro, é dividido em quatro setores, e de cada setor a gente tem uma pessoa que faz essa entrega, em cada setor tem um grupo de mulheres que fazia entrega da broa e do bolo para as escolas, merendas das crianças era o grupo de mulheres que fornecia, então tem quatro grupos de mulheres que trabalham em relação a merenda compram também queijo, banana, mandioca, só pode se associar a associação os pequenos produtores, eles produzem arroz, milho, café, tivemos a cultura do morango, da uva, mandioca, batata, fabricação de queijo, pó de café, frango caipirão (Entrevista. Agricultora Familiar e Presidenta da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Miradouro. Depoimento: abr. 2012).

Do mesmo modo, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miradouro<sup>23</sup> tem realizado diferentes trabalhos junto aos agricultores familiares, no âmbito de projetos ligados ao PRONAF. Em média são atendidas 300 pessoas, num valor de R\$ 444.650,98 de custeio e R\$105.989,14 de investimento, totalizando R\$ 550.640,39 de renda gerada para a agricultura familiar. Nas estatísticas do ITR (Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural), são registrados de 550 proprietários, no INCRA – CCIR. São atendidas 500 pessoas pelo Cartão de Produtor Rural, e em média existem anualmente 300 processos previdenciários

---

<sup>22</sup> A Modalidade II: CADS- Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR-Doação. **Participantes:** Agricultores Familiares (contemplados pela lei 11.326 de 24 de julho de 2006 da Agricultura Familiar e que estejam aptos para comercialização), Agroextrativistas, Quilombolas, Assentados e suas organizações, Cooperativas e, ou Associações de Agricultores Familiares. **Ação:** Nesta modalidade a CONAB compra antecipadamente das Cooperativas e Associações de Agricultores Familiares e repassa as entidades como: Asilos, creches, escolas, abrigos e pessoas em situação de insegurança alimentar cadastrada em alguma entidade social. **Produtos:** alimentos produzidos pela Agricultura Familiar como: rapadura, polvilho, farinha de mandioca, hortaliças, frutas dentre outros produtos de origem animal (frango, carne de porco, dentre outros). Fonte: Cartilha-Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. **Ferramenta de comercialização da Agricultura Familiar.** Diretoria, 2010-2014.

<sup>23</sup> Esses dados foram organizados por essa entidade em setembro de 2011, e fornecidos através de arquivo, via e-mail por uma funcionária do STR, ao pesquisador desse estudo.

relacionados à aposentadoria por idade, salário maternidade, auxílio-doença e pensão por morte, totalizando em média, mais de R\$160.000,00 por ano (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miradouro, 2012).

Podemos perceber, que o STR tem aproveitado diferentes políticas públicas que surgiram em meados da década de 1990. Desde então, as políticas para o campo não se referem apenas a produção agrícola, mas ganharam uma concepção mais abrangente que se reflete na concepção do desenvolvimento rural (NAVARRO, 2001; DELGADO, 2010).

Devido à característica das propriedades rurais do município ser de tamanho pequeno, os agricultores adotam estratégia de manterem o total de área agricultável da propriedade através do trabalho conjunto entre os herdeiros, demonstrando relações familiares com o estabelecimento produtivo. Com isso, evitam que a mesma seja fragmentada pelos direitos legais de herança que cada membro da família possui, o que poderia tornar a propriedade inviável para a prática de cultivos destinados para a subsistência e também daqueles voltados a comercialização.

Segundo Lamarche (1998), a exploração familiar corresponde a uma unidade de produção, onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência desses dois fatores, na exploração, desencadeia em noções abstratas e complexas, sendo uma delas, a transmissão do patrimônio. Existem diferentes formas dos agricultores se relacionarem com a terra, podendo estabelecer relações puramente comerciais, onde enxergam a propriedade simplesmente como espaço produtivo e voltado para especulação. Há também, aqueles que se relacionam com lógicas distintas que perpassam por relações de laços familiares, ou seja, um espaço voltado para reprodução do grupo familiar, envolvendo aspectos culturais, econômicos, moradia, troca de serviços, etc.

Embora no Modelo empresa familiar de Lamarche (1998) há uma relação da família nos trabalhos desenvolvidos na propriedade e o futuro da unidade produtiva é pensado em termos da reprodução familiar, existe também uma dependência de mercados externos. Com a adoção de métodos da agricultura moderna é necessário a aquisição de insumos, de pesticidas, de maquinário, etc. Os créditos agrícolas geralmente são pagos através dos lucros obtidos pela venda da safra, definindo assim o ciclo da produção agrícola, dominada por mercados a montante e a jusante da produção. A propriedade é

pensada em termos de renda monetária e as relações de trabalho não são definidas em trocas, em parcerias entre os agricultores, mas, sim, em produtividade definida pelo assalariamento.

No Modelo agricultura camponesa e de subsistência, teorizado pelo mesmo autor, existem também lógicas familiares presentes, contudo, nesse Modelo os agricultores não são totalmente dependentes do exterior como no Modelo empresa familiar, pois, utilizam de técnicas bastante tradicionais, e tem como objetivo satisfazer as necessidades familiares.

Em Miradouro, seguindo a classificação de Lamarche (1998), podemos caracterizar os produtores rurais na interface de camponeses e agricultores familiares modernos. Isto por que os agricultores têm exercido há algumas décadas em suas propriedades relações que não se restringem em vê-las simplesmente como espaço produtivo e de comercialização, havendo também, laços familiares que os une a elas. A terra, além de ser a base material para o sustento econômico, é também um meio de estabelecer ligações afetivas do proprietário para com ela, visto que foram adquiridas como patrimônio familiar oriundo de heranças. Desta forma, as famílias rurais na região apresentam uma expressiva identidade com o território na suas diversas escalas da família e da comunidade. São relações complexas que dificilmente podem ser entendidas apenas pelo campo econômico do mercado de terras. Segue a fala de uma agricultora que reafirma esse argumento:

Eu tô com 43 anos, já nasci aqui, minha família é toda daqui. Meu pai mudou para Monte Alverne, comprou um pedacinho de terra. Nós somos 11 irmãos todo mundo trabalha na terra, meu pai com muita luta muito sacrifício comprou um pedacinho de terra e hoje cada um de seus filhos trabalha na terra que ele comprou com muita luta, muita dificuldade. Meu pai já passou até fome para ter seu pedacinho de terra e hoje nós temos um pedacinho de terra, é uma coisa que a gente ama demais, a gente trabalha em cima da terra é uma coisa que a gente ama, nós somos apaixonados pela terra, nós temos café, milho, feijão e leite, meu pai tem 40 alqueires, todo mundo trabalha junto na mesma propriedade (Entrevista. Agricultora Familiar e Comerciante. Depoimento: mar. 2012).

Mediante o contexto, e apoiado na definição conceitual de Wanderley (1996), Lamarche (1998), Furtado; Furtado, (2000) apud Dias, (2006) ao conceituarem a agricultura familiar como aquela em que a família é proprietária dos meios de produção e assume o trabalho desenvolvido no estabelecimento

produtivo. Ao entendermos que esse é o tipo de agricultura praticada nas diversas comunidades rurais que compõem a zona rural do município de Miradouro. Colocamos a mesma nos dois modelos de estabelecimentos propostos por Lamarche (1998): o de Agricultura familiar moderna e de Agricultura camponesa e de subsistência.

A agricultura familiar da região se aproxima do Modelo Agricultura familiar moderna de Lamarche (1998), podendo ser observado através do fato de que o STR local e Associação dos Pequenos Agricultores de Miradouro aproveitam da conjuntura política, dos diferentes incentivos direcionados a essa categoria através do PRONAF, PAA, PNAE, etc.; em que as entidades visam aumentar e diversificar a renda dos agricultores estreitando seus laços com o mercado econômico para que realizem a comercialização de seus produtos.

Já o segundo Modelo Agricultura camponesa e de subsistência se aproxima quando observamos a construção de espaços de discussão onde as entidades buscam dialogar com os agricultores a necessidade da reprodução do grupo familiar, evitando a total dependência na adoção de tecnologias e produtos voltados para o meio rural (sementes geneticamente modificadas, pesticidas, inseminação artificial, maquinários, e outros), os endividamentos com bancos que, em alguns casos, podem levá-los a perda da propriedade. Nesse sentido, os STR's e demais entidades que patrocinam tais espaços incentivam os agricultores a continuarem a praticar uma agricultura voltada para o autoconsumo, a diversificação de culturas, as trocas de favores, a adoção de sementes criolas, dentre outras medidas que possam assegurar a autonomia e o desenvolvimento do grupo familiar.

Esses trabalhos, como dito, são desenvolvidos através dos Seminários, Reuniões nas comunidades rurais, Encontros, produção de Cartilhas, assessoria de técnicos agrícolas, etc. Enfim, as entidades atuantes, sejam elas localizadas no município ou aquelas de atuação regional, colocam como objetivo maior a satisfação das necessidades familiares, e que essas promovam não somente a sobrevivência do grupo doméstico, mas o seu desenvolvimento pleno<sup>24</sup>. Segue parte de uma entrevista realizada com o presidente do STR de Miradouro que reafirma essa argumentação:

---

<sup>24</sup> Essas informações foram transmitidas, sobretudo, em entrevistas complementares através de diálogos informais com agricultores do município e representantes de entidades das quais

As próprias pessoas né desenvolver aquilo que é adequado com ele, na propriedade dele, aquilo que ele dá conta de fazer e nas possibilidades dele, não adianta eu querer administrar uma propriedade que o outro tem o recurso e eu tenho menos, então, que faça de acordo com o recurso que eu tenho para me manter, então assim, eu acho que a administração vai nesse nível cada um com a sua maneira seu jeito e construindo ao pouco (Entrevista. presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miradouro: Depoimento: abr. 2012).

Desse modo, percebemos que no município existe uma relação dos agricultores com a terra, através da apropriação simbólica e material, através dos laços familiares, a propriedade enquanto meio para reprodução do grupo familiar, voltada para culturas destinadas tanto para comercialização e para o autoconsumo.

#### **5.4 Projetos para exploração de minério de bauxita em Miradouro**

Miradouro está localizado numa área onde estão instaladas distintas empresas minerárias e com planos de expansão das suas atividades. A diferença desse município para outros localizados próximos ao PESB, por exemplo, Rosário da Limeira, se dá pelo fato de que a exploração de bauxita ainda não foi iniciada em Miradouro, mas, há fortes pretensões da CBA começar suas atividades voltadas à exploração de minério de bauxita.

Existem no município 35 requerimentos para exploração de minérios, registrados no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Alguns deles ultrapassam a divisa territorial com os municípios de Muriaé, Fervedouro e São Francisco do Glória (Departamento Nacional de Produção Mineral, 2012).

Os requerimentos referem-se à exploração de areia, bauxita, minério de ouro, granito, caulim, lítio e mica. Somente para exploração de bauxita são dezesseis processos (Quadro 5). Como a maioria deles apresenta área superior a 900 ha, enquanto 50% das propriedades rurais são de tamanho médio entre 10 a 15 ha, cada processo que envolve a exploração do minério, poderá afetar dezenas de propriedades (Departamento Nacional de Produção Mineral, 2012).

---

citamos a CPT, CTA-ZM, STR de Muriaé e Miradouro, Associação dos Pequenos Agricultores de Miradouro.

A CBA pretende expandir suas atividades para outros municípios localizados no entorno do PESB, porque, em Itamarati de Minas, Descoberto e demais municípios que tiveram suas atividades iniciadas em meados da década de 1990, tem previsão de esgotamento do recurso mineral por volta das décadas 2020 e 2030. Esse fato conduzirá a empresa a buscar por outras áreas mapeadas com jazidas de bauxita. Em Miradouro, as jazidas nas quais a CBA pretende iniciar a mineração afetarão diretamente as comunidades rurais de Monte Alverne, Alegre, Serrania, Pedra Cheirosa (EIA/CBA, 1995).

Segue abaixo no Quadro 5 os requerimentos minerários de algumas mineradoras que pretendem explorar o minério de bauxita em Miradouro e municípios adjacentes.

Processo	Município (s)	Fase Atual	Titular/ Requerente	Área (ha)
830.219/82	Miradouro; Fervedouro	Requerimento de lavra	Mineração R. P. C. LTDA*/ Mineração Z. M. LTDA** (2003)	994,18
830.404/2005	Miradouro	Autorização de Pesquisa	Mineração R. P. C. LTDA	1237,44
830.486/1982	Miradouro	Requerimento de Lavra	CBA***	1000
830.481/1981	Miradouro	Concessão de Lavra	CBA	999
830.649/1980	Miradouro	Concessão de Lavra	CBA	992
830.642/1980	Miradouro	Concessão de Lavra	CBA	1000
830.218/1982	Miradouro	Requerimento de Lavra	Mineração R. P. C. LTDA; Mineração Z. M. LTDA (2003)	999,53
830.610/1988	São Francisco do Glória/ Fervedouro/ Miradouro	Autorização de Pesquisa	Mineração Z. M. LTDA**	956,8
830.644/1980	Miradouro	Requerimento de Lavra	Mineração R. P. C. LTDA; Mineração Z. M. LTDA (2003)	958
830.641/1980	Miradouro/Muriaé	Concessão de Lavra	CBA	815,3
830.647/1980	Miradouro	Concessão de Lavra	CBA	610
830.649/1980	Miradouro	Concessão de Lavra	CBA	992
830.637/1980	Miradouro/Muriaé	Concessão de Lavra	CBA	500
830.639/1980	Miradouro/Muriaé	Concessão de Lavra	CBA	1000
831.651/2012	Fervedouro/ Miradouro/ São Francisco do Glória	Requerimento de Pesquisa	Tradex Comercio Importação e Exportação Ltda	971,56
831.157/2011	Miradouro/ Muriaé	Requerimento de Pesquisa	Gustavo Penido de Azeredo	839,91

Quadro 5 - Processos envolvendo exploração de minério de bauxita em Miradouro, MG.

\*Mineração Rio Pomba Cataguases LTDA.

\*\* Mineração Zona da Mata LTDA.

\*\*\* Companhia Brasileira de Alumínio.

Fonte: DNPM (2012).

Consulta feita em: 09/04/2012

Organizado por: Claudinei Heleno da Silva (2012).

## 5.5 A História das resistências contra os projetos da mineração no TSB

Embora as prospecções de minério tenham sido realizadas durante a década de 1980, o que gerou esperanças nos proprietários rurais em relação ao valor da terra, e que na época não tomaram conhecimento que se tratava de pesquisas voltadas para atividades minerárias. Procuramos demonstrar a seguir, através de recortes de entrevistas o referido período das primeiras descobertas acerca de mineradoras interessadas pela região:

Em relação a mineração tem conhecimento que ela pode vir, há muitos anos atrás ele estiveram por aí procurando, quando eu vim morar aqui, há vinte e nove anos atrás eles andaram aí no terreno do pessoal cavando buraco, e naquela época os proprietários recebiam para eles fazerem esse buraco, para ver se tinha assim alguma coisa que interessava a eles. Então os proprietários naquela época gostaram muito achando que era uma coisa muito boa, então é, nossa ficaram assim ansiosos, hehehehe meu terreno é bom demais, acharam isso, acharam aquilo, e teve até uma época, eles assinaram um papel né, pra quem veio fazer esse trabalho aí, eles assinaram um documento e esse documento pelo o que a gente sabe, é isso, que a mineradora poderia então entrar nessa comunidade [...] (Entrevista. Agricultora Familiar. Depoimento: mar. 2012).

Tenho um pedacinho de terra né [...] Comunidade São José do Sapé, pesquisa foi feita, agora falar claro que aqui foi encontrado minério que eles querem, aí eu não sei falar, foi feita pesquisa por todo lado, aqui em cima não foi feita (onde eu moro) lá onde eu tenho um terreninho foi feito, nesse tempo eles pagavam pelo buraco que eles tinha que pesquisar, mas nem todo mundo recebeu por isso, deve ter uns vinte anos pra lá que foi feita a pesquisa [...] (Entrevista. Agricultor Familiar, Membro do Conselho Consultivo, Fiscal da Serra do Brigadeiro. Depoimento: mar. 2012).

A gente sabia o seguinte, que muitas pessoas falavam pra gente que na década de 1980 teve uma empresa que contratou diversos trabalhadores para fazer pesquisa, e realmente a gente não pensava que um dia ou outro poderia realmente chegar aí para poder estar tirando o minério [...] (Entrevista. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Muriaé. Depoimento: mar. 2012).

Passei a conhecer a mineradora através de reunião do Sindicato, que eu fui saber que ela tá chegando. Primeiramente, eu era menina eles passaram aqui fazendo buraco na terra, fez vários buracos falando que era coisa boa para o dono da terra, veio fez, aí quando a gente descobriu era uma fria. Meu pai mesmo foi um que caiu, deixou furar toda terra dele, fazer vários buracos e a gente não imaginava que aquilo mais tarde ia trazer problema para nós. Então, ninguém

sabia que aquilo ia ser uma coisa ruim para nós depois, várias pessoas deixaram furar e agora a gente tá sabendo que era mineradora (Entrevista. Agricultora Familiar. Depoimento: mar. 2012).

Contudo, apesar das pesquisas minerárias terem acontecido durante a década de 1980, a população local e entidades atuantes na região da Serra do Brigadeiro, só tomaram conhecimento no ano de 2003 sobre os planos das mineradoras CBA e Rio Pomba Cataguases LTDA<sup>25</sup>.

Através do recorte de entrevista feita com o representante da Associação Amigos de Iracambi<sup>26</sup>, se evidenciou em sua fala a falta de informação e a dificuldade de acesso à mesma.

Segue a fala do entrevistado:

Descobrimos por acaso o anúncio no jornal em Juiz de Fora, em novembro de 2003, eu tenho nos arquivos essa informação, mas não tenho ela na cabeça, a empresa Rio Pomba, mas depois, ela vendeu o processo para CBA, mas só depois, mas na verdade a coisa já estava em andamento o anúncio no jornal em Juiz de Fora, falava de uma mineração em Mirai e outra em Serra das Aranhas, é aqui atrás, quando a gente descobriu. O processo mudou agora, fica mais fácil, mas naquela época tudo era centralizado em Belo Horizonte, agora tem a SUPRAM, COPAM aqui na Zona da Mata, na época não tinha isso. Então, todas as informações se encontravam em Belo Horizonte, ficava muito difícil descobrir, você ter que ir lá, você tem que solicitar documento e talvez eles dão autorização para fotografar coisa e copiar uma coisa, ou não, foi bastante complicado. Mas a gente descobriu então que não era somente esse processo, mas um monte, acho que uns noventa processos no total, mas com a outra empresa CBA. A gente

---

<sup>25</sup> A Rio Pomba Cataguases LTDA, é uma empresa sediada em Cataguases, MG, sua extração de bauxita visa exclusivamente seu emprego em processo químico para produção de reagente sulfato de alumínio, usado em piscinas. Há processos da empresa, envolvendo oito áreas contíguas nos municípios de Fervedouro, São Francisco do Glória e Divino, localizados próximos ao PESB. Fonte: EIA/ Rio Pomba Empresa de Mineração LTDA. 2002.

<sup>26</sup> A Associação Amigos de Iracambi é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), fundada em 1999, está localizada na zona rural do município Rosário da Limeira, onde tem um Centro de Pesquisa. Tem como objetivo maior a conservação da Mata Atlântica na região da Serra do Brigadeiro, onde trabalha com a comunidade local, buscando meios de tornar a conservação mais atraente do que sua destruição. Alguns dos trabalhos realizados e participação em espaços de discussão pela OSCIP, são eles: colaborou na criação do Conselho Municipal de Meio Ambiente, Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável de Rosário da Limeira, Código Municipal de Meio Ambiente, Colegiado do Território Rural da Serra do Brigadeiro, Conselho Consultivo do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, Conselho Estadual de Políticas do Meio Ambiente, Conselho Administrativo do Instituto Estadual de Florestas, Conselho Administrativo do Circuito Turístico da Serra do Brigadeiro, e outros. Desenvolve alguns projetos na região, Projeto Medicina da Mata, Projeto Educação Ambiental, Projeto Capacitação Comunitária, Projeto de Turismo de Base Comunitária. Tem parcerias com a UFV, CTA-ZM, CEIFAR, CEPEC e outras (IRACAMBI, 2011a).

não sabia da CBA, quem estava solicitando aqui na época era a Rio Pomba a gente não sabia, não conhecia esse nome ainda, a gente descobriu toda a história com a CBA e outras concessões, se revelou pouco a pouco, então a gente descobriu que em grande parte muitas licenças haviam sido dadas há muitos anos atrás, licença de instalação, muito coisa, já foi dado nos anos noventa e licença prévia bem antes disso. A gente não sabia nada porque na época era tudo feito em Belo Horizonte não passava nada aqui, então ninguém sabia nada disso ninguém consultou ninguém, informou ninguém [...] (Entrevista. Representante da Associação Amigos de Iracambi. Depoimento: abr. 2012).

Assim, o contexto das atividades minerárias na região, aconteceu também, a partir da realização de uma audiência pública, em 2003, na qual a empresa mineradora apresentou seus projetos de exploração de minério. De maneira semelhante à nota publicada em jornal, a audiência também foi organizada sem divulgação para a população local e entidades, que ficaram sabendo horas antes da mesma acontecer. A partir deste momento, houve preocupações semelhantes quando da época da criação do PESB, envolvendo riscos de desapropriações, impactos à agricultura familiar, etc. Do mesmo modo que outrora, as entidades também se mobilizaram junto aos possíveis atingidos pelo projeto, formando uma Comissão dos Atingidos pela Mineração<sup>27</sup>.

---

<sup>27</sup> A Comissão dos Atingidos por Mineração, formada em 2003-2004, consequência dos interesses das mineradoras pela região da Serra do Brigadeiro, resultou na organização de entidades (CPT, Cáritas, STRs de Muriaé, Miradouro, Iracambi, CTA-ZM, Grupo AMA) que passaram a discutir os impactos, o que significa minerar, extrair bauxita numa região de pequenas propriedades, etc. Com esses objetivos, realizaram reuniões periódicas de dois em dois meses no município de Rosário da Limeira, de maneira muito intensa durante os quatro primeiros anos, (2003-2007), com participação de trabalhadores ameaçados pelo projeto, envolvendo os municípios de Rosário da Limeira, Miradouro, Muriaé. Também, convocando e participando de reuniões públicas nos municípios de Muriaé, Miradouro e Divino. Em meados de 2008 e 2009, as reuniões da Comissão foram paralisadas devido a própria dinâmica das empresas mineradoras, que ao perceberem a mobilização de diferentes entidades contrárias ao projeto de mineração, desistiram de minerar naquele momento. O entrevistado, membro da CPT, ressaltou a importância do período sem reunião, alegando que foi importante para a Comissão pensar qual é seu papel, se restringiria simplesmente na resistência, ou não. Um momento para refletir na idéia central que diz respeito à formação de comissões municipais, e envolver mais a população, sobretudo os possíveis atingidos com o projeto de mineração. Em meados de 2010, o tema acerca da mineração voltou à cena, sobretudo, através da CBA em parceria com o GAIA, fazendo com que a Comissão voltasse a se reunir mensalmente para discutir o projeto de mineração e elaborar estratégias de resistência. No período de 2011-2012, os integrantes da Comissão, decidiram se organizar para formar um Fórum Regional Permanente em Defesa da Vida e do Meio Ambiente, que tem como objetivos abrir o leque de atuação e se fortalecer, agregando novos membros, discutir outros tipos de projeto, incluindo a construção de barragens, monocultivo de eucalipto, uso abusivo de agrotóxicos, e outros (Entrevista realizada com o representante da Comissão Pastoral da Terra. Depoimento: abr. 2012).



sobretudo, nos municípios que fazem parte do TSB, como serão mostradas nas entrevistas feitas com os representantes da Comissão Pastoral da Terra e presidente do Sindicato Rural de Muriaé, a seguir:

A comissão, ela surge da aparição do problema de mineração na região em 2003, o Sindicato, CPT, Caritas e outras entidades como IRACAMBI, ficou sabendo por informação rápida que haveria uma audiência pública na cidade de Muriaé no Bairro João XXIII e se tratava de licenciamento de mineração em Rosário da Limeira e em Muriaé. Sendo assim nós nos organizamos até sem saber de fato o que se tratava, qual que seria o foco forte, a gente se organizou enquanto entidade e fomos participar da audiência pública. De fato a audiência estava sendo organizada, mas a audiência sem a participação da comunidade, e da população, e especificamente das populações atingidas que seria os camponeses trabalhadores e trabalhadoras rurais. Então, a gente viu que não teve a participação popular, a participação de quem era afetado né, os atingidos, os ameaçados pelo projeto de mineração no município de Muriaé e Rosário da Limeira [...] a extensão de bauxita pela informação que a gente tem, são 160 km de extensão e aproximadamente 30-40 km de largura.

Nesse segundo recorte de entrevista destacamos a fala do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Muriaé:

Com relação à mineração, surgiu as primeiras discussões nossas aqui quando nós ficamos sabendo do problema, se não me falha a memória foi em 2003, que na verdade a gente nem sabia. A gente sabia o seguinte, que muitas pessoas falavam pra gente que na década de 1980 teve uma empresa que contratou diversos trabalhadores para fazer pesquisa e realmente a gente não pensava que um dia ou outro poderia realmente chegar aí para poder estar tirando o minério. Então, na verdade foi em 2003, uma audiência que teve aqui em Muriaé, audiência até do CODEMA local, onde a empresa veio e apresentou os projetos de mineração, não só de Mirai mas falando também dos interesses da empresa de estar minerando em outras áreas que inclusive a empresa tinha pesquisa. Desde esse primeiro momento, eu ainda não era presidente do sindicato mas já estava trabalhando aqui no sindicato e o sindicato teve uma postura realmente de muito medo por que? Primeiro porque a empresa, a gente ficou sabendo, porque a gente correu atrás das informações, nunca que a empresa chegou para poder chamar as entidades, no caso o sindicato, não só o sindicato mas outras entidades para poder conversar e falar que tinha interesse em exploração de minério aqui na região (Entrevista. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Muriaé. Depoimento: abr. 2012).

De fato, mesmo com os avanços na democratização da legislação ambiental brasileira, a participação formal acontece apenas num estado avançado do planejamento. Conforme, Zhouri, Laschefski e Paiva (2005b):

A legislação brasileira, por sinal contém vários dispositivos destinados a regular o processo de planejamento para dotá-lo de regras que permitam maior integração e participação. Entretanto, o que se observa é que inexistente um mecanismo institucional que, de fato, considere as demandas e o conhecimento das comunidades na caracterização dos impactos socioambientais de um empreendimento. Geralmente, quando as comunidades são comunicadas sobre a possibilidade de instalação de uma obra, o processo e licenciamento já se encontra em estágio avançado; muitas vezes decisões já foram tomadas e acordos já foram estabelecidos entre o poder local e os empreendedores (ZHOURI; LASCHEFSKI; PAIVA, 2005b, p. 101).

Percebemos que a mineração, semelhante à primeira proposta para criação do PESB, não informou a população e entidades acerca de seus interesses para realizar uma determinada forma de dominação do território da Serra do Brigadeiro. Todavia, estas duas propostas que envolveram instituições do poder público, representam territorialidades distintas para o mesmo recorte espacial. Enquanto o Parque teve como objetivo criar um território voltado para a conservação das riquezas naturais, a mineração, busca criar um território econômico-industrial. Ambas as propostas, ao serem analisadas no âmago de suas concepções revelam um potencial de conflito na apropriação simbólica distinta. Tais projetos negligenciaram o território já existente das famílias rurais da região, tornando-as numa condição de subalternidade. Dessa forma, a luta das famílias locais, então, se concentra na resistência em defesa do seu território, material e simbólico.

Nesse sentido, as contribuições teóricas de Santos (2002) corroboram para percebermos os interesses pela disputa do território usado pela agricultura familiar já estabelecida e uma iniciativa de atores externos para demarcarem os seus territórios.

Além da formação da Comissão dos Atingidos por Mineração, outras ações sucederam através do CEIFAR/ZM<sup>28</sup> o qual gerencia um convenio com o

---

<sup>28</sup> O Centro de Estudo Integração Formação e Assessoria Rural da Zona da Mata - CEIFAR/ZM, com sede no município de Muriaé, é uma entidade civil sem fins lucrativos, criada em 23 de dezembro de 2003, por meio de debates dos movimentos organizados dos trabalhadores e trabalhadoras rurais da região da Zona da Mata mineira. A entidade tem como

MDA/SDT no Território da Serra do Brigadeiro. As ações buscaram discutir junto à população, projetos de desenvolvimento na região, envolvendo aqueles ligados a agricultura familiar e a mineração.

Ao longo dos anos, o CEIFAR/ZM organizou vários grupos (associações/empresa da agricultora familiar grupos informais) para fortalecer e implantar proposta de desenvolvimento rural sustentável. Para isso, foi formado um grupo sensível à discussão da Economia Popular Solidária, da Segurança Alimentar e Nutricional e principalmente dos projetos de desenvolvimento colocados para a Zona da Mata mineira. Dos diversos grupos existentes, foi formado um grupo que tem se mobilizado para discutir formas de resistência ao projeto de extração de minério na região da Serra do Brigadeiro e construir estratégias para assegurar o desenvolvimento sustentável (CEIFAR/ZM, 2007).

No Quadro 6 colocamos diversas ações executadas pelo CEIFAR/ZM e entidades atuantes na região da Serra do Brigadeiro. Com destaque para o *Projeto de Mobilização de atores sociais do Território Serra do Brigadeiro: Desenvolvimento Rural Sustentável x Mineração*, que tiveram diversas reuniões em vários municípios no período de 2005 a 2009.

Estiveram envolvidos nesses encontros distintos atores sociais focados no desenvolvimento para a região na agricultura familiar: os STRs, CPT, a Pastoral da Juventude Rural, os conselhos comunitários, estudantes, associações, representantes do poder público municipal, representantes da EMATER, do IEF, moradores e moradoras da região e representante do Território Serra do Brigadeiro. O tema da mineração nessas reuniões foi entendido entre os participantes como de grande urgência ao se contrapor a agricultura familiar sustentável e ecológica (CEIFAR/ZM, 2005, 2006).

Segue na próxima página o Quadro 6:

---

objetivo atender as demandas dos STRs, Associações, e outras entidades, visando também, atuar como instrumento de articulação em nível regional, levando demandas do grupo para serem debatidas e encaminhadas dentro e fora da região. O CEIFAR/ZM tem como parceiros, os Sindicatos dos Trabalhadores (as) Rurais, o Pólo Regional da FETAEMG, Associações de Trabalhadores (as) Agricultores (as) Familiares. Recebe apoio das diversas entidades da região, dentre elas, os próprios STRS, Associações, Caritas Diocesana, CPT/ZM, Pólo da FETAEMG, ONGs, mensalidades de entidades associadas, e prestação de serviços na área contábil (CEIFAR/ZM, 2007). Na região, a entidade tem fundamental importância ao discutir assuntos que fazem parte da vida dos moradores e moradoras da região, dentre eles, a atividade de mineração (CEIFAR/ZM, 2007).

<b>Reuniões no ano de 2005</b>			
<b>Município</b>	<b>Comunidade</b>	<b>Data</b>	<b>Nº de participantes</b>
Rosário da Limeira	Não consta	16 de julho	47
Miradouro	Não consta	27 de agosto	76
Miradouro	Não consta	05 de novembro	62
Fervedouro	Não consta	13 de agosto	71
Belisario (Distrito de Muriaé)	Não consta	20 de agosto	32
Muriaé		17 de agosto	48
<b>Reuniões no ano de 2006</b>			
<b>Município</b>	<b>Comunidade</b>	<b>Data</b>	<b>Nº de participantes</b>
Araponga	Não consta	28 de maio	69
Divino	Não consta	25 de junho	57
Pedra Bonita	Não consta	24 de novembro	30
Ervália	Não consta	18 de novembro	30
<b>Reunião no ano de 2007</b>			
<b>Município</b>	<b>Comunidade</b>	<b>Data</b>	<b>Nº de participantes</b>
Pedra Bonita	Não consta	20 de abril	26
<b>Reuniões no ano de 2008</b>			
<b>Município</b>	<b>Comunidade</b>	<b>Data</b>	<b>Nº de participantes</b>
Muriaé	São Mateus	14 de agosto	25
Miradouro	Lambari	04 de setembro	19
Muriaé	São João do Glória	05 de dezembro	28
Miradouro	Monte Alverne	11 de dezembro	27
<b>Reuniões no ano de 2009</b>			
<b>Município</b>	<b>Comunidade</b>	<b>Data</b>	<b>Nº de participantes</b>
Rosário da Limeira	Santa Isabel	15 de abril	27
Fervedouro	São Pedro do Glória	28 de abril	28

Reuniões no ano de 2009			
Município	Comunidade	Data	Nº de participantes
Fervedouro	Baú	07 de maio	43
Miradouro	Alegre	22 de junho	28
Fervedouro	Bom Jesus do Madeira	01 de agosto	43
Audiência Pública em Rosário da Limeira no dia 26 de agosto de 2005 (300 participantes)			
Viagem a cidade de Itamarati de Minas no dia 01 de novembro de 2005 (60 pessoas)			
Seminário: Desenvolvimento Sustentável e a Atividade Mineradora na Zona da Mata mineira (Dezembro de 2005)			
Audiência Pública em Muriaé no dia 06 de abril de 2006 (300 participantes)			
Seminário Regional de Mobilização dos atores sociais nos dias 22 e 23 de Dezembro de 2006, em Eugenópolis-MG.			
II Encontro Municipal sobre Desenvolvimento Rural Sustentável e Mineração (12 de setembro de 2009, em Miradouro)			
II Encontro Municipal sobre Desenvolvimento Rural Sustentável e Mineração (19 de novembro de 2009, em Muriaé)			

Quadro 6 – Reuniões promovidas pelo CEIFAR/ZM e outras ações promovidas por entidades na luta pela resistência ao projeto de mineração na Serra do Brigadeiro. Organizado por: Claudinei Heleno da Silva (2012).  
Fonte: CEIFAR/ZM, 2005, 2006; 2007.

Em junho de 2011, também realizado pelo CEIFAR/ZM, aconteceu o Seminário Regional *Desafios e Perspectivas da Agricultura Familiar na Zona da Mata Mineira*. Neste seminário, o Painel II - Desafios da Agricultura Familiar da Zona da Mata, foi abordado o tema Mineração x Agricultura Familiar, Êxodo Rural. Sendo presidido pelo presidente do Sindicato Rural de Miradouro, e prelecionista, representante do CTA/ZM.

Ainda em 2011, através da articulação do vereador da câmara municipal de Miradouro, junto com a população desse município, o vereador sugeriu para que a população elaborasse um projeto de lei que restringisse a atuação de mineradoras. Através dessa ação o projeto foi aprovado em 2011, com emendas na Lei Orgânica do município (ver ANEXO A), que desmembrou em restrições não apenas a atividade de mineração, mas também ficando vedado

no território do município de Miradouro a construção de barragens que comprometam o abastecimento de água da população.

As reuniões e outras ações presentes no Quadro 6 é uma luta que visa informar e mobilizar a população local diante da instalação de mineradoras. Pois, as territorialidades em torno da mineração envolvem a produção de mais valia pautada em perspectivas de desenvolvimento de modo que assegurem a apropriação material do território, ao realizar a exploração da bauxita. Em seguida, procuraremos colocar perspectivas gerais do desenvolvimento em torno da atividade minerária conforme notícia veiculada em jornal:

No âmbito social, a CBA apóia o projeto “Capacitação do Homem do Campo”, realizado em parceria com o Instituto Votorantim, com o IFET – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba e a APRUSSVA – Associação dos Produtores Rurais de São Sebastião de Vargem de Alegre. O projeto, que já está no seu terceiro ano, dá a oportunidade aos jovens de adquirirem conhecimento sobre as formas de trabalho no campo. A iniciativa de apoio a crianças e adolescentes também é incentivada por meio do projeto “Secria – Serviço Especial de atenção à Criança e ao Adolescente”, criado pela Associação Comunitária de Desenvolvimento Sustentável de Itamarati de Minas. O objetivo é buscar a reinserção das crianças em seus próprios núcleos familiares e na comunidade, por meio de um acompanhamento especializado. Outro projeto viabilizado em parceria com o Instituto Votorantim é o “Profissional Evoluir”, em que os participantes recebem qualificação nas áreas de corte e costura e no ramo da construção civil. Cerca de 40 jovens entre 18 e 29 anos participam de mini-cursos, oficinas técnicas e atividades sócio-educativas. No município de Mirai, a empresa apóia o “Tecendo o Amanhã”, criado pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente que atende 80 jovens entre 12 e 17 anos. Os alunos participam de oficinas de artes e esportes e se afastam de riscos sociais como o uso de álcool e drogas. O “Parceria Votorantim pela Educação” é outra iniciativa destinada à população local, que visa construir uma agenda positiva para debater e qualificar a educação pública. O “Força Jovem”, projeto que atende 60 jovens entre 15 e 29 anos, do município de Descoberto, oferece mini-cursos de preparação para inserção mercado de trabalho. A Votorantim Metais também apóia o projeto. “Tela Viva de Cidadania e Cultura”, com exposições de cinema e mostras culturais itinerantes, percorrendo os municípios de Cataguases, Itamarati de Minas, Descoberto, Leopoldina, Mirai e São Sebastião da Vargem Alegre beneficiando cerca de 20 mil pessoas (Jornal: Folha do Sudeste. 2012).

Outras territorialidades que fazem parte da perspectiva do desenvolvimento ligadas à empresa relacionam-se a geração de empregos,

divisas para o município, algumas melhorias em estradas, etc. Tais perspectivas se refletem nas entrevistas a seguir:

Na área econômica eu vejo por exemplo, hoje com 350 mil construo uma escola, 350 mil município vai receber por mês com ICM então aumenta esse dinheiro chega sim, aumenta a arrecadação do município, vai ter um aumento do ICM, bem aplicado vai trazer benefício sim, agora ambiental eu não vejo como, não tem como o município ir contra o Brasil é o maior exportador de commodities do mundo nós não podemos ir nessa contra mão, embora acho que é um absurdo mandar nossa matéria prima pra fora e comprar tudo pronto da China por exemplo [...] Estrutura escolar de saúde, será que o ICM aumentar vai ser suficiente para aumentar essa rede de atendimento com qualidade, a mineração ela tem que ser feita de forma racional o município gestor tem que estar próximo da negociação tem os prejuízos sim, mas tem que estar perto para discutir [...] o que a gente vê, eu não tenho experiência de ter visto a mineração de perto, mas o que eu ouço dos outros prefeitos, é que dificilmente não tem comprometimento dos mananciais, eu fico temeroso sim, mas eu tenho que estar temeroso e dentro do processo eu tenho que saber, tenho que manifestar isso lá, eu tenho que ter respostas para minhas preocupações [...] (Entrevista. Atual prefeito de Miradouro. Depoimento: abr. 2012).

Do conhecimento que a gente tem até hoje eu não vejo vantagem, porque o lucro do minério que vai tirar não fica com o produtor não, a porcentagem que o produtor ganha é muito pouca, a única vantagem que poderia acontecer é o melhoramento das estradas, mas estrada é algo do prefeito cuidar não é duma empresa e o segundo conhecimento que a gente tem, que as estradas que eles puxam o minério, essas estradas são deles não passa outro veículo ali, fazem estradas para eles, é o conhecimento que a gente tem não sei se é assim né (Entrevista. Agricultor familiar. Depoimento: abr. 2012).

O que é dito pra gente que vai trazer royalty para o município aí também vai depender de como o gestor vai gerir isso, qual vai ser a garantia que vive no local, o agricultor familiar, qual vai ser a garantia que ele vai ter, vai ser uma área, é isso que eu penso em sustentabilidade a mineradora vai pegar um pedaço do terreno do agricultor, mas em contrapartida o que ele vai ter a gente não sabe na tem um projeto de sustentabilidade se tem ele ta escondido eu não vejo (Entrevista. Atual presidente da Câmara Municipal de Miradouro. Depoimento: abr. 2012).

Na Figura 12 colocaremos os principais atores sociais envolvidos na proposta de desenvolvimento para a região da Serra do Brigadeiro, pensada através do desenvolvimento rural sustentável com a agricultura familiar e

resistência à atividade de mineração. As setas presentes na Figura 12 representam uma permeabilidade e ações que visam à conquista de novos atores sociais a lutarem por estratégias de resistência a atividade minerária. Citamos o Fórum Permanente em Defesa da Vida e do Meio Ambiente que está sendo organizado pela Comissão dos Atingidos Pela Mineração.

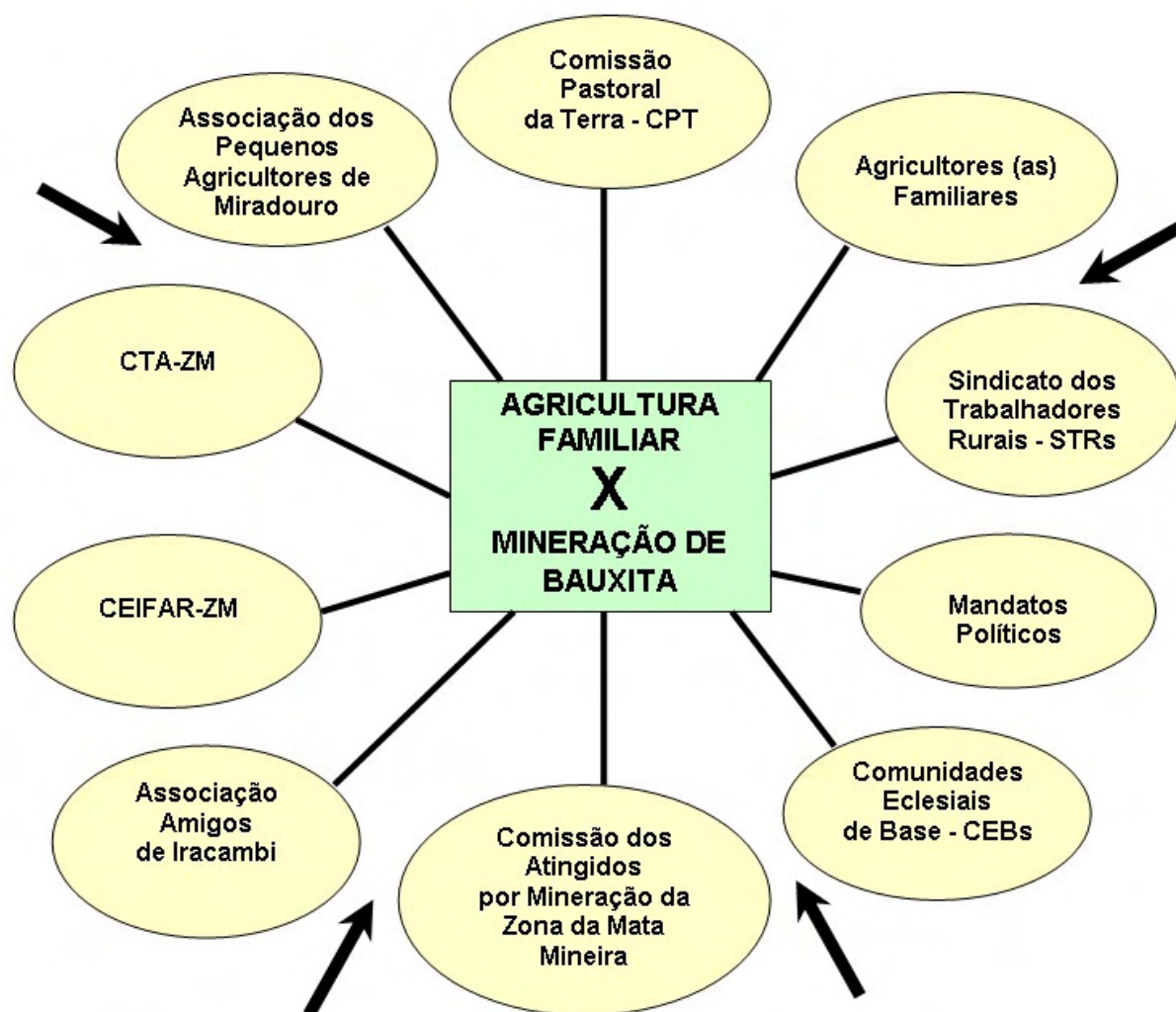


Figura 12 – Principais atores sociais envolvidos na discussão e resistência a atividade de mineração na Serra do Brigadeiro. Elaborado por: Claudinei Heleno da Silva (2012).

### 5.6 Tentativas de negociação entre territorialidades distintas: O Programa Ecos da Mata

Nos últimos anos a partir de 2010, foram elaboradas estratégias que entendemos como componente para amenizar os conflitos que envolvem as demandas territoriais distintas, sendo proposto pela CBA um Plano de

Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS). Para realizar esta iniciativa a CBA contratou a GAIA<sup>29</sup> para elaborar o Programa Ecos da Mata<sup>30</sup>, baseado na realização de um diagnóstico socioambiental, oficinas, organização do Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável, e finalmente, a formulação do PDRS:

O objetivo geral do projeto ECOS DA MATA é fomentar o desenvolvimento regional em nove municípios da zona da mata mineira: Itamarati de Minas, Mirai, Descoberto, Cataguases, Muriaé, Fervedouro, Miradouro, Rosário da Limeira e São Sebastião da Vargem Alegre, a partir da elaboração de um Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) que se constitui em um instrumento de planejamento e operacionalização que visa integrar as ações propostas pela sociedade, com as iniciativas e políticas públicas de desenvolvimento regional do Governo Federal e Estadual, bem como orientar ações da iniciativa privadas na região da Zona da Mata (PDRS, 2011, p. 03)

Em 2011, a dinâmica do Fórum se constituiu por nove rodadas de reuniões itinerantes, a partir de metodologias participativas para construção coletiva do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável. Com a existência do diálogo entre as partes, o Fórum é o início do processo de estruturação da identidade regional, que contemple os interesses de todos os municípios, base imprescindível para a promoção do desenvolvimento econômico, social e ambiental (PDRS, 2011, p. 08)

---

<sup>29</sup> O GRUPO DE APLICAÇÃO INTERDISCIPLINAR À APRENDIZAGEM-GAIA - é uma organização não-governamental, sediada em Campinas (SP). Surgiu em 1990, através de um grupo de quatro alunos da Unicamp ao realizar um trabalho prático de estudo do meio em Geologia, em parceria com o Museu Dinâmico de Ciências de Campinas. A partir de 1993, com a institucionalização como Pessoa Jurídica, o GAIA passou a oferecer projetos, cursos, palestras e oficinas para empresas, prefeituras, escolas, ONGs e eventos. Com escritórios no Brasil e no Peru, atua na América do Sul em cerca de 250 municípios e em 21 estados brasileiros. Atualmente, realiza trabalhos relacionados a Diagnósticos, Empreendedorismo, Educação Ambiental, Licenciamento Ambiental, dentre outros. Em meados de 2010-2011, o GAIA realizou trabalhos com a Votorantim Metais/CBA: promovendo reuniões nas Comunidades Rurais, realização do Diagnóstico Socioambiental, Fórum de Desenvolvimento Regional Sustentável, realização de Oficinas nos municípios que fazem parte da área de atuação da Votorantim Metais/CBA, e outro. Tem como parceiros: Os INSTITUTOS VOTORANTIM (METAIS, CIMENTOS, ENERGIA E SIDERURGIA), CITROVITA VOTORANTIM, PETROBRAS, ELETROBRAS FURNAS, SHELL, SAMARCO, dentre outros. (Disponível em: <<http://www.gaiasocial.org.br>>. Acesso em: 05 de mar. 2012); (*Diagnóstico socioambiental: Panorama Geral dos Municípios*, ago. 2010).

<sup>30</sup> Com base no Diagnóstico Socioambiental, realizado pela GAIA, foi concebido o Programa Ecos da Mata, sendo também, executado pela mesma ONG. Através das frentes de trabalho, de curto e longo prazo no decorrer do ano de 2011 - 2012. No âmbito do Programa Ecos da Mata foram criados: Fórum de Desenvolvimento Regional Sustentável; Capacitação de Gestores Públicos; Cultura da Cooperação na Cadeia de Transportes e Turismo Rural e Ecológico Comunitário (Cartilha. *Ecos da Mata*, 2011).

Essas ações podem ser entendidas como meio de se realizar a apropriação simbólica do território, pois, contêm direcionamentos para que as propostas de ações promovidas pela CBA nos municípios que fazem parte de sua área de influência sejam executadas conforme os eixos de desenvolvimento contidos no PDRS, listados abaixo:

- Preservação Ambiental;
- Turismo;
- Serviços, Comércio e Indústria;
- Educação e Qualificação;
- Desenvolvimento Agropecuário;
- Infra-Estrutura.

O que pode ser observado são algumas semelhanças desses eixos com aqueles do TSB apresentados no Capítulo 4. Desta forma, acreditamos que as diferentes ações da GAIA, fazem parte de uma estratégia para amenizar possíveis conflitos que podem ocorrer na região da Serra do Brigadeiro, como por exemplo a realização de oficinas realizadas pela ONG, com temas de interesse da população rural, por exemplo, desenvolver o turismo rural, produzir artesanatos, etc. Pois, são ações que sobrepõem interesses pelo mesmo território, aquele que já está em uso pela população rural, e um novo território, tentando se estabelecer através do desenvolvimento no seu sentido clássico, voltado para exploração do recurso mineral, de modo atender demandas externas, ou seja, a exportação.

Na Figura 13 mostraremos como tem sido a atuação da empresa CBA na região desde sua chegada na década de 1980, até o seu retorno à região em meados de 2010, tendo como parceira a GAIA.

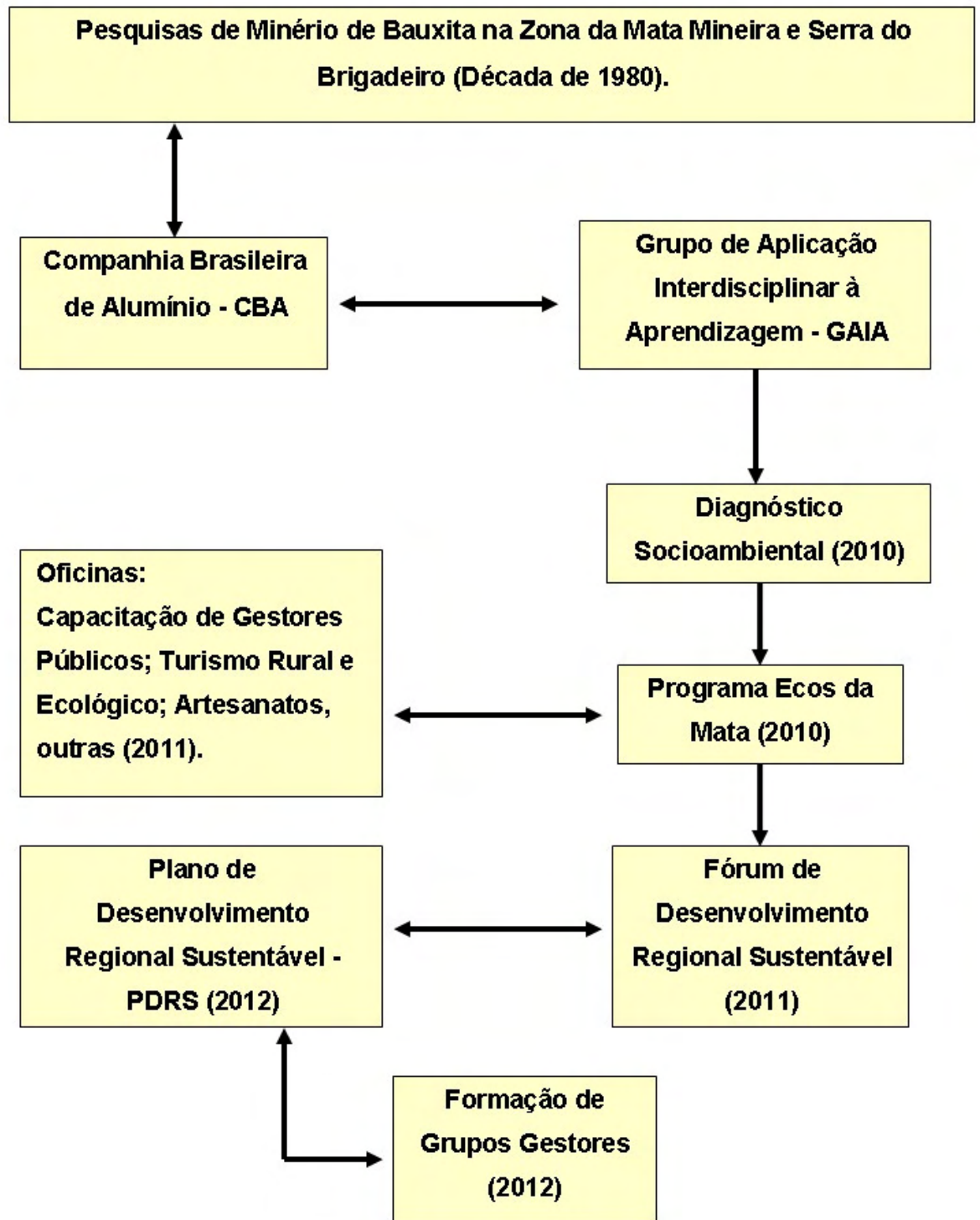


Figura 13 - Ações da CBA e GAIA na Zona da Mata Mineira e municípios localizados no entorno do PESB.  
Elaborado por: Claudinei H. Silva (2012).

Para facilitar a realização dessas atividades foram estabelecidas parcerias entre diferentes atores sociais que acreditamos, ser uma estratégia que também visa atenuar os possíveis conflitos com as entidades atuantes na região da Serra do Brigadeiro e com a população local. De modo que favoreça apropriação material de territórios para extração de bauxita.

Apresentaremos na Figura 14 alguns dos atores sociais identificados como parceiros durante o trabalho de campo que envolveu o Fórum de Desenvolvimento Regional Sustentável, realizado em 2011.

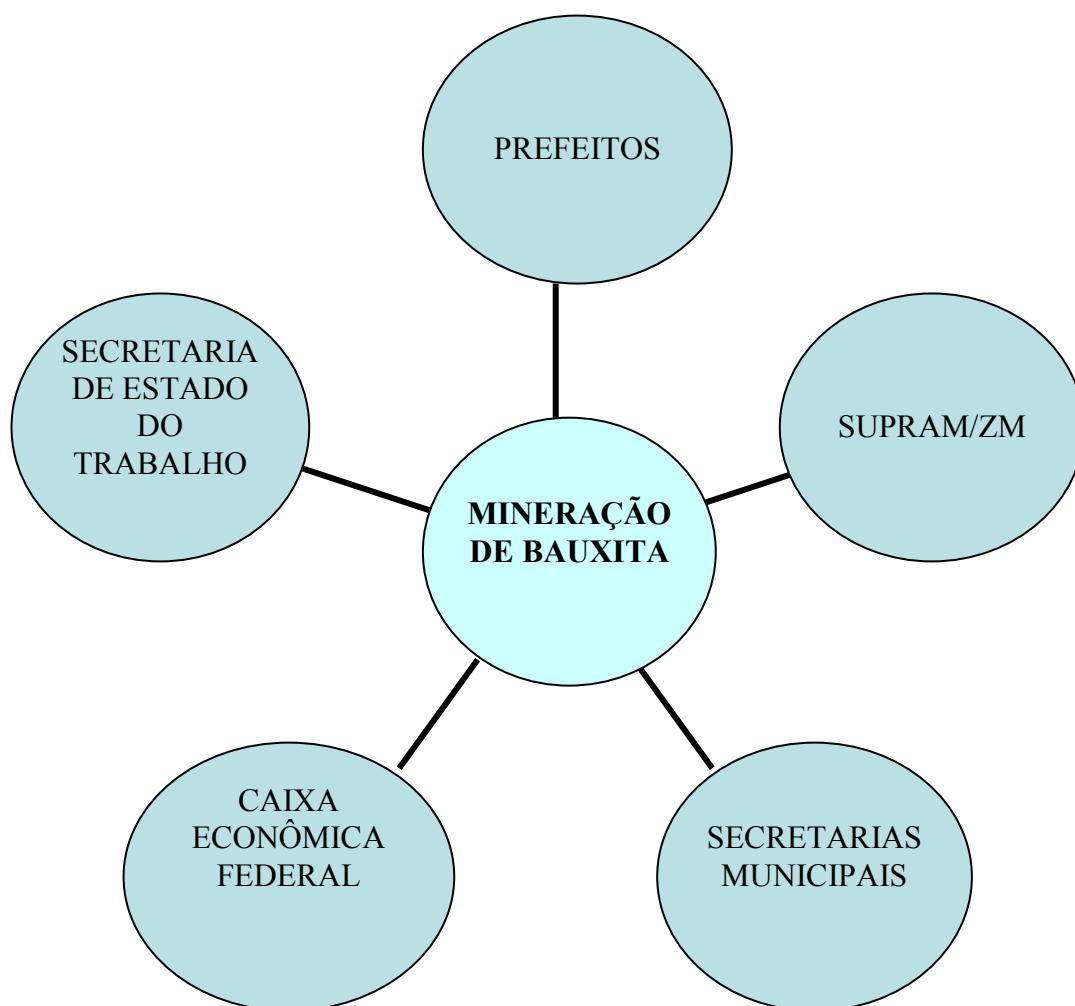


Figura 14 - Alguns dos atores sociais identificados durante o Fórum de Desenvolvimento Regional Sustentável, 2011.

Elaboração própria: Claudinei Heleno da Silva (2012).

## **CAPÍTULO 6 – TERRITORIALIDADES EM CONFLITO**

Neste capítulo apresentaremos a partir de dados empíricos, como as atividades desenvolvidas pela CBA e GAIA, durante os anos de 2010 e 2011, foram recebidas pela população local, entidades e como articularam as resistências contra a mineração. Buscaremos destacar em qual grau houve um potencial de amenizar tensões e situações de conflitos, e outras situações em que elas se agravaram. Para apontar aspectos em que a superação dos conflitos parece ser difícil ou impossível de solucionar, quando analisaremos os conflitos ambientais no Capítulo seguinte.

A CBA e a GAIA começaram as suas atividades em relação ao Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável em meados de 2010, com a realização do Diagnóstico Socioambiental, nos meses de janeiro a março do mesmo ano.

Esse diagnóstico teve como objetivo, “[...] identificar as potencialidades e fragilidades da região para subsidiar a elaboração de projetos que impulsionem o desenvolvimento regional” (Diagnóstico socioambiental: Panorama Geral dos Municípios, ago. 2010, p. 06).

Nas palavras do Gerente Geral de Mineração da CBA:

O resultado deste documento nos oferece um panorama dos municípios da área de atuação da Empresa, apontando as principais demandas e potencialidades, de forma a possibilitar a elaboração de projetos que se adéquem a realidade local. E, partindo do pressuposto de que os maiores responsáveis pelo desenvolvimento de uma localidade são as pessoas que nela vivem, queremos construir e desenvolver esse projeto em conjunto com a comunidade, através de ações articuladas com diversos agentes (cidadãos, empresas, organizações e governos) e do esforço das políticas públicas. (Diagnóstico socioambiental: Panorama Geral dos Municípios, p. 04, ago. 2010).

Para realização do Diagnóstico Socioambiental foram realizadas coleta de dados com aplicação de questionários e entrevistas aos representantes dos poderes públicos municipais, sociedade civil organizada, setor privado, e outras representações. Envolveu também, consulta a fontes de dados oficiais do governo como o IBGE, DATASUS (Departamento de Informática do SUS), INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), e outros (Diagnóstico Socioambiental, 2010).

No entanto, já durante a realização do diagnóstico sinalizou-se a desconfiança de alguns moradores de Miradouro perante a GAIA, sendo contestado o diagnóstico, quando a ONG e CBA foram realizar uma reunião na comunidade rural de Monte Alverne desse município (Participação em reunião promovida pela Votorantim Metais e GAIA em Miradouro, MG, 2011), que apresentaremos no próximo item.

### **6.1 Primeiros índices de resistência ao projeto de mineração em Miradouro: Conflitos relacionados à GAIA, à CBA e a população local**

A reunião organizada pela empresa CBA e GAIA, em Monte Alverne, realizada em março de 2011<sup>31</sup>, teve como objetivos: apresentar o histórico de atuação da empresa no mercado de alumínio, estreitar a relação da empresa com a comunidade rural, sanar possíveis dúvidas do empreendimento na região que envolvem a extração da bauxita, o transporte e beneficiamento do minério, e outros. Nessa reunião estavam presentes o agente da CPT, alguns vereadores do município, a vice-prefeita de Miradouro, o presidente e funcionários do STR local e agricultores familiares.

Já, antes dessa reunião, tiveram alguns acontecimentos importantes de resistência à mineração que devem ser elucidados para melhor entender como o conflito “eclodiu” durante a reunião.

O primeiro deles está relacionado à oferta de um lanche. Uma moradora da localidade foi procurada por uma funcionária da CBA, para que preparasse um lanche para ser oferecido aos participantes, no final da reunião.

A entrevista realizada com essa moradora revela claramente que esta, improvisou uma estratégia de resistência, não comunicando à funcionária da empresa, que não iria mais fazer o lanche, de modo a evitar que conseguisse guloseimas através de outra prestadora de serviços. Foi uma atitude individual, ao abrir mãos de benefícios próprios para defender uma causa coletiva. Mas, que revela uma mobilização do grupo ao envolver outros integrantes, como o representante de entidade local que também foi consultado.

Colocamos a seguir, trecho dessa entrevista:

[...] na hora eu aceitei não vou mentir não, aí quando foi depois mais tarde, eu comecei a pensar assim ô gente, esse dinheiro

---

<sup>31</sup> Os relatos dessa reunião podem ser consultados no APÊNDICE - B, desse trabalho.

é da mineração, então eu tô apoiando a mineração, aí eu peguei e fiquei quieta, e depois um dia antes da reunião eu comentei isso com (outra moradora da comunidade) não comentei isso pra ninguém mais, mas eu estava decidida a fazer [...] rolava bastante dinheiro [...] e foi um mês que particularmente pra mim [...] muito apertado era o mês que o dinheiro ia fazer uuuuuuuuuuu...entendeu eu fiquei quieta daí vinha aquela pergunta eu to aceitando o dinheiro da mineração, eu to aceitando, eu não vou fazer a merenda, mas não falei nada com eles (representantes da mineradora) não, aí quando foi no dia da reunião o (representante de entidade) chegou mais cedo, aí eu comentei com ele e falei, aí ele me deixou livre, não me pressionou por ser do sindicato [...] aí foi a hora que a [funcionária] levantou e falou que estava na hora da merenda [...] eu falei que não tinha merenda que a gente não queria nada da mineração [...] foi difícil fazer aquilo mas eu me orgulho, sinceramente eu me orgulho de ter feito aquilo [...] (Entrevista. Agricultora familiar e comerciante. Depoimento: mar. de 2012).

Outro fato importante para evidenciar a mobilização da população local, através das estratégias planejadas antes da reunião, diz respeito a confecção de cartazes. Como já foi dito, pelo fato dos STRs que compõem a região da Serra do Brigadeiro, serem os principais representantes dos agricultores familiares, ou seja, como diria Raffestin, (1993), o nó mais forte da rede.

Assim, sob a coordenação do representante local do STR, funcionários da entidade e apoio da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Miradouro, foram confeccionados cartazes com fotos das culturas praticadas na região (abóbora, morango, uva, café, outras), e frases que focam no desenvolvimento para o município e região, tendo como cerne, a agricultura familiar, Figuras 15 e 16.



Figura 15 - A Agricultura Familiar é a nossa Cultura, não queremos Perdê-la. Fotografia: Arquivo pessoal. Claudinei Heleno da Silva (2011).



Figura 16 - Nosso projeto de desenvolvimento chama-se: A Agricultura Familiar. Fotografia: Arquivo pessoal. Claudinei Heleno da Silva (2011)

As fotografias contidas nos cartazes expressam claramente a territorialidade dos agricultores familiares. Em contraponto a essa territorialidade aos planos da empresa mostra-se a vontade da população em defender o seu território, ou seja, uma maneira de exercer poder sobre o mesmo, através da agricultura, e de outras atividades relacionadas ao meio rural vinculadas ao fator simbólico. Como salientou Haesbaert (2009) ao problematizar a noção de território nas vertentes política, cultura e econômica.

Assim confirma-se a observação de Zhouri; Laschefski e Pereira, (2005a, p. 18):

O conflito eclode quando o sentido e a utilização de um mesmo espaço ambiental por um determinado grupo ocorre em detrimento dos significados e usos que outros segmentos sociais possam fazer de seu território, para com isso, assegurar a reprodução do seu modo de vida. Entendemos, pois, que projetos industriais homogeneizadores do espaço, tais como hidrelétricas, mineração, monoculturas de soja, eucalipto, cana-de-açúcar, entre outros, são geradores de injustiças ambientais, na medida em que, ao serem implementados, imputam riscos e danos às camadas mais vulneráveis da sociedade.

Uma estratégia adotada pelo representante do STR local foi orientar os agricultores em relação ao comportamento e os questionamentos durante a reunião, reunindo os mesmos, horas antes da reunião acontecer com os representantes da CBA e GAIA<sup>32</sup>. Desse modo, utilizaram uma estratégia de fazer constantes perguntas, ficando evidenciado na demora de passagem de lâmina de datashow, utilizado pela empresa, em aproximadamente, uma hora e meia, da primeira para a segunda lâmina.

No contexto da reunião, mas em momento posterior a ela, uma estratégia para desarticular a resistência local, ocorreu como oferta de emprego para uma moradora da comunidade, feita por um integrante da GAIA.

A seguir, colocamos o trecho de entrevista com a moradora que recusou a proposta de emprego:

[...] ele (funcionário da GAIA) ligou lá pra casa proporcionou serviço [...] falava tipo assim comigo pelo telefone, você vai pra frente, não consigo entender porque que você, é uma pessoa tão instruída consegue ficar assim sem trabalhar, sabe, aí eu

---

<sup>32</sup> Essa informação foi repassada durante entrevista informal com o representante da entidade, após a reunião ter acontecido, e reafirmada durante entrevista formal em 2012.

fiquei realmente muito interessada no assunto, eu vou negar isso não, eu fiquei, se não fosse a (outra moradora de Monte Alverne) o (presidente do STR) eu não sei não, a proposta era muito boa [...] me chamaram para trabalhar na GAIA, porque a proposta era assim como eu briguei tanto, briguei tanto...de repente eu fosse pra GAIA o que o pessoal (da comunidade) ia pensar [...] a proposta ocorreu depois que aconteceu aquela reunião da GAIA e CBA (em março de 2011) [...] eu levantei na oficina da GAIA [o funcionário da ONG] ignorou a minha pergunta por ignorância mesmo ou porque não quis expor o problema na hora, aí eu levantei e vim embora, isso na oficina, daí nessa minha atitude, aí que eles começaram mesmo a tentar me comprar e tentou até com (outra moradora da comunidade) também, e foi muito doído. (Entrevista. Agricultora familiar e comerciante. Depoimento: mar. de 2012).

Outro exemplo que entendemos como estratégia de enfraquecer a resistência local. Foi a oferta da reforma da casa da presidenta da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Miradouro. Assim como aconteceu a recusa do emprego, o mesmo aconteceu com essa proposta. Segue abaixo trecho dessa entrevista:

ó uma coisa assim, nós compramos esse pedacinho de terra ela é uma casa antiga, eles queriam reformar (a prefeitura) porque a mineradora ela repassa um dinheiro para os municípios para fazer o social, ela tem que repassar o dinheiro para o município não sei se você entende isso, aí então me ofereceram para fazer uma reforma nessa casa minha muito boa, com o dinheiro que as mineradoras passam para o município investir no social, eu não aceitei não, só que depois pelo que eu já vi fazem assim, tudo direitinho só que depois eles colocam uma plaquinha, por exemplo, aqui tem investimento da CBA a gente é obrigado a aceitar colocar essa plaquinha então eu na aceitei porque depois eu sou uma pessoa assim eu e minha família muito livre e com isso eu ia ficar na mão deles. Sabe, eu ia calar a minha boca, eu para não aceitar isso então quando eu penso em mim eu não penso só em mim se calar a minha boca não estou ajudando quem precisa, eu sou radical até no ponto assim, de que se depender de mim eu não aceito mesmo igual eu te falei se dependesse só de mim não ia entrar eu poderia ter aceitado se eu pensasse só em mim, não pode reformar minha casa e coloca essa placa que não tô nem aí o benefício é pra mim, mas eu não aceitei eu não queria ficar na mão, que eles calassem assim a minha boca (Entrevista. Presidenta da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Miradouro. Depoimento: abr. 2012).

As recusas, envolvendo a proposta de emprego e reforma da casa, podem ser entendidas sob diferentes olhares, mas, acreditamos que estão ligadas ao sentimento de união, de laços de confiança, de amizades, da

existência de capital social, e de um objetivo comum atrelado a ação conjunta da comunidade para resistirem propostas advindas da mineradora.

Para elucidar outra ação, destacamos a realização de oficinas que de modo geral não foram demandadas pela comunidade, mas realizadas por iniciativas da CBA e da GAIA. Elas aconteceram nos municípios que fazem parte da área de influência da CBA e no mesmo período em que também estava sendo executado o Fórum de Desenvolvimento Regional Sustentável, em 2011.

Segue um relato sobre as estratégias adotadas pela GAIA, em relação às oficinas, na comunidade de Monte Alverne:

[...] as oficinas começaram depois da reunião da CBA e GAIA eles queriam pegar a gente pá e pá e pá, não teve tempo nem de respirar, ele (o funcionário da GAIA) estava vindo aqui quase todos dias, e uma coisa que eu achei muito inteligente da parte dele é que quando ele vinha na casa da (outra moradora) ele não ia na minha casa, quando ele ia na minha casa ele não ia na casa da (outra moradora) [...] tiveram três reuniões da GAIA, tentaram trabalhar com ilusões, projetos de ilusões eles colocaram na planilha deles como desenvolver a nossa região, fazer com que a nossa cultura se expandisse mais, a gente valorizasse a nossa própria natureza, eles tentaram fazer isso, só que esqueceram de conscientizar a gente que aquilo ali, eles faziam isso nos iludindo sendo que por traz, eles estavam mesmo tentando manipular com o que estava falando [...] foi até então que falei com ele [funcionário da GAIA] você não vem mais aqui porque você não vai ser bem recebido aqui mais [...] eu falei em nome da comunidade eu não falei sozinha não [...] (Entrevista. Agricultora familiar e comerciante. Depoimento: mar. 2012).

Entendemos que a execução das oficinas numa sequência muito rápida, ou seja, logo depois de realizada a reunião em Monte Alverne, foi uma estratégia de utilizada para evitar com que as pessoas elaborassem mecanismos de resistência à ação da ONG. Mesmo assim, a comunidade resistiu pelo fato de já se encontrar organizada e preparada para lidar com situações que demandam tomadas de atitudes mais urgentes. Em consequência rejeitaram a realização de outras oficinas.

Algo relevante que favoreceu para a realização de oficinas realizadas pela GAIA, era o fato da contratação de um funcionário carismático conhecido na região através de atividades implantadas por outra ONG, que procurou desenvolver o turismo rural, em municípios que fazem parte do entorno do

PESB. Assim, devido a confiança inicial da comunidade e o interesse geral no tema abordado, a GAIA conseguiu realizar três oficinas, conforme nossa entrevistada. Contudo, pelo fato desse funcionário ter passado a trabalhar para uma ONG contratada por uma empresa mineradora, cresceu a desconfiança da população local.

Para evidenciar o acontecimento colocamos a fala da informante:

Começaram a fazer oficina tiveram reunião [...] da primeira vez juntou muita gente o povo tava muito interessado aí depois a gente começou ver o lado da coisa né sabendo que eles estavam aqui oferecendo muita coisa boa, fazendo as propostas, mas, o pessoal acordou. Disseram que não queriam oficina mais [...] o pessoal abriu o olho e saiu todo mundo fora [...] não deu continuidade não [...] Não aceitaram as oficinas, porque o que a gente puder evitar, a distância que a gente puder ter deles a gente vai ter, eles podem entrar aqui no nosso Miradouro [empresa de mineração], que eles tão pretendendo entrar, dizem que vão entrar, mas não com a nossa conscientização, com nosso apoio porque de repente, igual eu estava participando das oficinas depois eu pensei assim, ó gente eu tô apoiando eu acho que tô apoiando. Então o que eu puder ter distância deles, eu quero ter [...] (Entrevista. Agricultora familiar. Depoimento: mar. 2012).

Um entrevistado de outra comunidade relatou que os assuntos abordados pela GAIA nas oficinas eram bons, pois, estavam relacionados ao desenvolvimento do turismo rural, produção de artesanatos, etc., que é algo de interesse da população rural, contudo mostrou-se com receio durante sua fala.

Segue a fala do entrevistado:

Toda proposta da GAIA era boa, o que precisa pra comunidade, melhoria das estradas, melhorias das escolas, melhoria de pontes, do meio ambiente, tudo bom mas a gente sabe tudo, a gente pergunta de onde é que vem esse dinheiro? Tudo gasta dinheiro tem que ter dinheiro né, aí tem que ter uma empresa para dar cobertura a isso e qual é a empresa que vai fazer cobertura, eles não sabem, e se vier da empresa, da mineradora nós não estamos lascados com isso aí né. (Entrevista. Agricultor Familiar. Depoimento: mar. 2012).

Diante as estratégias da GAIA aqui apresentadas, ao nosso ver, visaram neutralizar ou minimizar as resistências a atividade minerária, pois, os temas trabalhados, a tentativa de conquistas de lideranças da comunidade, etc., podem favorecer como meio facilitador na implementação da atividade ligada à mineração.

## 6.2 Situações de conflito nas reuniões do Fórum de Desenvolvimento Regional Sustentável

Os momentos de conflito não cessaram, pois, aconteceram também durante a realização do Fórum de Desenvolvimento Regional Sustentável, organizado pela CBA e GAIA, em Miradouro. Para recordar, trazemos novamente os municípios que fizeram parte das dez rodadas de reuniões desse Fórum. São eles: Descoberto, Itamarati de Minas, Cataguases, São Sebastião da Vargem Alegre, Muriaé, Mirai, Fervedouro, Rosário da Limeira e Miradouro. Esses municípios fazem parte da área de influência da CBA, sendo que em alguns deles já são realizadas extração de minério (Descoberto, Mirai, Itamarati de Minas, e demais), e outros como, Miradouro, faz parte do plano de expansão da empresa.

Segue na próxima página a Figura 17, os municípios que fizeram parte do Fórum:

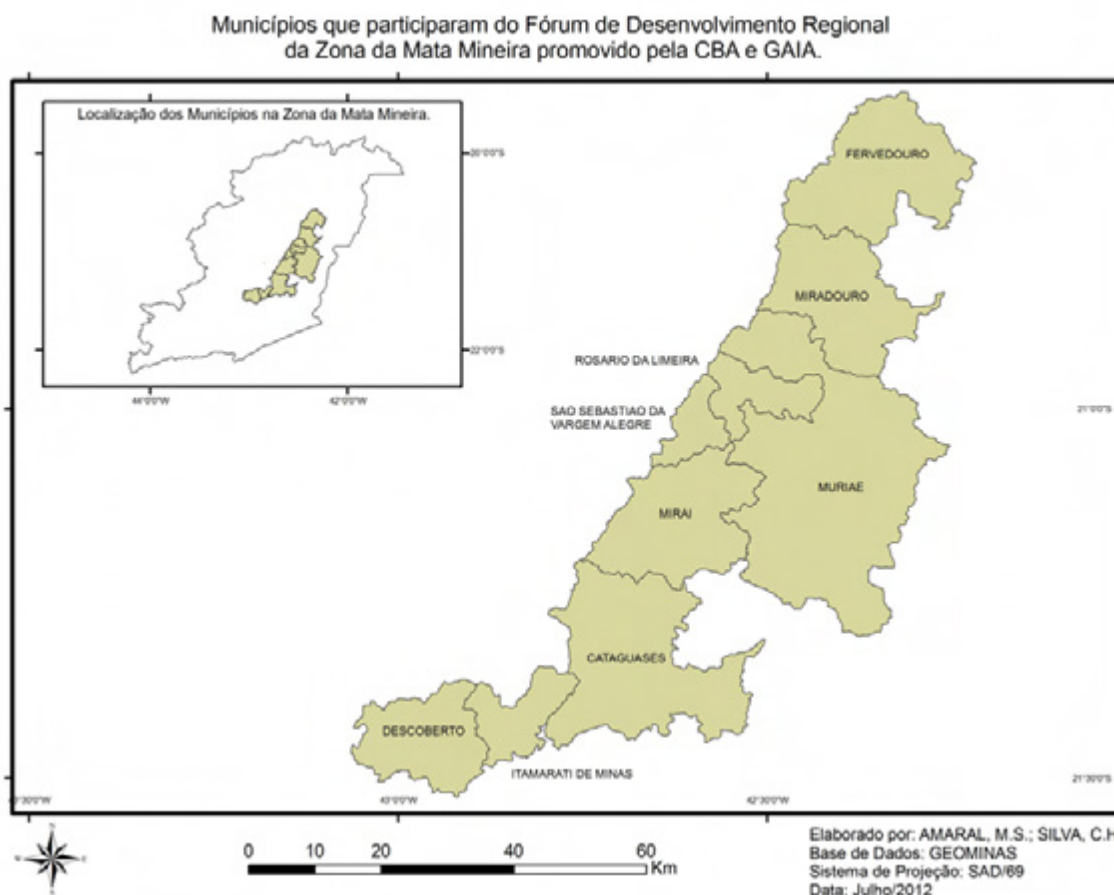


Figura 17 - Mapa de Localização dos municípios que participaram do Fórum de Desenvolvimento Regional Sustentável.  
Elaboração: AMARAL; SILVA (2012).

A proposta do Fórum era elaborar um plano participativo integrado para os municípios afetados pelas atividades da CBA, abrangendo temas gerais em relação aos potenciais de desenvolvimento. O Fórum teve como objetivo final a elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável, e formação de parcerias, dentre elas, com o poder público municipal, para executar os eixos de desenvolvimento tirados nas reuniões. Algumas das iniciativas discutidas no Fórum foram reconhecidas como positivas, a exemplo, construção de fossas sépticas na zona rural, abertura de estradas, geração de emprego, e outras.

Mesmo assim, de modo geral, os agricultores familiares de Miradouro e entidades, entenderam que são apenas pequenas benfeitorias diante dos impactos da extração de bauxita, que poderá afetar negativamente, sobretudo, a população rural.

Em entrevista com uma liderança política municipal de um dos municípios que compôs o Fórum, relatou a sua percepção ambivalente com respeito às reuniões:

Positivo, que foi uma convivência boa entre os municípios [...] você viu como que foi importante aquele Arnaldo, lá do nordeste que falou em São Sebastião da Vargem Alegre, aquilo pra mim foi um aprendizado, houve um crescimento pessoal [...] de informação, de experiência de outros municípios, agora de negativo, eu pensava que viria um espaço de negociação, que viria uma proposta, e não é isso, eles ensinaram a gente fazer projeto, e o projeto não é nem que o Grupo Votorantim vai dar, eu não sou boba ninguém é boba ali, não é o Grupo Votorantim que vai dar [...] eu não to ali para aprender projeto o prefeito tem a equipe técnica aqui [...] Eu achava que no fórum, eles iam tirar nossas angústias, eles [GAIA] seriam os nossos mediadores, que eles estavam ali justamente para propiciar essa mesa com a mineradora e conosco, não tem essa proposta, porque eu acho, eu fiquei frustrada com esse fórum (Entrevista. Atual presidente da Câmara Municipal de Miradouro. Depoimento: mar. 2012).

A fala acima apresenta trechos de não ter acontecido momentos de discussão acerca dos assuntos relacionados ao processo de mineração na região, ou seja, trazendo dúvidas de como será feito o empreendimento minerário? Quais são seus impactos? Como serão executados os planos de expansão da exploração de bauxita na Zona da Mata mineira?

Cabe aqui relatar como a Comissão dos Atingidos por Mineração se preparou para participar no encontro do Fórum em Miradouro.

Com o trabalho de campo, que envolveu o acompanhamento das reuniões da Comissão, foi possível presenciar discussões que envolveram ações estratégicas de seus integrantes no Fórum. Os membros acordaram em ter representantes da Comissão no Fórum para apresentarem posicionamentos contrários em relação à atividade minerária na região e questionamentos sobre a elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS).

A participação dos integrantes da Comissão envolveu a produção de cartilhas que seriam distribuídas aos participantes do Fórum. Nesse material apresentaram dois caminhos opostos para o desenvolvimento da região: “o caminho da vida”, representado pelo fortalecimento da agricultura familiar, e o “caminho da morte” representado pelo projeto de mineração para a região.

No Fórum participaram quatro membros da Comissão, sendo que todos eles tomaram a palavra em defesa do fortalecimento da agricultura familiar na região e questionaram a elaboração do PDRS, pois, alegavam que já tinha sido realizado um Plano de Desenvolvimento semelhante para a região. Os mesmos referiam-se ao Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, voltado para o TSB, elaborado há alguns anos.

Colocaremos na próxima página o Quadro 7 abaixo, para melhor ilustrar a semelhança dos Planos de Desenvolvimento, através dos eixos de desenvolvimento elaborados durante as reuniões do Fórum (PDRS), em 2011, e os eixos criados para o TSB, contidos no (PTDRS), elaborado em 2004.

<b>Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável - PTDRS (2004)</b>	<b>Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável - PDRS (2011)</b>
Preservação e Recuperação do Meio Ambiente	Preservação Ambiental
Turismo Rural	Turismo
Agricultura Familiar Diversificada	Serviços, Comércio e Indústria
Cultura	Educação e Qualificação
Agroindústria Familiar e Artesanato	Desenvolvimento Agropecuário
	Infraestrutura

Quadro 7 - Eixos de Desenvolvimento construídos pelo TSB, e Eixos de Desenvolvimento construídos durante as reuniões do Fórum de Desenvolvimento Regional Sustentável pela GAIA e CBA.

Fontes: PTDRS (2004); PDRS (2011).

Elaborado por: Claudinei Heleno da Silva (2012).

Fica muito clara, a semelhança de dois eixos, principalmente o de Preservação Ambiental e Turismo.

Pelo fato da GAIA e CBA, pouco terem considerado aquilo que já tinha sido construído para a região, contidos nos eixos de desenvolvimento voltados para o TSB, levou o gestor do Território da Serra do Brigadeiro, junto com os membros da Comissão dos Atingidos por Mineração, produzirem e lerem um comunicado durante o Fórum (ANEXO B), com posicionamentos claros do entendimento que concebem para a região, oriundo desde a criação do Parque e do TSB. Esse comunicado, afirma que o governo federal investiu cifras econômicas para produzir o PTDRS, e a mineradora não respeitou o material produzido juntamente com diversas comunidades rurais e entidades atuantes na região.

Após esse manifesto, um participante do Fórum sentiu-se afetado pela fala de um dos representantes da Comissão, e com isso decidiram não ser favorável a distribuição das cartilhas naquele momento.

A participação dos membros da Comissão nesse Fórum, foi na realidade uma tentativa de se apropriar da situação para chamar a atenção dos participantes para a sua própria agenda política. Após a fala do gestor do

território como representante da Comissão dos Atingidos pela Mineração, mais dois integrantes também utilizaram do microfone para questionar a reunião, e o plano de desenvolvimento da mineradora.

Numa reunião posterior ao encontro do Fórum realizado em Miradouro, a Comissão decidiu após a avaliação desses acontecimentos, a não participar mais de outras reuniões do Fórum, pois, reconheceram que não era o espaço apropriado para a resistência. Ao invés disso, pretenderam fortalecer a base, ou seja, intensificar as aproximações de resistência junto às comunidades rurais.

Assim, terminamos essa parte, mostrando como aflorou o conflito em Miradouro, através dos diversos acontecimentos aqui apresentados. No Capítulo seguinte, apresentaremos a análise dos acontecimentos que envolvem a atividade minerária e agricultura familiar, sob a luz das abordagens teóricas dos conflitos ambientais.

## CAPÍTULO 7- ANÁLISE DO CONFLITO AMBIENTAL

Para melhor visualização da região Serra do Brigadeiro envolvida com os processos minerários, inserimos uma imagem de satélite representada na Figura 18<sup>33</sup>.

Os retângulos em vermelho na Figura 18 são referentes aos processos para exploração de bauxita, sendo que somente em Miradouro, há dezesseis deles, com áreas próximas de 1000ha (cada processo). As “manchas” em vermelho na Figura 18 representam os diversos corpos minerários encontrados pelas pesquisas desenvolvidas pela CBA, durante a década de 1980. Nessa mesma Figura 18, existem também, dezenas de residências, lavouras e córregos, que estão próximos das áreas que delimitam os processos e/ou acima de áreas onde estão as “manchas” representadas pelas diversas jazidas de minério.

Segue a Figura 18, na página seguinte para melhor ilustrar a sobreposição de territórios.

---

<sup>33</sup> Não foi possível inserir uma imagem de satélite destacando o município de Miradouro. Porque durante o desenvolvimento dessa dissertação, a imagem referida a esse município não havia recebido tratamento de identificação dos depósitos de bauxita, casas, etc, realizados pela Associação Amigos de Iracambi.

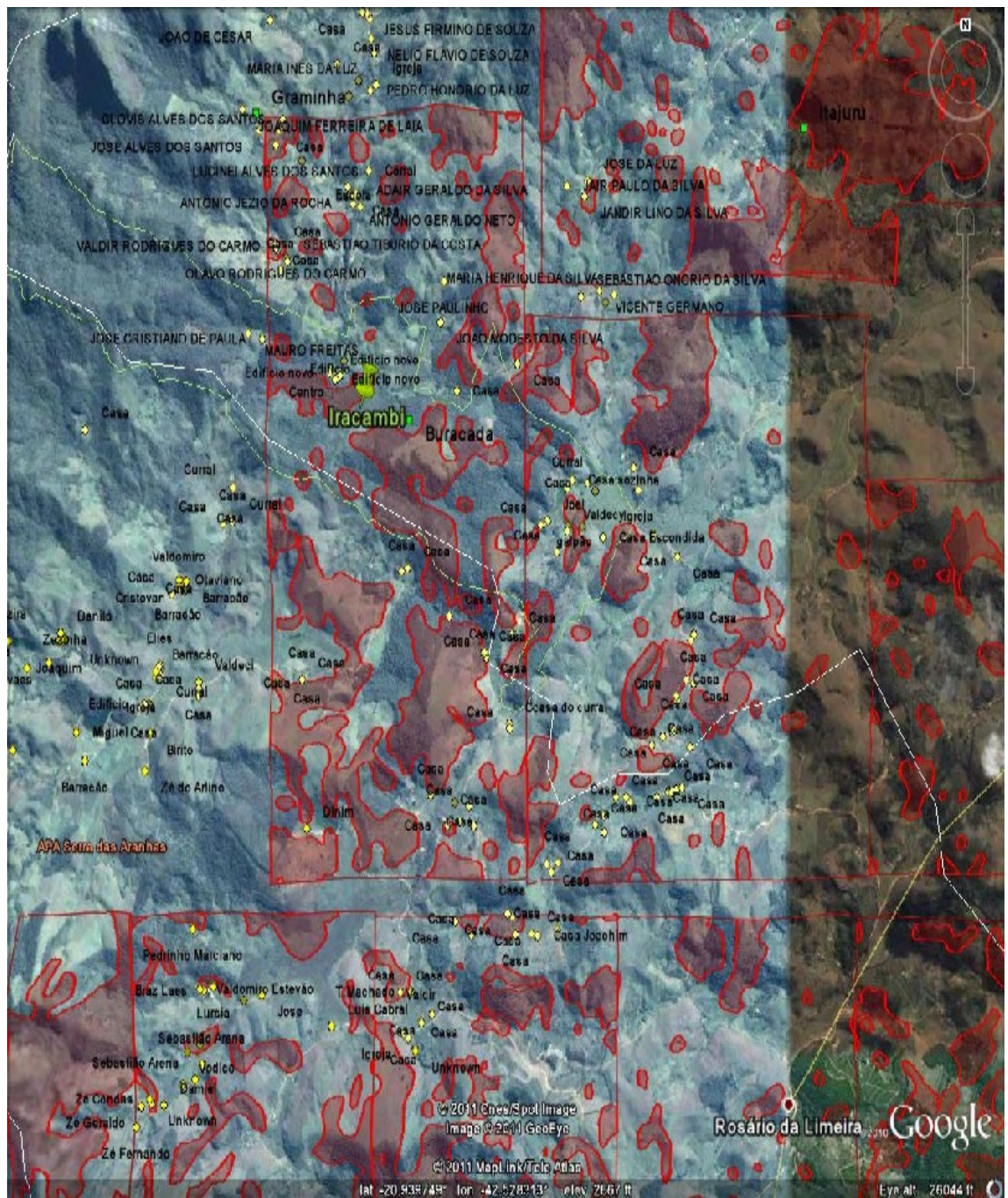


Figura 18 - Imagem de satélite ilustrando processos e corpos de bauxita na região da Serra do Brigadeiro.

Fonte: Associação Amigos de Iracambi, 2012.

## 7.1 Questões territoriais como foco dos conflitos ambientais

Diante dos momentos de tensão territorial apresentados no Capítulo 6, procuraremos então analisar como se configuram os conflitos ambientais. Segundo Zhouri; et al (2010):

Os conflitos ambientais surgem das distintas práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material. Nesse sentido, tais conflitos, não se restringem apenas a situações em que determinadas práticas de apropriação material já estejam em curso, mas se iniciam mesmo desde antes a concepção e/ ou planejamento de certa atividade espacial ou territorial (ZHOURI; LASCHEFSKI e PEREIRA, 2010, p. 18).

De acordo com Acselrad (2004) os conflitos ambientais devem ser analisados tanto nos espaços de apropriação material quanto simbólica em consonância com os diversos recursos existentes no território, pois, em ambos espaços há relações de poder.

Como delineado durante este trabalho, entendemos que há pelo menos três formas distintas de apropriações simbólicas e materiais desse recorte espacial. A primeira seria o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro como Unidade de Conservação, baseada numa visão da “natureza intocada” (DIEGUES, 2001). A segunda seria as extrações de bauxita ligadas à empresa mineradora CBA baseada numa visão desenvolvimentista econômica-industrial, e finalmente, a terceira do TSB, que procura o desenvolvimento rural participativo para melhorar a situação das diversas famílias de agricultores (as) estabelecidos (as) no meio rural.

A resistência dos agricultores familiares contra a mineração e as formas da mobilização se explicam através de história do conflito anterior entre o PESB e os agricultores familiares. Após anos de luta (re) surge uma territorialidade no âmbito do TSB através de seus eixos de desenvolvimento. Esta por sua vez, está sendo entendida pelos agricultores e entidades, como ameaça pelas atividades de mineração.

Desta forma, não nos surpreende que o conflito ambiental iniciado em 2003, quando as entidades tomaram conhecimento de mineradoras interessadas pela Serra do Brigadeiro. E que, embora as empresas não estivessem se instalado, já se configurava numa apropriação simbólica daquele

território, pelo ato de haver um plano de exploração do minério, conforme Raffestin (1993).

O que desencadeou num conflito ambiental no nível da apropriação simbólica do espaço, levando a formação da Comissão dos Atingidos por Mineração e mobilização junto à população rural. A Figura 18, ajuda visualizar como a mineração e agricultura familiar se apropriam diferentemente do território, e criam também, distintas territorialidades.

Os agricultores familiares criaram tradicionalmente territorialidades baseadas em relações específicas das pessoas com o ambiente, permeado por sentimento de pertencimento ao lugar, as relações sociais nas comunidades, nas manifestações culturais, religiosas, políticas, etc. Essas territorialidades se refletem nas suas contribuições em reuniões, encontros e Fóruns, nas quais são discutidos assuntos ligados às políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, ou mesmo, nos espaços de discussão que tratam de assuntos que podem afetar a reprodução da agricultura familiar, dentre eles, a mineração de bauxita. Desse modo, a territorialidade em torno da agricultura familiar, não está restrita à produção, mas envolve os diferentes laços de identidade com a propriedade, o meio ambiente, os recursos do território, não podendo ser atrelada somente ao aspecto econômico, mas também, o afetivo.

Já, a territorialidade da mineradora, é pautada numa lógica urbano-industrial, onde, busca estabelecer uma idéia de desenvolvimento no sentido clássico, de crescimento econômico. Esta tem como pano de fundo a exploração do recurso mineral para atender necessidades urbanas, levando o recurso para outros lugares, de modo estabelecer relações puramente comerciais, seja para o mercado interno e/ou externo. Não existe uma identidade de pertencimento ao lugar, onde essa atividade se instale, visto que são relações estritamente econômicas, permanecendo instalada enquanto puder explorar o recurso, ou enquanto ele existir, e tende migrar para outros lugares que possam assegurar lucros econômicos.

Trata-se de uma territorialidade capitalista abstrata, em que o território é subordinado ao valor da troca, contrário aos valores de uso dos agricultores, insubstituível como qualquer outra mercadoria. Assim, as empresas não se fixam no lugar, apenas migram para outros como possibilidades de geração de lucro maior. Podemos entender isso como uma territorialidade flutuante.

Diferentemente da empresa que migra para espaços atrativos para a exploração do recurso mineral, a população rural, permanece “fixa”, e com isso, são variadas formas como os moradores podem ser impactados pelas atividades de mineração, afetando a sua territorialidade.

Na Figura 18 percebemos que, embora possa ocorrer exploração de minério numa determinada propriedade, outras tendem ser atingidas pela exploração, através da emanção de poeira, da contaminação da água, do barulho dos maquinários, etc. Os conflitos em torno de impactos físicos que afetam de forma direta o território apropriado, materialmente pelos agricultores familiares, se refletem também na definição de conflitos ambientais elaborada por Acselrad (2004):

Os conflitos ambientais são, portanto aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitido pelo solo, água, ou sistema vivos – decorrentes do exercício da prática de outros grupos. O conflito pode derivar da disputa por apropriação de uma mesma base de recursos ou de base distintas, mas interconectadas por interações ecossistêmicas mediadas pela atmosfera, pelo solo, pelas águas, etc. (ACSELRAD, 2004, p. 26).

Como podemos observar na Figura 18, existem diversos corpos minerários próximos às residências, espaços ocupados pela agricultura, etc. Foram várias falas de agricultores e entidades que apontaram para esses impactos, no entanto, buscamos ressaltar algumas dessas falas nos recortes de entrevistas a seguir, para melhor representá-los:

Tenho medo de acabar com a natureza. Eu amo a natureza, eu amo o verde, eu olho assim ó, esse ar, acabar com os matos, você olha assim ta tudo verde, eu vi pelas fotos que eles vêm destruindo aqueles morros [...] aquele morro tão maravilhoso, daqui uns dias você não vai ver, vai ser todo destruído principalmente o ar, vai acabar esse ar fresquinho que nós temos. Minha maior preocupação é com a natureza. Eu acho que se é uma coisa que Deus deixou, a gente tem que colher [...] tem que cuidar dela. A gente tem que ter o cuidado com a terra, ela é nossa mãe terra, se a gente veio do pó a gente vai voltar. Então, a gente tem que valorizar a terra, como que ela é uma coisa especial na nossa vida. E, outra coisa que me preocupo também com a mineradora é com a água porque não ta falando que daqui a cinquenta anos nós vamos ter falta de água potável uma água doce então se vai destruir nossa água

também vai a falência primeiro lugar a água [...] destruir nossa água porque vai entupindo tudo, e as nascentes onde nós vamos arrumar água (Entrevista. Agricultora Familiar e Comerciante. Depoimento: mar. 2012).

[...] um grande impacto é com relação às águas a situação de regimes de água na região fica extremamente prejudicada quando a gente sabe que o solo estará sendo revirado, então durante a atuação da mineradora o impacto sobre o regime de águas na região de capacitação de infiltração, fica completamente alterado decorrendo também daí impactos para flora, para fauna, para tudo mais da região. Ao longo prazo esse impacto, o regime hídrico acaba afetando também a própria cidade, contaminações podem vir da situação de mineração, então ela tem um reflexo no campo e também na cidade [...] (Entrevista. Representante da Comissão dos Atingidos pela Mineração na Zona da Mata. Depoimento: abr. 2012).

Ambiental é destruição mesmo, que destrói, erosão, a gente olha pra Ouro Preto, esses lugares assim você vê aqueles morros que talvez poderiam ter ali uma plantação, aquelas valas, assoreamento das águas, aquilo ali é um deserto, passar naquela região ali onde passou a mineração pra mim, as águas, porque os assoreamentos que dá, na questão até as vezes dos animais, o abrigo dos animais por exemplo onde ela minerar, se as vezes a gente colhia banana, uma fruta, um alimento qualquer, a gente viu que como é, não fica mesmo igual, eu falei com você então isso aí, onde você colhia, onde sustentava sua família, se minerar num morro igual esse aí, varias pessoas plantam (Entrevista. Presidenta da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Miradouro. Depoimento: abr. 2012).

Eu tenho nascente registrada não sei se é 4 ou 5, eu acredito que se cavacar na mina d'água atrapalha ela, joga terra, entope ou se não afunda a água, ela vai sair em outro lugar, se a água se afundar por exemplo lá, ela vai sair em outro lugar eu acredito, se eu tenho uma água aqui por exemplo, eu tenho água de mina, aí se furar por cima dela ela vai sair em outro lugar, eu acho que prejudica eu acredito que prejudica, o que pode prejudicar mais é a água porque tudo aí é cabeceira né, tudo é cabeceira, cabeceira d'água, eu estou na cabeceira, aqui eu sou o último morador da cabeceira a água nasce dentro do meu terreno (Entrevista. Agricultor familiar, Aposentado. Depoimento: abr. 2012).

De acordo com Zhouri e Laschefski (2010), trata-se de conflitos ambientais espaciais causados pelos diferentes sistemas acima citados, resultam, quando seus efeitos indesejáveis, ultrapassam os limites territoriais. Para este tipo de impactos ambientais espaciais existem, em princípio, meios de diminuição ou eliminação através de técnicas e de tecnologias, por exemplo,

a instalação de filtros nas indústrias de modo que poluam menos, aparelhos para reduzirem o nível de ruído de máquinas, tratamento de águas antes de serem lançadas em rios, etc. São medidas de mitigação e compensação de impactos de projetos desenvolvimentistas que se encaixam em estratégias de gestão ambiental promovendo a “modernização ecológica”<sup>34</sup> como disse Acselrad (2004b), que também promove a conciliação dos conflitos através da aplicação dessas técnicas.

Durante a reunião em Monte Alverne, em março de 2011, a população rural apresentou diversos questionamentos: Como será feita a exploração do minério? Gera muita poeira? E o transporte, como será feito? O analista ambiental da empresa, respondeu dentro da lógica da “modernização ecológica” mencionou caminhões pipas para molhar as estradas e evitar poeira, disse também que os caminhões são lonados, evitando o escoamento do minério pelas estradas, e outras medidas adotadas pela empresa.

Na cartilha sobre os diferentes ângulos de impactos ambientais indesejáveis que foi elaborada pela Comissão dos Atingidos pela Mineração, e que seria distribuída durante a reunião do Fórum em Miradouro (ANEXO C). Estes impactos foram tematizados no cenário do “projeto de morte”, como se referem à mineração. São ilustrados os impactos que podem ocasionar em desastres, envolvendo o comprometimento das áreas onde é desenvolvida a agricultura familiar, rebaixamento do potencial para se desenvolver o turismo rural, perda da biodiversidade, os possíveis rompimentos de barragens, onde ficam armazenados os depósitos de lavras da bauxita. Ou seja, expressam situações de comprometimento do uso atual do território com agricultura, e que podem afetar a territorialidade estabelecida da população rural com o seu ambiente.

Podemos então, entender que existe um potencial de conflitos ambientais espaciais em Miradouro, ao se tentar desenvolver atividade de

---

<sup>34</sup> Acselrad (2004, p. 23) salienta a existência de um pensamento que considera “[...] o núcleo do problema ambiental – o desperdício de matéria e energia -, empresas e governos tendem a propugnar as ações da chamada ‘modernização ecológica’, destinadas essencialmente a promover ganhos de eficiência e ativar mercados. Tratam assim de agir basicamente no âmbito da lógica econômica, atribuindo ao mercado a capacidade institucional de resolver a degradação ambiental ‘economizando’ o meio ambiente e abrindo mercados para novas tecnologias ditas limpas. Celebra-se o mercado, consagra-se o consenso político e promove-se o progresso técnico. Tem-se como dada a capacidade de “superar a crise ambiental fazendo uso das instituições da modernidade, sem abandonar o padrão da modernização’ e ‘sem alterar o modo de produção capitalista de modo geral”.

mineração, sobretudo, nos lugares onde já existem formas bem distintas de se apropriar do território.

Cabe lembrar, que estes conflitos também podem se tornar em conflitos ambientais territoriais, quando as medidas adotadas não são suficientes para evitar os impactos, e a população local não têm mais condições de vida para permanecer no seu território.

Outros conflitos surgem em relação às desigualdades sociais, oriundas das distribuições assimétricas das riquezas produzidas pela mineração. Trata-se de um setor econômico baseado no modelo exportador do minério de bauxita, para sociedades desenvolvidas. De modo atender desejos da sociedade urbano-industrial-capitalista, que irão se beneficiar do recurso, deixando as populações locais carentes do bem valioso, e também, afetadas negativamente em suas propriedades. Este problema pode ser entendido como um conflito ambiental distributivo (LASCHEFSKI; ZHOURI, 2010b).

Já, os conflitos ambientais territoriais são os mais difíceis de resolver, pois, há sobreposição de territórios, onde não há possibilidade de negociação, ou seja, um dos lados tem que ceder. Na Figura 18, existem diversas “manchas” de jazidas, algumas delas localizadas num mesmo espaço que se encontram residências, lavouras, córregos d’água, etc. Nesse caso, o conflito choca-se com interesses distintos para um mesmo recorte espacial, o da mineradora que tem interesse em explorar o recurso, e da população com suas residências, lavouras, etc. O território para os grupos familiares representa nesse caso, a base material para se reproduzir e de identidade estabelecida.

Nesse sentido, a perda do território pode levar a processos de desterritorialização e de desterritorialidades, forçando os grupos sociais, nesse caso, as famílias rurais, buscarem outros espaços que nem sempre correspondem aos seus modo de vida, criando novas territorialidades ou multiterritorialidades, conforme Haesbaert (2009) e CORRÊA (2002). O que se pode resultar em migrações temporárias, ou não, para a cidade e, criando outras relações sociais, econômicas, políticas.

Colocamos a seguir, algumas falas em que os entrevistados ressaltaram algumas dessas perdas, em que os agricultores podem estar submetidos caso a mineradora se instale em Miradouro:

[...] esses agricultores sem terra, eles sabem lidar com a terra, eles não tem uma outra profissão e se tem uma outra profissão o mercado de trabalho é restrito, então eu acho que esses agricultores sem terra. Primeira pergunta, eles vão pra onde? é encher as periferias das cidades, não tem outra saída e isso aí já é uma perda enorme. A segunda perda é do ponto de vista dos direitos sociais porque os agricultores familiares, eles não são como os outros trabalhadores contribuintes direto do regime geral de previdência social a contribuição é indireta quando ele faz a venda da mercadoria. Por exemplo, quando ele vende o leite, vende o café, nessa hora que ele contribui. Então, não é aquela contribuição mensal que os outros trabalhadores tem entendeu, então quando eles saem dessa profissão, que ele perdem a condição de Segurado Especial. Ele não é como os outros trabalhadores que tem lá no INSS um fundo de pagamento pra ele, não é assim. Então, em muito pouco, curto prazo essas pessoas não terão direito a aposentadoria, auxílio doença, auxílio a acidente de trabalho, vão ficar totalmente desprotegidos dos direitos sociais. E, para as mulheres jovens, o salário maternidade elas vão perder porque é diferente o regime. A própria palavra já fala eles são os segurados especiais então, desse ponto de vista eles perdem. A Lei, fala que o agricultor familiar pode ceder até 50% da área pra continuar na condição de segurado especial, hoje pode ceder na condição de arrendamento, ou de parceria [...] então se ele arrendar a propriedade toda, ele no curto prazo vai ter uma renda, mas ele vai estar desprovido desses outros direitos [...] Qual que é o problema disso tudo, o agricultor familiar não pode ter interrupção da atividade, o trabalhador rural comprova esse tempo em atividade, então se ele arrenda o que tem e deixa de exercer a atividade ele tá fora do regime de segurado especial [...]”. (Entrevista. Advogada Militante dos Movimentos Sociais. Depoimento: mar. 2012).

Não acredito que a mineradora vai trazer nada de bom para Miradouro, eu sou pobre, mas eu prefiro viver a minha vida de pobre tendo o que comer, assim, eu não tenho carro, não tenho uma moto boa não, tenho nada, mas quero viver o resto da minha vida assim, tendo a tranquilidade, você tá colhendo o seu feijozinho, o milho, tirando o seu leitinho, tudo coisa saudável sabe, eu prefiro assim, porque derrepente eu vou ter dinheiro porque derrepente a GAIA vem, porque eu tenho um pedacinho de terra, pouca coisa mas dá pra mim, meu marido e meus filhos viver, de repente a GAIA vai vir e me oferecer um dinheiro muito bom sobre aquele pedacinho que eu tenho, mas, no dia de amanhã eu vou comprar o que? eu vou ter o dinheiro mas não vou ter a terra para eu estar zelando, cuidando e colhendo ali uma coisa saudável, aí depois né derrepente vai ter que mudar daqui, talvez mudar pra cidade, vou ter que comprar tudo produto cheio de veneno, uma coisa que aqui a gente tem tudo saudável, o povo aqui quase não adoce aqui, é tão gostoso é tão saudável, o povo daqui tem saúde, você come seu arroz, seu feijão, coisa daqui mesmo, o uma banana, uma goiaba, coisa que não tem veneno, e depois aí eu vou ter dinheiro, mas não vou ter uma alimentação

saudável que aqui tem, minha preocupação é essa (Entrevista. Agricultor familiar. Depoimento: mar. 2012).

Em termos sociais o que fica mais ainda marcado, que a agricultura familiar principalmente a da região marcada por pequenas propriedades, ela fica inviabilizada dentro daquela propriedade a medida que ela for a maior parte da propriedade minerada, será que esses agricultores familiares ou camponeses, eles vão realmente depois de um tempo de arrendamento de suas terras eles indo para a cidade eles retornarão as suas propriedades, depois desse período de arrendamento para a mineração, então o impacto social que isso geraria deve ser avaliado com certeza é de uma dimensão muito grande, tem uma perda também, de perda cultura provavelmente com o êxodo rural, e com a desterritorialização dessas comunidades, com certeza ficaria sem chance dessa questão cultural. Entendendo o território como material e simbólico, então ela acontece nos dois níveis no material questão econômica e social, ela é uma perda para aquelas comunidades o pessoal deixa de ser camponês e acaba tendo que ir para a cidade naquele período de arrendamento, acho que não retorna para propriedade, existe um risco muito grande dele não retornar, possibilidade muito grande dele não retornar é uma perda material, e uma perda simbólica porque tem uma cultura dele, da comunidade dele, uma cultura camponesa que se perde com esse êxodo essa (Entrevista. Representante da Comissão dos Atingidos por Mineração. Depoimento: mar. 2012).

Durante a reunião em Monte Alverne, surgiram também falas relacionadas à defesa do território. Numa dessas falas foi demonstrada a identidade que a pessoa tem com o território, pois, mesmo residindo no núcleo urbano de Miradouro. A mesma disse que, caso ocorra mineração em sua propriedade, não ficaria nada satisfeita, pois tem recordações de sua infância, ajudando em serviços para construção de sua casa, e a propriedade está ligada a noção de primeiro patrimônio familiar, ou seja, existe um valor simbólico de pertencimento à propriedade. Essa apropriação simbólica e material torna-se incomensurável ao valor econômico repassado aos proprietários através dos aluguéis das terras durante o período de retirada do minério.

Com os trechos de entrevista e manifestação de uma moradora na reunião em Monte Alverne ficou perceptível que as perdas materiais e simbólicas, são difíceis de serem medidas, quando se trata de conflitos ambientais territoriais.

Observando as três categorias dos conflitos ambientais, percebemos que em todas aparecem as territorialidades distintas entre a agricultura familiar

e atividade de mineração. O conflito na sua totalidade é, sobretudo, expresso na cartilha elaborada pela Comissão dos Atingidos pela Mineração, em que são colocadas as representações da apropriação material e simbólica do território como opostos o da mineração identificado como “projeto de morte” e da agricultura familiar “projeto de vida”.

O “projeto de vida” apresenta conteúdos que representam o “caminho” que inclui a preservação das águas, soberania alimentar, ecoturismo comunitário e outros. A cartilha representa as diversas estratégias utilizadas pelos atores contrários ao projeto de mineração, ao afirmarem que o desenvolvimento está pautado na sustentabilidade que garanta a fixação das famílias no campo e meios para sua reprodução.

O “projeto de morte” então é visto como aquele que traz impactos que podem ser solucionados e outros que podem ser irreversíveis para a região ao afetar a territorialidade dos agricultores através de impactos sociais, na natureza, na qualidade de vida, na economia familiar que tornam a manutenção da sua territorialidade como base das propostas do desenvolvimento dos agricultores familiares inviáveis.

A CBA e a GAIA, agindo dentro da crença da possibilidade da conciliação dos “interesses” econômicos, sociais e ambientais apostam em estratégias de negociação. Mesmo no caso de conflitos ambientais territoriais, que como mostramos, são difíceis de conciliar, pois afetam as formas de produção e reprodução social dos grupos envolvidos na sua materialidade, acreditamos que a empresa e a GAIA acreditam na possibilidade da solução do conflito.

Durante a reunião em Monte Alverne, foi afirmado pelo analista ambiental da empresa, que após a extração do minério, a terra é devolvida ao proprietário com a mesma, ou melhor produtividade, após a extração da bauxita. Ou seja, a empresa trabalha com o discurso que o uso da propriedade é por curto espaço de tempo, sendo devolvida ao produtor, nas mesmas condições de produtividade antes da exploração, e com culturas que outrora eram desenvolvidas. Foram diversas entrevistas com posicionamentos contrários ao discurso da mineração em devolver a propriedade da terra com a mesma produtividade. Ressaltamos algumas dessas falas:

[...] eu refuto totalmente essa tese, absolutamente. Isso é completamente mentirosa uma afirmação dessa, uma pessoa que fala isso enquanto profissional ele esta sendo totalmente desonesto, porque praticamente ele não pode afirmar isso de maneira alguma [referindo-se a garantia que a empresa mineradora diz, em devolver a terra com produtividade igual ou superior, após extração de minério] [...] em qualquer tipo de atividade agrícola, porque eles ainda tem uma sacanagem de ficar dizendo que o que tem aqui na região é pasto degradado, ele tem uma condição bem pior, mas, mesmo o pasto degradado da região, não são tão ruins quanto a terra minerada pela bauxita, quanto mais, outras áreas. Como aqui tem áreas muito produtivas mesmo, produz muito café, muito feijão, muito milho, muita hortaliça, fruta, absolutamente mentirosa a afirmação [...] (Entrevista. Representante do CTA/ZM. Depoimento: abr. 2012).

Problema olha são muitos problemas, a questão das águas, e a outra questão é a condição de seguro especial de impacto social a condição de ser seguro especial e o êxodo rural são três coisas, aonde mineração a capacidade de produção ela cai mais de 80% a perda do valor comercial e a perda de condição de produção da terra pra mim isso aí pode colocar como número um a perda de produção e de valor comercial da propriedade (Entrevista. Representante da Comissão Pastoral da Terra. Depoimento: abr. 2012).

Porque ela vai vir ela vai explorar a terra vai retirar da terra o que for de matéria que dá para eles exportarem e o que vai ficar aí, acredito que depois que eles explorarem a terra que retirarem a matéria orgânica da terra ela não vai mais ser sustentável, ela perde esse potencial de produzir (Entrevista. Presidente da Câmara Municipal de Miradouro. Depoimento: abr. 2012).

Vai ter um momento que os proprietários vão ter o dinheiro que as mineradoras vão pagar, mas o dinheiro acaba ele não vai ter mais aquele rendimento que ele tinha de tirar o sustento da sua família daquele lugar por exemplo, até as lavouras eles falam que tiram as lavouras e depois da pra plantar, voltar pro lugar de novo ou plantar que sai, mas não sai ou seja uma renda que você tinha por ano com uma lavoura ela não vai te dar isso mais não compensa porque não volta mais ser aquela terra que era (Entrevista. Presidenta da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Miradouro. Depoimento: abr. 2012).

O conjunto dos impactos que a mineração traria durante o tempo de exploração, os agricultores não poderiam manter os seus usos do território, tendo que conseguir outros afazeres complementares à renda. O sustento das famílias provenientes da agricultura nas suas propriedades teriam que ser substituídos pelas compras nos diversos estabelecimentos comerciais, tendo o dinheiro como principal meio intermediário para reprodução do grupo familiar.

Assim, quando se trata de conflito ambiental territorial, algum lado tem que ceder, ou a mineradora deixa de explorar o recurso mineral, ou o agricultor sofre essas perdas mencionadas, deixando-o sem a base material para praticar a agricultura familiar, e também a perda simbólica de seus modos de vida ligados a processos de socialização.

Em síntese, podemos constatar que a mudança territorial significa a mudança social no sentido amplo. Os agricultores familiares podem tornar-se assalariados, terem que comprar sua própria comida, morar de aluguel em áreas de riscos, ou até mesmo entrarem no submundo do trabalho, das drogas, levando a perda da identidade, e outros desdobramentos. Em consequência, a perda do território resultaria na desestruturação das famílias rurais. Por isso, dos três tipos de conflitos ambientais o territorial é o mais difícil de chegar num acordo.

## **7.2 Vínculos territoriais distintos como determinantes da resistência**

Observa-se que além da elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável, a GAIA está envolvida em reuniões com a parte do poder público local de Miradouro. Neste contexto, aparecem tendências de minar a resistência dos atores locais. A título de exemplo, segue um trecho de entrevista com o prefeito municipal:

Eu sei que a mineradora vai vir. O interesse do governo federal prevalece do governo municipal, a posição do poder municipal é, não ficar de fora da discussão, vamos ficar atrelados da discussão, vem o Fórum de Desenvolvimento Sustentável, vamos fazer parte dele, tô preocupado com os impactos sociais, vamos ter um monte de prostituta aí, porque vamos ter um monte de caminhoneiro, eu tô preocupado com os impactos ambientais, o que vai ser feito nesse sentido, o município vai ter que absorver isso tudo porque se vier 50 caminhoneiros com as suas famílias, são 50 famílias que terá que dar educação, saúde, transporte, como é que isso vai acontecer então, longe da discussão eu não posso estar, tenho que estar perto dela, ela é uma coisa esgotável, ela não é inesgotável, todo o processo de mineração, o município faz parte da discussão. Imagina as casas são da década de 1940, a maioria das casas imagina os caminhões passando por aqui, então temos que construir pontes, desviando da cidade, nós temos que estar perto dela para discutir, para mostrar a demanda para mostrar as preocupações (Entrevista. Atual prefeito de Miradouro. Depoimento: mar. 2012).

Apesar do prefeito mostrar-se preocupado, há na fala uma abertura ao diálogo, por acreditar que prevalece sobre os municípios os interesses da União. A construção de ponte citada pelo entrevistado, mostra uma crença que a mineração vai chegar no município, e por isso, busca participar das discussões, dentre elas, através do Fórum de Desenvolvimento Regional Sustentável.

Outro exemplo é a Associação Amigos de Iracambi, que em 2003, era um dos principais articuladores da resistência contra a mineração. Atualmente tem-se aberto mais ao diálogo, inclusive levando essa discussão para os demais integrantes da Comissão dos Atingidos por Mineração. O que gera dois posicionamentos da comissão percebidos durante o trabalho de campo. Alguns membros da comissão não querem se abrir ao diálogo com a mineradora e GAIA, e a Iracambi que busca estreitar essas relações.

Segue abaixo um posicionamento referente à Iracambi:

A Associação Amigos de Iracambi aceita a necessidade de se explorar esse valioso recurso mineral, tanto nos interesses das comunidades locais como para a economia do país. Porém queremos assegurar que as áreas ambientais protegidas, assim como a rica biodiversidade ainda nem catalogada nessa área não sejam destruídos nesse processo. Estamos também preocupados com o futuro sócio-econômico das 11 mil famílias que vivem nas terras a serem exploradas: muitas delas teriam que ser provisoriamente removidas enquanto os trabalhos de mineração são desenvolvidos em suas terras, e a realidade é que muitas delas não seriam capazes de voltar as suas pequenas propriedades novamente. Estes assuntos não foram discutidos publicamente, e queremos assegurar que profundas mudanças econômicas geradas por um grande projeto industrial como este sejam propriamente avaliadas e planejadas (IRACAMBI. 2011b, p. 05).

Percebemos que os representantes de entidades que surgem dos agricultores familiares, e os próprios agricultores por sua vez resistem ao “jogo” da mineradora. Temos, sobretudo, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Miradouro e a Comissão Pastoral da Terra que defendem posicionamentos de não se abrirem ao diálogo.

Destacamos um trecho de entrevista realizada com o presidente do STR local:

Buscaram de todos os meios [a empresa de mineração] já tentaram de varias formas só que aqui dentro de Miradouro, eles não conseguiram ter muito pulso aqui não. Até hoje eles tem muita dificuldade muita resistência mesmo, pessoas bem informada, bem organizada, uma resistência muito forte eles não conseguiu até hoje mostrar outra visão. Porque tem essa resistência em relação a mineração? Por amor ao município ao próprio lugar as pessoas que nasceram, foram criadas na própria propriedade de cada um, independência, trabalhar na sua propriedade adquirida com o próprio suor, das pessoas e por uma visão não só no momento, mas pra sempre, pra família que vai ficar pros netos, pros filhos não pensa só no momento (Entrevista. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miradouro. Depoimento: mar. 2012).

Reflete-se nesta fala a luta contra a perda do território e também a garantia da permanência dessas famílias no meio rural de modo que a base de suas relações sociais sejam mantidas.

Entendemos que a razão do comportamento diferenciado entre os atores, são também formas diferenciadas de inserção territorial. A Associação Amigos de Iracambi que tem como finalidade, desenvolver, no Centro de Pesquisas Iracambi, estudos e pesquisas voltados à ampliação dos conhecimentos sobre a Mata Atlântica; Intercâmbio com entidades científicas, de ensino e de desenvolvimento social, nacionais e internacionais, para fins de desenvolvimento de tecnologias alternativas apropriadas à Mata Atlântica, dentre outros objetivos. A sua atuação baseia-se numa idéia abstrata da proteção da natureza, sustentada por argumentos científicos.

No campo dos ambientalistas observa-se cada vez mais o pensamento que os impactos na natureza podem ser mitigados ou compensados através da recuperação da vegetação natural depois da exploração ou através da delimitação de Reservas de Patrimônio Particular Natural (RPPNs) ou outras Unidades de Conservação. Nesta perspectiva as estratégias são compatíveis com a “modernização ecológica”. Neste sentido não são materialmente enraizados como os agricultores familiares cuja apropriação simbólica e material do território formam uma unidade no sentido que as suas representações sociais guiam as suas atividades no mundo material.

Entretanto, para o agricultor familiar a perda da sua propriedade representa em riscos a sua própria reprodução social, por isso é mais fechado a negociação com as mineradoras, reforçando assim a resistência ao projeto de mineração.

Diante dessas estratégias de negociações não fica muito claro até quando as alianças entre as populações rurais e as entidades de apoio durarão e se é possível de manter a resistência ao projeto de mineração, visto que, estes são facilitados pela esfera estadual e federal. É preciso resgatar as experiências em relação ao PESB, que também foi concebido por atores da política estadual sem considerar as famílias rurais. Através da mobilização e luta das diferentes entidades foi possível reverter a situação e participar ativamente para demarcar a área e os limites do Parque, correspondendo aos interesses das diversas famílias rurais que compõem a região da Serra do Brigadeiro.

Aqui, resgatamos a contribuição de Acselrad (2004) quando a categoria do conflito envolve a durabilidade da base material (jazidas de bauxita) continuar existindo, e com isso, favorecendo na permanência do conflito. Colocamos a seguir duas entrevistas relativas à durabilidade do conflito, refletindo na capacidade da organização e mobilização das entidades e dos agricultores:

A resistência vai depender da capacidade dessas organizações de permanecer resistindo e liderando esse processo. Isso a gente não tem condição de afirmar, mas, enquanto esse povo tiver a capacidade de liderar e de articular vai haver o conflito. A não ser que por exemplo, a mineradora desista de certas áreas isso pode acontecer, mas não é fácil, mas como ela tem uma área imensa de prospecção, área muito grande mesmo eles podem eventualmente abrir mão de alguma área onde o conflito esteja muito difícil e na prática eles estão fazendo isso não desistindo mas adiando porque eles estão em franco operação. Eles estão minerando, mas eles não entraram nessas regiões onde tem conflito, eles estão fazendo mineração onde não tem resistência. Acredito que eles ainda não desistiram dessas áreas, mas, eles estão adiando entrar nelas enquanto eles têm outras. Dá muita esperança esse processo de resistência sobre bauxita, porque o processo do parque também era desapropriação, e ela era do Estado ela vinha do Estado e houve o processo de resistência de mobilização de resistência liderada pelos sindicatos pela CPT, a gente saiu vitorioso então a gente conseguiu que o parque fosse demarcado a partir da realidade e não do gabinete né (Entrevista. Representante do CTA/ZM. Depoimento: abr. 2012).

A resistência ta pensada no seguinte você resistir até acumular forças então a principio, por exemplo, até hoje é no início por exemplo quando começou a resistência tem uma estratégia você acumular forças né agora é saber se a resistência vai acabar eu não sei porque a resistência esta contida explicitada

na capacidade de organização das comunidades se nós conseguirmos organizar as comunidades, nos municípios, a resistência fica forte a partir do momento que você não consegue organizar e mobilizar a resistência ela fica fraca então o tamanho da resistência é também da organização e mobilização das comunidades (Entrevista. Representante da Comissão Pastoral da Terra. Depoimento: abr. 2012).

A fala abaixo representa o posicionamento do atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miradouro, empossado em 09 de abril de 2012, refletindo em mais uma entrevista acerca da continuidade dos trabalhos dessa entidade para que a resistência ao projeto de mineração seja continuada.

A gente vai com certeza dar continuidade no trabalho que vem sendo feito, informando, participando das conferências, assembléias principalmente desse fórum criado pela Comissão, pra gente tentar dar pelo menos, dar uma freada né, tentar resistir, dar continuidade né. Eu vinha participando mesmo sendo coordenador da CEBs, eu era tesoureiro do sindicato e eu já participava de algumas reuniões que tinham, sempre a gente tava junto né e agora com certeza a gente não pode deixar isso parar. Fiquei na coordenação da CEBs de 2009 até 2011, outro coordenador entrou em 2012. (Entrevista. Atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miradouro. Depoimento: abr. 2012).

Desse modo, pelo fato de já ter havido na região da Serra do Brigadeiro um acontecimento parecido com o da criação do Parque, e pela mobilização das entidades e população local, terem saído “vitoriosos”, alterando o projeto de lei que demarcava o PESB. Buscam se inspirar nesse acontecimento, como foi dito na reunião em março de 2011, para também resistirem ao projeto de mineração de bauxita na região.

## CAPÍTULO 8 - CONCLUSÃO

Neste trabalho analisamos o movimento da resistência ao projeto da mineração na região da Serra do Brigadeiro, onde buscamos focar no município de Miradouro. Baseamos a análise a partir das abordagens teóricas sobre a agricultura familiar e desenvolvimento rural (WANDERLEY (1996), NAVARRO (2001) LAMARCHE (1998), ABRAMOWAY (2000) FAVARETO (2006), DELGADO (2010), conceitos de território e territorialidade de Santos (2002), CASTRO (2005; 2005b), CORRÊA (2002), HAESBAERT (2009), RIBEIRO (2004), ANDRADE (2002) e RAFFESTIN (1993) e dos conflitos ambientais (ACSELRAD (2004), LASCHEFSKI (2010, 2010b, 2011) e ZHOURI, 2010, 2010b).

A resistência dos agricultores familiares contra a mineração e as formas da mobilização não podem ser entendidos sem a análise da história do conflito anterior entre o PESB e os agricultores familiares; pois, os anos de lutas iniciados em 1993 que buscaram reverter a maneira como seria criado o Parque, resultando na criação do TSB em 2003 foram significativos na construção de uma perspectiva de desenvolvimento pensado para a região. Refletindo no (re) surgimento de uma territorialidade no âmbito do TSB, através dos seus cinco eixos de desenvolvimento que encontra-se ameaçada pela proposta de mineração.

O trabalho consistiu das análises das estratégias adotadas pela mineradora, em parceria com a GAIA, que buscou conciliar os seus interesses com a população local, inclusive dos agricultores familiares, através de elaboração participativa na construção do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável. No entanto, a iniciativa não conseguiu desarticular a resistência; ao contrário, observa-se que através da mobilização inicial foi gerado um capital social que fortaleceu os grupos dos agricultores familiares na sua resistência. Até então não há sinais de fraqueza, embora alguns dos aliados, que não têm “raízes” na agricultura familiar, mostram tendências de entrar no “jogo de negociação”.

A análise dos conflitos ambientais revelou-se de três tipos diferenciados que exigem respostas distintas - os conflitos ambientais espaciais, oriundo de impactos tais como: poeira, barulho de maquinários, assoreamento de córregos d'água; os conflitos distributivos em torno da economia de minério extraído da

região, beneficiando outros estados brasileiros e exportado para outros países; e, finalmente, os conflitos ambientais territoriais que se expressam através da perda do território, envolvendo o deslocamento de grupos sociais para outros lugares, quando se sentem afetados com impactos indesejáveis, transmitidos pela atividade.

Foi mostrado que os conflitos ambientais territoriais são aqueles mais difíceis de serem resolvidos através de medidas mitigadoras e compensatórias aplicadas pela empresa. Há perdas ligadas não somente ao bem material, mas também, valores simbólicos ligados ao pertencimento à região, à cultura, etc. Porém, observamos que todos os tipos de conflitos analisados afetam a territorialidade dos agricultores.

A impossibilidade da resolução dos conflitos, reflete-se na incompatibilidade da territorialidade dos agricultores familiares com a da mineradora, devido os impactos que modificam o território. Isso significa que os agricultores familiares seriam impossibilitados de realizar as suas estratégias de Desenvolvimento Rural Sustentável, que tem a base a territorialidade específica dos camponeses. Caracterizada pela propriedade pertencente e administrada pelo grupo familiar, as negociações das mineradoras para extrair o recurso mineral na propriedade, podem levar a conflitos internos no grupo familiar, pois, alguns poderão se interessar pela entrada da mineradora na propriedade e outros integrantes do mesmo grupo, não se interessarem.

Diante disso, entendemos que as diferentes propostas de desenvolvimento, uma pautada na atividade de mineração e outra no desenvolvimento regional sustentável voltado para a região da Serra do Brigadeiro geram conflitos ambientais. Confirmando nossa hipótese de que os impactos decorrentes da possível exploração de bauxita em Miradouro podem, não somente, afetar a base material das populações rurais, mas também a sua reprodução social.

Concluimos que, o entendimento dos conflitos ambientais envolvendo territorialidades distintas é essencial para a análise de tensões no meio rural, possibilitando assim, melhor entender, como os grandes projetos modificadores do meio ambiente podem afetar a agricultura familiar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB' SABER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: Potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial. 2003. 153 p.

ABRAMOWAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia aplicada**. nº 2, vol. IV. abr/jun. 2000. p. 379-397.

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: \_\_\_\_\_. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. Fundação Heinrich Boll, 2004. p. 13-35.

ALMEIDA, Fábio Augusto da Silva. **A colaboração das CEBs nos processos de organização sindical e política dos trabalhadores rurais e pequenos produtores de Miradouro, MG**. Monografia. Faculdade de Minas – FAMINAS. Muriaé, MG. 2007. 52 p.

ANDRADE, Manoel Correia de. Territorialidades, desterritorialidades novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Org). **Território: Globalização e Fragmentação**. 5ª ed. São Paulo: Hucitec. 2002. p. 213-220.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS – ALMG. **POPULAÇÃO RESIDENTE E POPULAÇÃO OCUPADA**. Disponível em: <[http://www.almg.gov.br/consulte/info\\_sobre\\_minas/index.html?aba=js\\_tabMunicipios&sltMuni=422](http://www.almg.gov.br/consulte/info_sobre_minas/index.html?aba=js_tabMunicipios&sltMuni=422)>. Acesso em: 26 de mar. 2012.

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. “In-vibilizar” Populações e Legitimar Iniquidades: A apropriação do discurso do desenvolvimento sustentável na publicidade do Setor Elétrico. In: ZHOURI, Andréa (org.). **As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental**. Belo Horizonte: UFMG, 2011, p. 219-238.

BARBOSA, Wiler Araujo. **Cultura Puri e Educação Popular no Município de Araponga, Minas Gerais: Duzentos Anos de Solidão em Defesa da Vida e do Meio Ambiente**. 234 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Florianópolis, 2005.

BIODIVERSITAS – Fundação Biodiversitas e Fundação Zoobotânica de Belo Horizonte. **Lista Vermelha das espécies ameaçadas de extinção da flora de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, Fundação Zoobotânica de Belo Horizonte, 2000, 160 p.

BONFIM, V. R. **Conflitos, participação e lições aprendidas no processo de criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), MG**. 166 f. Tese (Doutorado em Ciência Florestal) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2006.

BRASIL. LEI nº 9.985, de 18 de Julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm)>. Acesso em: 10 jan. de 2011.

BRASIL. Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm)>. Acesso em: 04 de Jul. 2011.

BRASIL. MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA) SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (SDT). **Sistemas de Informações Territoriais**. Disponível em: [http://sit.mda.gov.br/territorio.php?menu=territorio&base=1&ac=carregar\\_mapa&abr=tr&territorio=78&tema=0&mapa\\_territorial=3](http://sit.mda.gov.br/territorio.php?menu=territorio&base=1&ac=carregar_mapa&abr=tr&territorio=78&tema=0&mapa_territorial=3). Acesso em: 01 jan. de 2012.

BRASIL. MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA) SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (SDT). **Colegiados Territoriais**: Guia para a organização territorial dos territórios. Brasília, dez. 2010, 48 p.

CAMPOS, Ana Paula Teixeira de.; FERRARI, Eugênio Alvarenga. A conquista de terras em conjunto: autonomia, qualidade de vida e Agroecologia. **Agriculturas**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, p. 9-12, dez. 2008.

Cartilha. **ECOS da MATA**: Idealização e Realização (Votorantim Metais). Execução - Grupo de Aplicação interdisciplinar à Aprendizagem - GAIA. 2011. 7 p.

Cartilha. Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. **Ferramenta de comercialização da Agricultura Familiar**. Diretoria, 2010-2014.

CASTRO, Iná Elias de. O poder e o poder político como problemas. In: \_\_\_\_\_. **Geografia e política**: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2005. p. 95-138.

CASTRO, Iná Elias de. Relações entre território e conflito: o campo da geografia política. In: \_\_\_\_\_. **Geografia e política**: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2005 (b). p. 39-94.

CAZELLA, A. A.; BONNAL, F.; MALUF, R. S. Multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil e o enfoque da pesquisa. In: CAZELLA, A. A.; BONNAL, F.; MALUF, R. S. (Orgs.). **Agricultura familiar**: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, 301 p. CBA/2012. Companhia Brasileira de Alumínio. **Localidades**: Unidades de Mineração. Disponível em: [http://www.cia-brasileira-aluminio.com.br/pt/mineracao\\_itamarati.php](http://www.cia-brasileira-aluminio.com.br/pt/mineracao_itamarati.php)>. Acesso em: 10 de jan. 2012.

CEIFAR/ZM (Centro de Estudo Integração Formação e Assessoria Rural da Zona da Mata). **Construindo a soberania de nossas comunidades (Projeto)**. Jun. 2007, 07 p.

\_\_\_\_\_. Relatório da Audiência Pública realizada em Rosário da Limeira no dia 28 de agosto de 2005. 02 p. In: **Relatório do Encontro de Mobilização dos Atores Sociais do Território da Serra do Brigadeiro**. 2005. 2006, 26 p.

\_\_\_\_\_. **Relatório do Encontro de Mobilização dos Atores Sociais do Território da Serra do Brigadeiro**. 2005. 2006, 26 p.

\_\_\_\_\_. **Projeto de Mobilização de Atores Sociais do Território Serra do Brigadeiro: Desenvolvimento Rural Sustentável X Mineração**. Relatório de Atividades. 2007. 36 p.

CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Org). **Território: Globalização e Fragmentação**. 5ª ed. São Paulo: Hucitec. 2002. p. 251-256.

COSENZA, B., VENÂNCIO, S.. Fauna e Flora. In: CONTRIBUIÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANEJO INTEGRADO E PARTICIPATIVO DO PESB E ENTORNO. SIMPÓSIO 1., 2000, Viçosa. **Anais...**Viçosa: UFV, 2000. p. 84-88.

CTA/ZM. Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata de Minas Gerais. **Território da Serra do Brigadeiro: Sistematização e Análise dos Dados Secundários**. Executor - Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata de Minas Gerais – CTA/ZM. Viçosa. maio de 2004 (a). 40 p.

CTA/ZM. Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata de Minas Gerais. **Território da Serra do Brigadeiro: Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS**. Executor: Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata de Minas Gerais- CTA-ZM. Jun. 2004 (b). 81p.

DELGADO, Nelson, Giordano. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao governo Lula. In: NELSON, Giordano Delgado (Org.) **Brasil rural em debate: coletânea de artigos**. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília: CONDRAF/MDA. 2010. p. 28-78.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL – DNPM. **Dados básicos do processo. Disponível em:** <https://sistemas.dnpm.gov.br/SCM/Extra/site/admin/dadosProcesso.aspx>. Acesso em: 09 de abr. 2012.

Diagnóstico Socioambiental. **Panorama Geral dos Municípios: Descoberto, Itamarati de Minas, Cataguases, Mirai, Muriaé, São Sebastião da Vargem Alegre, Rosário da Limeira, Miradouro, Fervedouro, São Francisco da Glória, Divino e Espera Feliz**. ago. 2010, 53 p.

DIAS, Marcelo Miná (org). **Glossário de termos utilizados em desenvolvimento rural**. Rio de Janeiro: Instituto Souza Cruz, 2006.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. **O MITO MODERNO DA NATUREZA INTOCADA**. 3ª Edição. HUCITEC. NÚCLEO DE APOIO À PESQUISA SOBRE POPULAÇÕES HUMANAS E ÁREAS ÚMIDAS BRASILEIRAS/USP. São Paulo, 2001. 102 p.

EIA/CBA – Companhia Brasileira De Alumínio. **Estudo de Impacto Ambiental – EIA. Zona da Mata, MG**. Empresa responsável por este EIA. BRANDT MEIO AMBIENTE LTDA. Belo Horizonte. v. 01. jul. 1995. 241 p.

EIA/Rio Pomba. Rio Pomba Empresa de Mineração LTDA. **Estudo de Impacto Ambiental – EIA. Fervedouro, São Francisco do Glória e Divino**. Processos DNPM no 830.744/80, 830.745/80, 830.746/80, 830.748/80, 830.749/80, 830.751/80, 830.752/80, 830.753/80. Junho de 2002. Empresa responsável pelos estudos ambientais Geoeconômicas Minas LTDA. Belo Horizonte. 144 p.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (editor). **Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Tradutores Vera Lúcia M. Joscelyne, Susana de Gyalokay e Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 59-81.

FAVARETO, Arilson da Silva. Parte II RURALIDADE. **PARADIGMAS DO DESENVOLVIMENTO RURAL EM QUESTÃO – DO AGRÁRIO AO TERRITORIAL**. Universidade de São Paulo. Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental. São Paulo. 2006. p. 78-103.

FERRARI, Clara Teixeira. **Desenvolvimento Territorial: Olhares Geográficos para a construção de territorialidades alternativas, um estudo a partir do Território Rural da Serra do Brigadeiro**. 97 f. Monografia (Departamento de Geografia) - Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, MG. 2008.

FERRARI, Eugênio Alvarenga. **Agricultura Familiar Camponesa, Agroecologia e Estratégias de Reprodução Socioeconômica**. 127 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, MG. 2010.

FRAGOSO, Antônio. **Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<https://www2.cead.ufv.br/sistemas/pvanet/files/conteudo/1827/MicrosoftWordAmbienteeDesenvolvimentoSustentl.pdf>>. Acesso em: 10 de jul. 2012.

FREITAS, Alan Ferreira de. **Desenvolvimento territorial e inovações institucionais no território serra do brigadeiro, Minas Gerais**. 192 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2011.

FURTADO, R; FURTADO, E. **A intervenção participativa dos atores (INPA) – uma metodologia de capacitação para o desenvolvimento local sustentável**. Brasília: IICA, 2000.

GEIGER, Pedro P. Des-Territorialização e Espacialização. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Org). **Território: Globalização e Fragmentação**. 5ª ed. São Paulo: Hucitec. 2002. p. 213-220.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1995, 207 p.

GRAZIANO DA SILVA, José. O Novo Rural Brasileiro. **Revista Nova Economia**. Belo Horizonte, v. 7, n. 1. p. 43-81, maio de 1997.

**Grupo Votorantim**. Disponível em: <<http://www.votorantim.com.br/pt-BR/Paginas/Home.aspx>>. Acesso em: 07 de mar. 2012.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2009.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **CENSO AGROPECUÁRIO – 2006**. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Agropecuario\\_2006/agri\\_familiar\\_2006/](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Agropecuario_2006/agri_familiar_2006/)>. Acesso em: 07 de jul. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades: Miradouro, MG (2010)**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1miradouro>>. Acesso em: 20 de maio 2012.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS (MG) – IEF/MG. **Parque Estadual da Serra do Brigadeiro**. Disponível em: <<http://www.ief.mg.gov.br/component/content/197?task=view>>. Acesso em: 02 de jun. 2010.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS (MG) – IEF/MG. **Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro**. Encarte 1 – Diagnóstico do Parque. Belo Horizonte. Minas Gerais. out. de 2007. Disponível em: <<http://www.ctazm.org.br/publicacao/88/Encarte+1++Diagnostico+do+Parque+Plano+de+Manejo+do+Parque+Estadual+da+Serra+do+Brigadeiro>>. Acesso em: 04 de maio 2011.

IRACAMBI. ASSOCIAÇÃO AMIGOS DE IRACAMBI. **Parque Estadual da Serra do Brigadeiro: História do Parque**. Disponível em: <[http://www.IRACAMBI.com/portuguese/parque\\_do\\_brigadeiro1.shtml](http://www.IRACAMBI.com/portuguese/parque_do_brigadeiro1.shtml)>. Acesso em: 04 de jun. 2010.

IRACAMBI. ASSOCIAÇÃO AMIGOS DE IRACAMBI, 2011(a). **O trabalho da Associação é desempenhado através de várias abordagens criativas: comunidade, meio ambiente, renda, terra**. Disponível em: <[http://www.IRACAMBI.com/portuguese/amigos\\_de\\_IRACAMBI.shtml](http://www.IRACAMBI.com/portuguese/amigos_de_IRACAMBI.shtml)>. Acesso em: 30 de jun. 2011.

IRACAMBI. ASSOCIAÇÃO AMIGOS DE IRACAMBI. **Considerações sobre a Mineração de Bauxita no Entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, Minas Gerais, Brasil**. mar. 2011 (b). 21 p.

LAMARCHE, Hugues (Coord.) As lógicas produtivas. In:\_\_\_\_\_. **A agricultura familiar: Comparação Internacional II do Mito à Realidade.** Tradução: Frédéric Bazin. Campinas, SP: UNICAMP. (Coleção Repertórios). 1998. p. 61-118.

LASCHEFSKI, Klemens. Licenciamento e Equidade Ambiental: As racionalidades distintas de apropriação do ambiente por grupos subalternos. In: ZHOURI, Andréa (org.). **As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental.** Belo Horizonte: UFMG, 2011, p. 21-60.

LEFF, Enrique. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.** Porto Alegre, v.3, n.1, jan./mar.2002, p. 36-51.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 6ª ed. 6ª reimpr. São Paulo: Atlas. 2008, 320 p.

MCMICHAEL, P. "Colonialism". **Development and Social Change.** Segunda edição. Thousand Oaks, California: Pine Forges Press. Texto disponibilizado por Franklin Daniel Rothman. Resumo em português, 2000, 15 p.

MENDES, Gilsilene Maria. **Educação Popular com experiência na Escolinha Sindical de Miradouro.** 32 f. Capítulos da Monografia (Serviço Social). FAMINAS-MG. Faculdade de Minas – Campus Muriaé, MG. 2007. 32.

MINAS GERAIS, LEI nº 9.655 de 20 de julho de 1988. Autoriza o poder executivo a criar o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro e dá outras providências. **Diário do Executivo – Minas Gerais.** Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=9655&comp=&ano=1988>>. Acesso em: 11 de maio 2011.

MINAS GERAIS. Decreto nº 38.319, de 27 de setembro de 1996. Cria o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, localizado na Zona da Mata de Minas Gerais. **Diário do Executivo – Minas Gerais.** Disponível em: <<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=1441>>. Acesso em: 11 de maio 2011.

MINAS GERAIS. Decreto nº 44.191, de 28 de dezembro de 2005. Define novo perímetro e amplia a área do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, nos Municípios de Fervedouro, Miradouro, Ervália, Araçuaia, Sericita, Matipó e Divino. **Diário do Executivo – Minas Gerais.** Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=44191&comp=&ano=2005>>. Acesso em: 11 de maio 2011.

MOURA, Antonio de Paiva. **Zona da Mata mineira: breve história.** Disponível em: <[http://www.asminasgerais.com.br/zona%20da%20mata/UniVlerCidades/Hist%C3%B3ria/mata\\_breve\\_historia/index.htm](http://www.asminasgerais.com.br/zona%20da%20mata/UniVlerCidades/Hist%C3%B3ria/mata_breve_historia/index.htm)>. Acesso em: 14 de jul. 2012.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados.** v.15, n.43, p. 83-100, set./dez. 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

Participação em reunião promovida pela Votorantim Metais e GAIA em Miradouro – MG: Comunidade Monte Alverne. **O Diálogo é a melhor forma de entendimento entre as pessoas**. 23 de mar. 2011.

PEDROSA, M. X. de Vasconcelos. Zona silenciosa da historiografia mineira: A Zona da Mata. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte, n° XI, 1962.

Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS. **Ecos da Mata**. Itamarati de Minas, Miraí, Descoberto, Cataguases, Muriaé, Fervedouro, Miradouro, Rosário da Limeira e São Sebastião da Vargem Alegre. Zona da Mata – Minas Gerais. 32p. 2011.

Prefeitura Municipal de Miradouro. 2012. **História de Miradouro**. Disponível em: <<http://miradouro.mg.gov.br>>. Acesso em: 11 de mar. 2012.

Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. **Sobre o Programa**: como funciona. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/paa>>. Acesso em: 20 de abr. 2012.

Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. **Alimentação Escolar**: sobre o Programa. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/alimentacaoescolar>>. Acesso em: 20 de abr. 2012.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução (Maria Cecília França). São Paulo: Ática, 1993. 269 p.

RIBAS, R. **Resumo histórico dos Puks (Puris) da Serra dos Arrepiados, hoje Serra do Brigadeiro**. Documentos internos do Centro de Pesquisas e Promoção Cultural – CEPEC. Araponga, MG: CEPEC, 2003.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Lugares dos Saberes: diálogos abertos. In: BRANDÃO, M. A (org). **Milton Santos e o Brasil**. São Paulo: ed. Fundação Puseu Abisemo. 2004. p. 39-49.

ROBBINS, P. **Political ecology**: a critical introduction. Cambridge, Mass: Blackwell. 2004 (Blackwell Critical Introductions to Geography).

ROTHMAN, Franklin Daniel. A expansão dos projetos de barragens e mineração na Zona da Mata: Articulando as lutas de resistência a favor da agricultura familiar. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. (Org.). Belo Horizonte: UFMG. 2010. p. 360-380.

SACHS, Wolfgang. Introdução. In: SACHS, Wolfgang (editor). **Dicionário do Desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Tradutores Vera

Lúcia M. Joscelyne, Susana de Gyalokay e Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 11-17.

SANTOS, Milton. O Retorno do Território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Org). **Território: Globalização e Fragmentação**. 5ª ed. São Paulo: Hucitec. 2002. p. 15-20.

SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. Território, Territorialidade, e Desenvolvimento: Diferentes Perspectivas no Nível Internacional e no Brasil. In: ALVES, Adilson Francelioni; CORRIJO, Beatriz Rodrigues; CANDIOTTO, Zanetti Pessoa (Org.) **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 15-32.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 21, nº. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006. no texto o ano é 1996 confirmar se é 2006 ou 1996 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v21n1/v21n1a07.pdf>>. Acesso em: 22 de abr. 2012.

SOTO, W.H.G. **A produção de conhecimento sobre o “mundo rural” no Brasil** – As contribuições de José de Souza Martins e José Graziano da Silva. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002. 324p.

Secretaria da Agricultura Familiar - SAF. **Crédito Rural: Linhas de crédito**. Disponível em:<<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf/2258856>>. Acesso em: 12 de abr. 2012.

Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/sdt/programas//territoriosrurais>>. Acesso em: 12 de abr. 2012.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução – Laura Teixeira Mota; revisão técnica Ricardo Doniselli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, 409 p.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MIRADOURO. STR/Miradouro. **Características dos produtores rurais de Miradouro**. 2012.

STR/Muriaé, MG. **Origem dos Sindicatos de Trabalhadores (as) Rurais da Zona da Mata Mineira (STRs) - Minas Gerais**. Muriaé, MG. fev. 2004.

SUPRAM/ZM. Superintendência Regional de Regularização Ambiental da Zona da Mata Mineira. **Municípios integrantes da área de abrangência**. Disponível em: <<http://www.semad.mg.gov.br/suprams-regionais/supram-zona-da-mata>>. Acesso em: 20 de mar. 2012.

VITARELLI, C. C. **A concepção de desenvolvimento sustentável na atuação de ONG's no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, MG**. Viçosa: UFV, 2005.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. **XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**. GT 17 PROCESSOS SOCIAIS AGRÁRIOS. CAXAMBU, MG. out. 1996.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice, B. Desenvolvimento, Sustentabilidade e Conflitos Socioambientais. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (org.). **A insustentável leveza da Política Ambiental**: Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005 (a), p. 11-24.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PAIVA, Angela. Uma sociologia do licenciamento ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (org.). **A insustentável leveza da Política Ambiental**: Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005 (b), p. 89-116.

ZHOURI, Andréa Luisa Moukhaiber; LASCHEFSKI, Klemens Augustinus. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: \_\_\_\_\_ **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 11-32.

## **ANEXO A - LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MIRADOURO.**

O PROJETO DE LEI COM O TEXTO ACRESCIDO, ESTÁ EM NEGRITO

Projeto de Iniciativa Popular de Emenda à Lei Orgânica do Município de  
Miradouro - MG.

### **Dá nova redação ao Artigo 95, a seus incisos e parágrafos.**

**Considerando** que o Art. 30 incisos I e II da Constituição Federal estabelece como competência do Município, legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no couber;

**Considerando** que o Art. 170 da Constituição Federal estabelece que “A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

I - soberania nacional;

II - propriedade privada;

III - função social da propriedade;

IV - livre concorrência;

V - defesa do consumidor;

VI - defesa do meio ambiente;

VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

VII - redução das desigualdades regionais e sociais;

**Considerando** que sabemos das riquezas mineral e hídrica, existente no solo de nosso município e que historicamente quando exploradas pouco se pensa no meio ambiente;

**Considerando** a vocação agropecuária de nosso município e sua importância econômica e social;

**Considerando** que nosso Município é um dos poucos no Estado de Minas Gerais que ainda tem reserva de Mata Atlântica, necessário se faz tratar do tema com maior rigor.

Art. 1º - O Artigo 95 da Lei Orgânica municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

#### Do Meio Ambiente.

Artigo 95 – Todos têm direito ao meio ambiente, ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público municipal e à coletividade, o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presentes e futuras, mediante as seguintes ações:

I – prevenir e controlar a poluição, a erosão, o assoreamento e outras formas de degradação ambiental;

II – preservar as florestas, a fauna e a flora, inclusive controlando a extração, captura, comercialização, transporte e consumo de seus espécimes e sub-produtos, vedadas as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade.

III – orientar e fornecer mudas de plantas nativas ou inativas para os pequenos proprietários, objetivando especialmente a proteção de encostas e recursos hídricos.

IV – registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais, **mediante exigência de cumprimento da legislação específica existente no âmbito municipal, estadual e federal.**

**§ 1º - Fica vedado no território do município de Miradouro, a extração de qualquer espécie de minério do solo, que cause grande impacto no meio ambiente, nas seguintes áreas: de amortecimento no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, áreas de Preservação Permanente, quais sejam: nascentes, cursos de águas, encostas e vegetação nativa; área ocupada com produção agropecuária; residências, outras edificações ou qualquer outra estrutura de urbanização;**

**§ 2º - É permitida a extração de minério destinado a atender às necessidades do Município, desde que sejam cumpridos todos os requisitos previstos na legislação pertinente.**

§ 3º - Aquele que explora recursos minerais, fica obrigado, desde o início da atividade, a recuperar o meio ambiente degradado de acordo com a solução técnica, previamente, indicada pelo órgão municipal de controle e política ambiental.

§ 4º - O ato lesivo ao meio ambiente sujeitará o infrator, pessoa física ou jurídica, à interdição **definitiva** das atividades, sem prejuízo das demais sanções administrativas e penais bem como da obrigação de reparar o dano causado.

**§ 5º - Fica vedado no território do município de Miradouro a construção de barragens de qualquer modalidade, na área de amortecimento do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro e ou que comprometam o abastecimento de água da população.**

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário. Renumeram-se a disposição destes parágrafos.

Artigo 3º - Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Miradouro, 15 de março de 2011.

**ANEXO B – CARTA DE MANIFESTAÇÃO CONTRÁRIA AO FÓRUM E AO PLANO DE DESENVOLVIMENTO ELABORADO PELA GAIA E CBA.**



**TERRITÓRIO RURAL DA SERRA DO BRIGADEIRO**

Email: [secexserradobrigadeiro@yahoo.com.br](mailto:secexserradobrigadeiro@yahoo.com.br)

COMUNICADO 02/2011 - SECEX/TRSB

MIRADOURO, 29 de Setembro de 2011.

**Para: Participantes do 7º Encontro do Fórum de Desenvolvimento Regional Sustentável.**

**Assunto: Diferentes Visões de Desenvolvimento Sustentável no Entorno da Serra do Brigadeiro.**

Prezados senhores,

A Serra do Brigadeiro é uma região historicamente marcada pela presença da agricultura familiar, que sobrevive através da produção sustentável e preocupada com a preservação das matas, do solo, animais, águas, do ar e do ser humano.

A criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro deu fôlego a esta situação, pois após muito diálogo foi possível criar o entendimento de que os habitantes do entorno não são os devastadores do patrimônio natural e cultural, e sim aqueles que preservam. Desde então muitos trabalhos tem sido feitos, de resgate e valorização do patrimônio natural e cultural, do impulso ao Turismo de Base Comunitária, entre outros.

Em 2003 foi criado o Território Rural da Serra do Brigadeiro, ligado à Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Este programa consiste em incentivar a promoção do desenvolvimento rural sustentável em áreas consideradas prioritárias pelo critério dos indicadores socioeconômicos. Para isto, são realizados investimentos em atividades, que são definidas e priorizadas anualmente por um amplo e legítimo colegiado de participantes da sociedade civil e poder público dos nove municípios membros.

O Território é entendido pela SDT/MDA como um espaço físico caracterizado por critérios socioeconômicos: ambiente, economia, a sociedade, a cultura e as instituições. Neste espaço com características comuns deve haver um forte traço de identidade entre a população. Por atender plenamente os requisitos para esta política pública da STD/MDA, o Território Rural da Serra do Brigadeiro conseguiu homologação, e desde então desenvolve trabalhos que são reconhecidos desde o âmbito local até o nacional.

Grandes instrumentos de planejamento foram realizados anteriormente a qualquer aporte de recursos, como: Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável; Plano Territorial de Turismo Rural e Educação Ambiental, entre outros. Em todos os documentos construídos – sempre de forma participativa e legítima – a população do entorno da Serra do Brigadeiro deixou explícito de que todo o processo da mineração é uma ameaça às estratégias de desenvolvimento rural sustentável neste Território.

Vários foram os argumentos que levam a esta constatação, como argumentos técnicos, econômicos, ecológicos, culturais e sociais. Sendo assim, a população da Serra do Brigadeiro já se manifestou claramente que a mineração não é a proposta de desenvolvimento escolhida pelos habitantes desta região.

Diante disto, o Grupo Gestor do Território Rural da Serra do Brigadeiro mostra-se muito preocupado com as iniciativas tomadas pelo Programa Ecos da Mata, mais especificamente com os Fóruns de Desenvolvimento Regional “Sustentável”. Nossa opinião é que as ações partem de premissas equivocadas, pois não consideram todo o acúmulo de discussões em Plenárias, Fóruns, e Comissões, todos estes com espaços abertos e representações diversas, em execução e fortalecidos já há muitos anos.

Em todos os espaços que o Desenvolvimento Territorial Sustentável foi pensado, a mineração nunca foi apontada como uma demanda ou necessidade para o desenvolvimento sustentável, e sim a promoção de estratégias responsáveis de desenvolvimento, valorização e fortalecimento da agricultura familiar diversificada.

Sabemos ainda, que por mais que as ações deste Fórum busquem estratégias de desenvolvimento regional, elas trazem no pano de fundo a intenção de intensificar o processo de exploração dos recursos minerais de

nossa região, e não é isto que queremos. Mineração e desenvolvimento responsável no Território Serra do Brigadeiro são pautas contraditórias!

Vimos, portanto, manifestar perante este Encontro nossa insatisfação tanto com o objetivo final deste fórum - que é “legitimar” a mineração - como em relação à forma como ele vem sendo executado, desrespeitando todo o histórico de desenvolvimento já construído ao longo de quase uma década, com o aporte de quase R\$4,5 milhões de reais por parte do Governo Federal.

Solicitamos respeito ao processo de desenvolvimento praticado no Território Serra do Brigadeiro, e que sejam éticos e sensatos ao reconhecer que no processo democrático quem deve tomar as decisões sobre o desenvolvimento é a população dos municípios. Por fim, lembramos que reiteradas vezes as comunidades, e organizações sociais desta região já disseram não à mineração e irão continuar contra todo este processo em DEFESA A VIDA na Serra do Brigadeiro.

Respeitosamente,

Grupo Gestor  
Território Rural da Serra do Brigadeiro

ANEXO C – CARTILHA: “PROJETO DE MORTE” MINERAÇÃO, E  
“PROJETO DE VIDA” AGRICULTURA FAMILIAR. QUAL CAMINHO  
SEGUIR?

# MINERADOS

BOLETIM DA COMISSÃO DOS ATINGIDOS DA MINERAÇÃO

## Qual o caminho escolher?



*Com a atuação da mineração na nossa região, as comunidades são convocadas a escolher: qual o projeto elas vão defender?*

*De um lado está o **projeto da mineração** com seus impactos ambientais e sociais. De outro, o **projeto da agricultura familiar** que defende a preservação ambiental e a soberania alimentar.*

*Para defender o projeto verdadeiramente sustentável, as comunidades devem estar dispostas a se mobilizar para que façam sua voz ser ouvida. Vamos escolher. Vamos nos mobilizar!*



# **MINERAÇÃO - PROJETO DE MORTE**

## **IMPACTOS**

*O impacto sócio-econômico na vida de várias famílias das quais a sobrevivência depende das atividades da agricultura familiar e que não foram consultadas sobre esse assunto.*



*O impacto no potencial para a agricultura responsável da área, incluindo o desenvolvimento do ecoturismo de base comunitária.*

*O impacto na água: os depósitos (lavras) de bauxita estão localizados próximos a riachos e nascentes.*



*O impacto na biodiversidade, sendo que vários territórios a serem minerados foram declarados Áreas de Proteção Ambiental*



**Para refletir:  
enquanto os impactos são COLETIVOS,  
os lucros são PRIVADOS**

# PROJETO DE VIDA

*soberania alimentar*



*diversidade*



*preservação das águas*



*fixação das famílias  
no campo com sua cultura*



*manejo sustentável*



*ecoturismo comunitário*



*comunidade  
organizada e fortalecida*



*perspectiva de futuro  
digno e solidário*



Para refletir, que tal pensar sobre essas três questões:

- 1- O que é DESENVOLVIMENTO para você e sua comunidade?
- 2- O que significa a TERRA para você e sua família?
- 3- Qual o projeto é capaz de garantir maior SUSTENTABILIDADE?

Para ajudar a pensar:

Será que podemos chamar de DESENVOLVIMENTO quando apenas alguns ganham ou ficam com a maior parte das riquezas? Certamente que não. Pois é isso que a Mineração faz.

Pega uma riqueza que é de todos como o minério que está na natureza, fica com os lucros e deixa um enorme impacto social e ambiental. Em troca da riqueza natural, as comunidades ficam com promessas de enriquecimento, mas a prática tem mostrado que a riqueza acaba nas mãos de quem causou a destruição.

A TERRA é um local de trabalho para uma grande maioria em nossas comunidades. A partir do trabalho no campo as pessoas conseguem se manter e ainda contribuem para garantir uma mesa farta para as famílias brasileiras com os produtos que são vendidos em feiras e mercados locais. Mas para a Mineração a TERRA é só um negócio. Onde nós vemos natureza e nossas roças, a Mineradora vê a possibilidade de lucro. Qual das duas visões é capaz de garantir a preservação da vida?

SUSTENTABILIDADE é uma palavra usada por aqueles que se preocupam com uma vida digna para todos. Quem se preocupa com a sustentabilidade defende que os agricultores permaneçam no campo com condições justas de trabalho. Isso garante uma vida boa para quem é agricultor porque ele pode se sustentar dignamente. E também uma melhor qualidade de vida para quem mora na cidade porque pode contar com uma produção local de alimentos de qualidade.

Aqueles que se preocupam com a SUSTENTABILIDADE também reconhecem que quem pode conservar a natureza são os agricultores familiares. Só o projeto dos agricultores é capaz de tratar a TERRA com todo o cuidado que ela precisa.

Enfim, SUSTENTABILIDADE é a preocupação com a preservação ambiental e



**APÊNDICE A – FOTOGRAFIAS DE ALGUMAS CULTURAS PRÁTICADAS  
NA ZONA RURAL DE MIRADOURO**



**Preparo da banana para transporte e comercialização.**

Comunidade: Fazenda Cambraias.

Fotografia: Claudinei Heleno da Silva (2012).



**Lavoura de café.**

Comunidade: Alegre.

Fotografia: Claudinei Heleno da Silva (2012).



**Cultivo de uva.**

Comunidade: Pedra Cheirosa.

Fotografia: Claudinei Heleno da Silva (2012).



**Cachos de uva.**

Localização: Zona Rural de Miradouro.

Arquivo pessoal do STR de Miradouro.

## **APÊNDICE B - Reunião Idealizada e Organizada pela CBA e GAIA, em 24 de Março de 2011, na Comunidade Rural de Monte Alverne.**

Essa reunião teve como objetivo, estreitar a relação com a comunidade rural, sanar algumas dúvidas, apresentar o histórico da empresa, o processo que envolve extração de bauxita, e outros.

Durante a reunião, foram identificados alguns atores sociais: Atual Vice-Prefeita de Miradouro, Assistente Social, Assessora Jurídica do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miradouro, dois atuais vereadores do município, representante da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e agricultores familiares do município.

### **MOBILIZAÇÃO:**

Como forma de mobilizar os agricultores, mediante a reunião que aconteceria. O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miradouro, organizou, uma hora antes do início da reunião, os agricultores das comunidades rurais, sobretudo de Monte Alverne. O presidente teve como objetivo instruir os agricultores sobre possíveis perguntas que deveriam ser direcionadas a GAIA e representantes da empresa mineradora.

Dias antes da reunião, foram confeccionados cartazes pelas funcionárias do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miradouro, presidenta da Associação dos Pequenos Agricultores de Miradouro e outros (as) colaboradores (as). Os cartazes produzidos tinham frases e fotografias de culturas (café, morango, uva, abóbora, etc.) produzidas no município. Os mesmos ficaram afixados nas paredes, durante todo o tempo de realização da reunião. A utilização dos cartazes, visou apresentar aos participantes, e, sobretudo, a GAIA e representantes da CBA, que a terra onde pretendem minerar, é produtiva. Um posicionamento claro de resistência ao projeto de mineração, não somente para o município, mas, para toda a região da Serra do Brigadeiro.

### **A REUNIÃO:**

Como recurso utilizado para apresentação dos objetivos, os organizadores da reunião fizeram uso de data show. Iniciaram, com a representante da CBA, a qual falou do histórico da empresa na região da Zona

da Mata mineira, desde a década de 1980. Período que foram iniciadas pesquisa mineral por amostragem, em diversos municípios, onde se fazia perfurações em solos de propriedades localizadas, desde o município de Descoberto ao município de Espera Feliz. Retiradas as amostras de solos, essas eram levadas para a Unidade de Beneficiamento da CBA, em Itamarati de Minas, MG.

Após essa apresentação, outro representante da empresa (analista ambiental), fez explicação sobre o processo de Licenciamento Ambiental (Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação). Sequencialmente, disse sobre o processo de extração do minério, que segundo o apresentador, o minério de bauxita fica localizado no subsolo entre 3 a 8 metros da superfície terrestre.

### **INTERVENÇÕES E QUESTIONAMENTOS DA COMUNIDADE RURAL:**

Após essas apresentações, a comunidade passou a intervir. Os primeiros questionamentos foram sobre o reflorestamento da área desmatada para extração do minério? o tempo de regeneração? os impactos na fauna e flora presentes no município? Além dessas indagações, aconteceram outras relacionadas aos impactos à poluição das águas? assoreamento dos córregos? formação de enxurradas? e demais.

Outras interrupções com questionamentos estiveram relacionadas aos ganhos econômicos da empresa mineradora, na exploração do minério e como esta conseguiria os Licenciamentos Ambientais para extrair o recurso mineral. Em resposta, os representantes da mineradora disseram que o minério é uma Utilidade Pública. Por esse motivo, é concedido a empresa explorá-lo. Quanto aos ganhos econômicos, afirmaram que os mesmos são revertidos para a sociedade em forma de produtos que levam o alumínio.

Outro questionamento, diz respeito à relação dos agricultores familiares com a empresa mineradora, no que tange a exploração do minério de bauxita em suas propriedades. Segundo o funcionário da empresa, é feito um cálculo por professor universitário, que verifica o quanto a propriedade ofertaria em ganhos econômicos ao agricultor, com a atividade econômica em exercício.

Dessa forma, segundo o funcionário, esse mesmo ganho econômico é pago ao proprietário durante o tempo de aluguel das terras, pois, a empresa não adquire a propriedade, a mesma trabalha com contrato de aluguel.

Feito esse esclarecimento, foi lançado um novo questionamento aos organizadores da reunião, que atividade econômica os agricultores iriam exercer durante o tempo de aluguel de suas terras? Sendo, o mesmo questionamento feito durante reunião também organizada pela CBA e GAIA, em Belisário (pertencente ao município de Muriaé, MG). Os organizadores da reunião não conseguiram esclarecer à população.

Com intuito de esclarecer melhor essa pergunta aos representantes da empresa, a GAIA, e os demais participantes da reunião e falar sobre as possíveis perdas que os agricultores podem ter com o aluguel de suas propriedades. A assessora jurídica do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miradouro, entrevistou, e disse que isso pode comprometer a aposentadoria do trabalhador rural, na sua condição de Assegurado Especial. Pois, é necessário que o mesmo tenha vínculo contínuo com a terra, e durante o tempo de aluguel de sua propriedade, o mesmo perde esse vínculo.

Percebeu-se que os membros participantes da reunião, utilizaram de estratégia de intervenções constantes na apresentação da empresa, que refletiu na passagem da primeira lâmina do data show para a subsequente, um tempo aproximado de uma hora e meia.

Durante a reunião, o momento de maior tensão foi quando o analista da CBA, apresentou em uma lâmina, a fotografia de recomposição topográfica. Nesta, haviam duas fotografias para uma mesma área. A primeira representava a propriedade antes da extração e a segunda, após extração do minério. Essas imagens incitaram uma forte contestação iniciada por uma moradora de Monte Alverne. A mesma levantou-se, foi à frente e apontou na lâmina, questionando a presença de uma mesma árvore, antes e depois a extração de minério. Com essa atitude, os demais presentes da reunião, também começaram a questionar os representantes da empresa, dizendo que aquilo não era possível, pois, se houve desmatamento para extração do minério, como aquela mesma árvore poderia estar nas duas fotografias.

Outros questionamentos seguiram: a produtividade da terra não é a mesma após a extração do minério? Sendo isso, contestado pelo funcionário da empresa. Alegando que, a terra é devolvida ao seu proprietário, com a mesma, ou melhor produtividade, após a extração do minério. Para contestar o funcionário, o representante da Comissão Pastoral da Terra, alegou que em entrevista aos agricultores rurais do município de Itamarati de Minas, MG. Há

perda da produtividade do cultivo de feijão, devido à emissão de poeira proveniente da circulação de caminhões que transportam minério. No entanto, ao apontar esse fato, o representante da CPT, disse não ter certeza da veracidade das informações, acrescentando a necessidade de maiores estudos para verificação da queda de produtividade em relação à poeira.

Em seguida, o analista ambiental procurou mostrar que a empresa usa de meios para minimizar os impactos negativos relacionados a extração e transporte do minério. Disse, que os caminhões pipas molham as estradas por onde trafegam transportando minério, visando reduzir a emissão de poeira. No transporte do minério, os caminhões são encobertos com lonas para evitar que o minério seja derramado durante o trajeto.

Outra medida apontada pelo funcionário, foi com relação a existência de viveiros florestais, com diferentes espécies da flora. Estas são utilizadas no replantio de áreas que foram desmatadas para extração do minério. Afirmou também que há acompanhamento no desenvolvimento da fauna, nas áreas em que ocorreram extração de minério. Entretanto, mesmo com as colocações do representante da empresa, em tentar resolver o clima de tensão durante a reunião, ao mencionar soluções técnicas. A população não se deu por satisfeita, e continuou questionando e intervindo constantemente.

Nas diversas falas dos participantes da reunião, uma delas foi demonstrada, identidade que as pessoas têm com o lugar. A participante da reunião afirmou que, caso ocorra mineração em sua propriedade, não ficaria nada satisfeita. Pois, tem lembranças de sua infância, ajudando em serviços para construção de sua casa. Há um valor simbólico de pertencimento pela propriedade, incomensurável ao valor econômico repassado aos proprietários através dos aluguéis das terras, e participação no lucro do minério retirado da propriedade.

Outras falas foram no sentido de que a comunidade tem consciência, que a mineradora vai conseguir explorar o minério, no município. Logo em seguida, essa mesma pessoa disse que os moradores, lutarão para que isso não ocorra. E lembraram da criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), que devido a intensa mobilização de diferentes atores sociais, redefiniram a proposta original de criação da Unidade de Conservação. Mencionaram também, que irão pressionar a empresa para que a mesma

cumpra as leis vigentes relacionadas a atividade de mineração e tenham respeito pelas comunidades rurais estabelecidas na região.

Seguida dessa manifestação, o funcionário da empresa afirmou que o proprietário não é forçado a aceitar exploração de minério em seu terreno. Disse, conhecer apenas um fato ocorrido em Descoberto, MG, em que uma mulher, saiu de sua propriedade, fixando residência no núcleo urbano desse município, por se sentir incomodada com a extração de minério.

Outro questionamento foi relacionado ao diagnóstico sócio-econômico do município de Miradouro, realizado pela GAIA. Uma participante da reunião, disse que o diagnóstico não condizia com a atual realidade do município, pois os dados utilizados, eram defasados, não consultaram a comunidade, e o tempo de realização para o diagnóstico era muito curto.

Prestes ao término da reunião, o representante da Comissão Pastoral da Terra, disse aos organizadores da reunião que não tem como compatibilizar Mineração, Turismo e Agricultura Familiar, numa mesma região.

Enfim, muitas das pessoas que foram participar da reunião permaneceram ativas com os diversos questionamentos apontados. Ocorreu uma diversificação na participação dos diferentes atores reunidos. Que incluiu falas do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e funcionários, agricultores familiares, poder público local e agente da CPT. Os representantes da empresa buscaram a todo instante mostrar que os ganhos com a exploração de minério é para toda a região, e não somente para o município onde este é explorado, enfatizando o desenvolvimento regional. Mesmo assim, os ouvintes persistiram em questionar, pois, acreditam no desenvolvimento proveniente da agricultura familiar.